



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXV - Nº 065 - SEXTA-FEIRA, 07 DE MAIO DE 2010 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL		
<b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP) <b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Marconi Perillo - (PSDB-GO) <b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Serys Slhessarenko - (PT-MT) <b>1º SECRETÁRIO</b> Heráclito Fortes - (DEM-PI) <b>2º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI)		<b>3º SECRETÁRIO</b> Mão Santa - (PSC-PI) <b>4ª SECRETÁRIA</b> Patrícia Saboya - (PDT-CE)
		<b>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b> 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

<b>Maioria</b> <b>(PMDB/PP) - 19</b> <b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b> Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior ..... <b>Líder do PMDB - 18</b> <b>Renan Calheiros</b> Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7,9) Neuto De Conto <b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b>	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18</b> <b>Líder</b> <b>Aloizio Mercadante - PT</b> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella ..... <b>Líder do PT - 9</b> <b>Aloizio Mercadante</b> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) <b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b> <b>Líder do PSB - 2</b> Antonio Carlos Valadares <b>Líder do PRB - 2</b> Marcelo Crivella <b>Líder do PC DO B - 1</b> Inácio Arruda	<b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> <b>(PSDB/DEM) - 27</b> <b>Líder</b> <b>Raimundo Colombo - DEM (1)</b> Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana ..... <b>Líder do PSDB - 14</b> <b>Arthur Virgílio</b> Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes <b>Líder do DEM - 13</b> <b>José Agripino</b> Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais
<b>PTB - 7</b> <b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b> Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	<b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b>	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma
	<b>PV - 1</b> <b>Líder</b> <b>Marina Silva - PV</b>	
<b>PDT - 6</b> <b>Líder</b> <b>Osmar Dias - PDT</b>	<b>PSC - 1</b> <b>Líder</b> <b>Mão Santa - PSC</b>	

**Notas:**

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
9. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, a partir de 01.04.2010.
10. Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
11. Senador Gilberto Goelner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010.

EXPEDIENTE	
<b>Haroldo Feitosa Tajra</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 67ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 6 DE MAIO DE 2010

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Comunicação

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Sociais. (Ofício nº 33/2010, de 6 do corrente) .... 18677

#### 1.2.2 – Comunicação da Presidência

Lembrança ao Plenário de que a primeira hora da sessão não deliberativa de amanhã, sexta-feira, dia 7 do corrente, será destinada a comemorar o centenário de nascimento do ex-Senador Rui Soares Palmeira, de acordo com os Requerimentos nºs 142 e 231, de 2010, do Senador Fernando Collor e outros Senhores Senadores. .... 18677

#### 1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 481, de 2010, de autoria do Senador José Nery, solicitando licença para desempenho de missão parlamentar no exterior. .... 18677

Nº 482, de 2010, de autoria do Senador Efraim Morais, solicitando licença para desempenho de missão parlamentar no exterior. .... 18677

#### 1.2.4 – Avisos recebidos do Tribunal de Contas da União

Nº 499/2010, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 845/2010-TCU-Plenário, sobre pedido de reexame de relatório de auditoria sobre obras de construção de duas pontes sobre o rio Madeira, nos termos do Acórdão nº 1.841/2008-TCU-Plenário. .... 18677

Nº 521/2010, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 848/2010-TCU-Plenário, sobre o Relatório de Levantamento de Auditoria referente à possível inobservância de termos contratuais, nos termos do Acórdão nº 1.928/2004-TCU-Plenário. .... 18677

#### 1.2.5 – Ofício do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nº 199/2010, de 6 do corrente, pela qual informa a composição da Mesa Diretora para 2010, o Relator do PLDO 2011, o Relator-Geral, o Relator da Receita e os Relatores Setoriais do PLOA/2011. . 18678

#### 1.2.6 – Discursos

SENADORA MARISA SERRANO – Homenagem aos dez anos da Lei de Responsabilidade Fiscal e registro de sua contribuição para o equilíbrio econômico entre os Estados da Federação. .... 18680

SENADOR INÁCIO ARRUDA – Solicitação de publicação da letra o texto composto por João Bosco e Aldir Blanc, intitulado “O Mestre-Sala dos Mares”. ... 18682

#### 1.2.7 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2009. . 18683

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2010. 18683

#### 1.2.8 – Discursos (continuação)

SENADOR JOSÉ NERY, como Líder – Críticas à desnacionalização de toda a cadeia de alumínio da empresa Vale, cuja cadeia produtiva está, hoje, concentrada no Estado do Pará..... 18684

SENADOR JOÃO DURVAL – Defesa da redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais. .... 18686

SENADOR CÍCERO LUCENA, como Líder – Comunicação de que não será candidato a governador da Paraíba nas próximas eleições..... 18687

SENADOR JOÃO TENÓRIO – Defesa da suspensão do regime de urgência para apreciação dos quatro projetos de lei que tratam da exploração do petróleo na camada pré-sal. Defesa da instalação de Comissão Especial para estudo das referidas matérias. .... 18690

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentários às matérias intituladas: “Uma cadeia de fraudes e abusos” e “A farra da antropologia oportunista”, publicadas na Revista **Veja**, a respeito da demarcação de terras no Brasil..... 18692

#### 1.2.9 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2010 (nº 2.486/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao caput do art. 15 da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação

e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, na forma que especifica. ....

18701

### 1.2.10 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2010, onde será apreciado terminativamente. ....

18705

### 1.2.11 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2010 (nº 2.619/2007, na Casa de origem, do Deputado Zenaldo Coutinho), que altera os arts. 69 e 70 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, modificando a composição e a estrutura dos Conselhos Penitenciários. ....

18705

### 1.2.12 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2010, onde será apreciado terminativamente. ....

18709

### 1.2.13 – Posse e prestação do compromisso regimental do Senhor Jorge Yoshiaki Yanai, Suplente do Senador Gilberto Goellner

#### 1.2.14 – Discursos (continuação)

SENADOR JORGE YANAI – Cumprimentos às autoridades presentes no primeiro discurso de S. Ex<sup>a</sup> como Senador da República e enumeração dos temas que terão prioridade em seu mandato: segurança, meio ambiente, agricultura e transporte. ....

18710

### 1.2.15 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)

### 1.2.16 – Suspensa às 16 horas e 15 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 18 minutos

#### 1.3 – ORDEM DO DIA

### 1.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

#### 1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

#### 1.4.1 – Discursos

SENADOR JAYME CAMPOS – Voto de congratulações ao Senador Jorge Yanai, que assume hoje o mandato de Senador da República, representando o Mato Grosso. ....

18715

#### 1.4.2 – Leitura de requerimentos

Nº 483, de 2010, de autoria do Senador Jayme Campos, solicitando voto de congratulações ao Senador Jorge Yanay. ....

18716

Nº 484, de 2010, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 270, de 2009. ....

18716

Nº 485, de 2010, de autoria do Senador Antonio Carlos Junior, solicitando informações ao Mi-

nistro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. ....

18716

Nº 486, de 2010, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Carlos Loureno Giacomazzi. ....

18717

### 1.4.3 – Discursos (continuação)

SENADORA SERYS SLHESARENKO – Relatório da conjuntura partidária que levou S. Ex<sup>a</sup> a não se candidatar às eleições para o Senado Federal em outubro do corrente ano. ....

18717

### 1.4.4 – Comunicação

Do Senador Jorge Yanai, referente à sua filiação partidária (DEMOCRATAS), e adoção do nome parlamentar. ....

18730

### 1.4.5 – Apreciação de matérias

Requerimentos nºs 481 e 482, de 2010, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados.** ...

18731

Requerimento nº 414, de 2010, lido em sessão anterior. **Aprovado.** ....

18731

### 1.4.6 – Discursos (continuação)

SENADOR PEDRO SIMON – Comentários a respeito da falta de ética na política nacional. Defesa da criação de uma Constituinte exclusiva para analisar e propor a reforma política. Defesa da aprovação sumária do projeto “Ficha Limpa” tão logo chegue ao Senado Federal. ....

18731

SENADOR RENAN CALHEIROS – Regozijo pela aprovação, no Senado Federal, da Medida Provisória nº 472, que permite a renegociação de débitos de pequenos agricultores nordestinos. ....

18737

### 1.4.7 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2010 (nº 5.468/2009, na Casa de origem, do Deputado Regis de Oliveira), que altera a redação do inciso I do § 5º do art. 897 e acresce § 7º ao art. 899, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. ....

18738

### 1.4.8 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2010, que será apreciado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. ....

18743

### 1.4.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Congratulações aos atletas brasileiros e à Federação Brasileira de Boxe, pelas medalhas conquistadas no Campeonato Sul-Americano de Boxe Olímpico de 2010, realizado em Medellín, Colômbia. Cumprimentos ao jornal amazonense **Em Tempo**. Registro das reivindicações salariais dos funcionários do Ministério do Trabalho e Emprego, que estão em greve. Considerações sobre a terceirização da gestão da saúde, conduzida por Organizações Sociais de Saúde (OSS), que deverá ser implantada em cidades do Amazonas. ....

18743

SENADOR *GERSON CAMATA* – Preocupação com o crescimento do comércio ilegal de remédios falsificados. .... 18745

SENADOR *ACIR GURGACZ* – Homenagem pelo transcurso dos 100 anos da Comissão Rondon. 18746

SENADOR *JOSÉ NERY* – Manifestação de solidariedade aos trabalhadores da área de educação do Estado do Pará em decorrência dos baixos salários recebidos. Comemoração pela aprovação na Câmara dos Deputados, do Projeto “Ficha Limpa”, que torna inelegíveis candidatos em débito com a justiça..... 18754

#### 1.5 – ENCERRAMENTO

### 2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 6.5.2010

### 3 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO

Convênio nº 16, de 2010, celebrado entre o Senado Federal e o Banco Ficsa S/A..... 18757

Convênio nº 18, de 2010, celebrado entre o Senado Federal e o Banco Mercantil do Brasil S/A..... 18764

### SENADO FEDERAL

#### 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

#### 5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

##### 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

##### 7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

### 8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

### CONGRESSO NACIONAL

#### 9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

# Ata da 67ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 6 de maio de 2010

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência do Sr. José Sarney, da Sra. Serys Slhessarenko,  
e dos Srs. Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, José Nery e Pedro Simon*

*(inicia-se a Sessão às 14 horas e encerra-se às 18 horas e 37 minutos)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

### REGISTRO DE COMPARECIMENTO

#### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 6/5/2010 07:09:15 até 6/5/2010 20:32:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X						
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X						
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X						
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X						
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
PSDB	PB	CICERO LUCENA	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	MT	JORGE YANAI	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X						
PTB	SP	ROMEU TUMA	X						
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X						
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X						
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X						

**Compareceram: 56 Senadores**

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 33/10 – GLPSDB

Brasília, 6 de maio de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Sérgio Guerra, para integrar, como suplente, a Comissão de Assuntos Sociais, em substituição ao Senador Cícero Lucena.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Será feita a substituição solicitada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência lembra ao Plenário que a primeira hora da sessão não deliberativa de amanhã, sexta-feira, dia 7 do corrente, será destinada a comemorar o centenário de nascimento do ex-Senador Rui Soares Palmeira, de acordo com os **Requerimentos nºs 142 e 231, de 2010**, do Senador Fernando Collor e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 481, DE 2010**

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar da XXIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, nos dias 10 e 11 de maio de 2010, na cidade de Montevidéu, Uruguai, conforme Ofício P/42/2010 da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Comunico, nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período de 9 a 12 do corrente.

Sala das Sessões, 6 de maio de 2010, – Senador **José Nery**, Líder do PSOL

#### **REQUERIMENTO Nº 482, DE 2010**

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do inciso II, **a** do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença dos trabalhos desta Casa para participar de XXIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu – Uruguai, nos dias 10 e 11 de maio de 2010.

Informo que estarei ausente do país no período de 9 a 11 de maio de 2010.

Sala das Sessões, 6 de maio de 2010. – Senador **Efraim Moraes**.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os requerimentos lidos vão à publicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União os seguintes avisos:

- Aviso nº 499-Seses-TCU-Plenário, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 845/2010-TCU-Plenário, sobre pedido de reexame de relatório de auditoria sobre obras de construção de duas pontes sobre o rio Madeira, nos termos do Acórdão 1.841/2008-TCU-Plenário.
- Aviso nº 521-Seses-TCU-Plenário, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 848/2010-TCU-Plenário, sobre Relatório de Levantamento de Auditoria referente à possível inobservância de termos contratuais, nos termos do Acórdão 1.928/2004-TCU-Plenário.

Os Avisos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:



**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Of. Pres. n. 0199 /2010/CMO****Brasília, 6 de maio de 2010.**

**Ao Excelentíssimo Senhor  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal**

**Assunto: Informa a composição da Mesa Diretora para 2010, Relator do PLDO 2011, Relator-Geral, Relator da Receita e Relatores Setoriais do PLOA 2011.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, venho informar que assumi a honrosa missão de conduzir os trabalhos deste Órgão Técnico do Congresso Nacional no último dia 30 de março.

A eleição para os cargos de Vice-Presidentes se deu no dia 14 de abril, completando, assim a composição da Mesa Diretora para 2010:

<b>PARTIDO</b>	<b>UF</b>	<b>PARLAMENTAR</b>
PMDB	MS	PRESIDENTE: Deputado WALDEMIR MOKA
PSDB	GO	1º VICE-PRESIDENTE: Senadora LÚCIA VÂNIA
DEM	PR	2º VICE-PRESIDENTE: Deputado EDUARDO SCIARRA
PCdoB	CE	3º VICE-PRESIDENTE: Senador INÁCIO ARRUDA



Tendo em vista o disposto no inciso III do art. 16 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, foram designados, no dia 7 de abril do ano corrente, o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 – PLDO 2011, **Senador Tião Viana (PT/AC)**, e o Relator do Projeto de Lei Orçamentária para 2011 – PLOA 2011, **Senador Gim Argello (PTB/DF)**.

E, por fim, informo que nesta data designei o Relator da Receita, **Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)**, e os Relatores Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária para 2011 – PLOA 2011 - abaixo descritos:

<b>ÁREA TEMÁTICA</b>	<b>RELATOR SETORIAL</b>
<b>I – Infra-estrutura</b>	<b>Deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG)</b>
<b>II – Saúde</b>	<b>Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)</b>
<b>III - Integração Nacional e Meio Ambiente</b>	<b>Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE)</b>
<b>IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte</b>	<b>Deputado Edmilson Valentim (PCdoB/RJ)</b>
<b>V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano</b>	<b>Deputado José Guimarães (PT/CE)</b>
<b>VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo</b>	<b>Deputado Rômulo Gouveia (PSDB/PB)</b>
<b>VII – Justiça e Defesa</b>	<b>Senador Paulo Duque (PMDB/RJ)</b>
<b>VIII – Poderes do Estado e Representação</b>	<b>Senador Adelmir Santana (DEM/DF)</b>
<b>IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário</b>	<b>Deputado José Maia Filho (DEM/PI)</b>
<b>X – Trabalho, Previdência e Assistência Social</b>	<b>Deputado Lázaro Botelho (PP/TO)</b>

Renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

  
**Deputado WALDEMIR MOKA**  
Presidente

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Nery, o senhor gostaria de pedir...

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Sra. Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, solicito inscrição para falar pela Liderança do PSOL.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Como primeiro inscrito para falar pela Liderança do PSOL, Senador José Nery.

Pela ordem dos oradores inscritos, a primeira inscrita é a Senadora Marisa Serrano, por permuta com o Senador João Durval.

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, queria começar agradecendo ao Senador João Durval a gentileza de ter me concedido a possibilidade de falar neste horário.

Srs. Senadores, Sra. Senadora, a comemoração dos dez primeiros anos da implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal no Brasil tem reconhecimento amplo na sociedade de que ela, realmente, foi um divisor de águas.

Nada mais importante do que uma década para que possamos avaliar com clareza as transformações do País. É claro que a história vai precisar muito mais de tempo do que só uma década. Mas uma década já é o suficiente para que a gente possa olhar para o passado e verificar tudo aquilo que o país construiu nesses dez anos. Aqueles que imaginam que estão reinventando o Brasil precisam saber que, se seus feitos representam ganhos reais, devem ser submetidos à passagem do tempo, com seu crivo crítico, para comprovar o que, de fato, o Governo representou em termos de avanços e recuos nesse tempo.

Por isso, hoje podemos dizer sem medo de errar que o Governo Fernando Henrique começou a escrever uma nova história no país, na medida em que conseguiu criar um mecanismo legal que pudesse colocar as finanças públicas em ordem e, assim, que criasse um ambiente de prosperidade econômica que se frutificou nos últimos anos. E toda a sociedade brasileira é testemunha disso.

Em 4 de maio de 2000, na aurora de um novo milênio e no alvorecer de uma nova era para o nosso País, foi editada a Lei Complementar 101, de 2000, representando uma verdadeira revolução no trato das finanças públicas nacional. Quero lembrar aos Srs. Senadores e à população brasileira que o Partido que hoje está no Governo, o PT, armado de um exército de advogados, tentou por todos os meios possíveis bloquear os efei-

tos da nova norma legal que estava sendo constituída. Foi contra quase todos os aspectos contidos na Lei, o PT foi contra e chegou a impetrar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, uma ADIn, no STF contra mais de trinta dispositivos do diploma legal!

Hoje, a história nos mostra que essa lei foi fundamental para que o Brasil conquistasse sua maturidade econômica.

Poucos discordam de que a Lei de Responsabilidade Fiscal tenha criado as bases da estabilidade da nossa economia, permitindo que atravessássemos a pior crise das finanças mundiais sem perder o rumo do que era essencial e do que era acessório.

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi responsável pela implantação de uma nova cultura gerencial na gestão dos recursos públicos no nosso País e incentiva o exercício pleno da cidadania, especialmente no que se refere à participação do contribuinte no processo de acompanhamento da aplicação das verbas e da avaliação dos seus resultados.

Muitos dos críticos da Lei de Responsabilidade Fiscal hoje são gratos a ela. Ou melhor: muitos daqueles que combateram a lei e votaram contra ela, hoje se beneficiam da estabilidade que ela proporciona aos governos. Não fosse ela, não haveria os celebrados crescimentos das classes C e D; não haveria essa euforia de consumo, do aumento do crédito, da redução da taxa de juros e tantas outras coisas.

Enfrentamos problemas devido às condições mundiais adversas. Mas podemos dar os indicadores que hoje mudaram o perfil econômico e social do Brasil. Agora, estamos querendo propor novos avanços e tenho certeza de que, no ano de 2010, o povo compreenderá e apostará nas propostas que temos para melhorar ainda mais o Brasil.

Acredito que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi um ponto alto do Governo reformista de Fernando Henrique Cardoso. O Congresso, a Nossa Casa teve a coragem, naquele momento, de aprovar esta legislação e teve o vislumbre de que ela era essencial para a construção de um futuro melhor para a sociedade brasileira.

O ex-Ministro Delfim Netto recentemente escreveu, de maneira clara e irrefutável: “A crise grega, que ameaça o euro, mostra claramente o avanço que o Brasil realizou desde 2000 com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal”.

O Brasil transformou-se num país economicamente viável exatamente por causa dessa lei. Ela impôs um mínimo de exigências de equilíbrio fiscal entre os Estados-membros da federação.

Por fim, quero citar como exemplo de como a Lei de Responsabilidade Fiscal foi positiva para os Esta-

dos brasileiros. O meu Estado, Mato Grosso do Sul, passou por uma transformação substancial depois da implantação da lei.

No começo do ano 2000, meu Estado tinha a maior dívida proporcional do País, o que o impedia de realizar operações de crédito com organismos internacionais para realizar investimentos.

Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não nos enquadrávamos nas regras legais porque a dívida de mais de R\$5 bilhões representava mais do que três vezes as receitas correntes líquidas. Nesse aspecto, previa-se que o enquadramento na lei somente ocorreria em 2016.

Para nossa surpresa, levantamentos realizados pela Secretaria de Receita de nosso Estado, Mato Grosso do Sul, dão conta de que conseguimos queimar etapas e nos enquadrar com antecedência. No ano passado, nossa dívida passou a representar 1,15 vezes nossa receita corrente líquida, permitindo, assim, buscar investimentos nos organismos internacionais para implantar projetos de desenvolvimento de nosso Estado, meu querido Mato Grosso do Sul.

Dou um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senadora Marisa Serrano, houve até uma sessão aqui em homenagem aos dez anos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não tive oportunidade de falar naquele momento e, ouvindo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, oportuno e justo, há uma coisa que me preocupa – e até li recentemente uma matéria no jornal. No fundo, no fundo, a lei está valendo para os Estados e Municípios. Ela efetivamente traz pontos positivos, como V. Ex<sup>a</sup> alegou com relação ao seu Estado e como acontece em relação a outros Estados, como o meu, e aos Municípios. Porém, no que tange ao Governo Federal, aí, a coisa não anda bem, porque existem “n” manobras para burlar efetivamente a nossa Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, no fundo, é o seguinte: Estados e Municípios têm de cumprir rigorosamente o que manda a lei e são fiscalizados, e o Governo Federal, não. Ele pinta, borda, faz artifícios para poder ficar à margem da lei. Eu acho que nós deveríamos, portanto, aprimorá-la no sentido de que valesse mais até para o Governo Federal. Argumentam: “Mas é preciso ter reservas estratégicas para casos de calamidade”. Perfeitamente, mas vamos montar isso com clareza, com transparência, de forma a não penalizar os mais fracos, que são os Estados e Municípios, já que quem mais arrecada é a União, ou Governo Federal, com suas contribuições, com o bolo maior do IPI e do Imposto de Renda e, no entanto, tem “n” manobras para burlar o que manda o espírito da lei. Portanto, quero, ao me juntar à análise

se que V. Ex<sup>a</sup> faz, abordar esse ponto com relação ao Governo Federal.

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS) – V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mozarildo, colocou um ponto que hoje todos discutimos: por que a União tem que ficar fora de um processo de responsabilidade fiscal que não vale só para os dois entes federados, deixando o terceiro de fora, e talvez, o maior e mais importante. Portanto, eu quero colocar para V. Ex<sup>a</sup> que, quando começam tentar flexibilizar a lei para ampliar as suas benesses ou diminuir o seu rigor, principalmente isso, diminuir o seu rigor, eu fico preocupada. Eu acho que nós tínhamos que manter o rigor que tem e aprimorá-la como V. Ex<sup>a</sup> colocou, incluindo aí um ente federado que ficou de fora, que foi a União.

Aí, sim, nós teremos mais transparência e teremos condições de fiscalizar as metas que Governo Federal está fazendo para o País na área fiscal, e que possamos acompanhar dentro de uma lei que tenha condições de fazer a transparência de que nós precisamos.

Srs. Senadores, quero chamar a atenção para essas questões todas de que acabamos de falar aqui, principalmente para o meu Estado do Mato Grosso do Sul, porque, se não fosse essa legislação revolucionária, estaríamos penalizando a sociedade e o funcionalismo por causa da irresponsabilidade fiscal.

Quero lembrar que os trabalhadores...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS) – ... viviam costumeiramente com salários atrasados. Era comum isso no País. Era comum os Estados contraírem a ARO para rolar as suas dívidas. Eram comuns os calotes históricos nos fornecedores. Era comum vermos aí o inflacionamento dos custos operacionais ou, senão, os retrocessos permanentes que atravessavam os governos sem que houvesse uma punição aos responsáveis.

Muito tem-se falado da Lei de Responsabilidade Fiscal nos últimos dias porque todos sabem da importância de reverenciarmos o nascimento de um novo País que surgia há uma década. Um País não mais comprometido com as amarras do passado, com a ineficiência de uma máquina pública que, inchada e descontrolada, não conseguia realizar as políticas públicas de que a população tanto necessitava.

Podemos dizer que a Lei de Responsabilidade Fiscal representou o carimbo cartorial nessa nova certidão de nascimento que emitimos. Afinal, nascia um novo Brasil, reformado e modernizado, com amplas e alvissareiras perspectivas para crescer e prosperar com estabilidade. Estavam lançadas as bases para o que hoje testemunhamos como a arrancada brasileira.

Por isso, Sra. Presidente, Srs. Senadores, acredito muito no fato de que, se todo o País precisa de uma Lei de Responsabilidade Fiscal, precisa de ter responsabilidade. A responsabilidade não tem que ser só fiscal, mas tem que ser em todas as áreas. Mas, no caso que nós estamos falando, o da responsabilidade fiscal, é muito triste, Senador Alvaro Dias, quando percebemos o inchaço da máquina pública, a quebra da estabilidade, a quebra principalmente da forma como nós gostaríamos de ter o país, um país que siga as leis, correto, estável, cômico dos seus deveres, um país que olhe para o futuro e não inche a máquina, como estamos vendo agora, quebrando todas as amarras da eficiência e da prosperidade, um país que não legue para o futuro aquilo que nós não queremos para os nossos filhos e os nossos netos.

Queremos um País enxuto, um País próspero, um País rico, mas um País que tenha dentro da sua estrutura governamental todas as amarras necessárias para que nós tenhamos seriedade no trato das coisas públicas.

Cedo um aparte ainda ao Senador João Tenório.

**O Sr. João Tenório** (PSDB – AL) – Senadora Marisa Serrano, V. Ex<sup>a</sup> traz mais uma vez a esta tribuna um tema da maior relevância, que inclusive foi tratado ontem pelo nosso Líder Arthur Virgílio com muita propriedade também. A Lei de Responsabilidade Fiscal é muito rigorosa com os Estados e Municípios. Eu tive oportunidade, Senadora, de participar de uma negociação do Estado de Alagoas, um Estado difícil, com a sua vida econômico-financeira complicada, com o Tesouro Nacional sobre um empréstimo do Banco Mundial. E eu dizia ao superintendente ou ao presidente – não sei bem qual é a terminologia adequada – do Tesouro Nacional o seguinte: se os senhores fossem rigorosos com o Governo Federal, com a União da maneira que estão sendo rigorosos com os Estados e Municípios, nós estaríamos numa situação fiscal muito mais confortável, adequada e necessária para o País. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> traz a esta Casa sua preocupação com esse ajuste, com esse enxugamento e com o Estado no tamanho certo. Também não adianta, Senadora, como sabemos, tentar pensar em reforma tributária, porque a reforma tributária sem reforma do Estado nada mais será do que uma briga entre os entes federativos: “Quero um pouco mais”, “quero um pouco menos”, “não abro mão disso”. E o total possivelmente vai aumentar. Quem vai ter de contribuir mais, na verdade, é o contribuinte. Acho que é importante enxugar este Estado Brasileiro. Não seria necessário um Estado mínimo, mas um Estado adequado ao tamanho da nossa economia e da nossa sociedade. Parabéns por V. Ex<sup>a</sup> ter trazido um tema tão

importante neste momento em que o Brasil precisa de fato pensar seu futuro neste ano eleitoral, quando as teses e as ideias devem ser propagadas.

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS) – Obrigada, Senador João Tenório.

Como ontem esta Casa fez um belíssimo ato público para discutir e lembrar a Lei de Responsabilidade Fiscal, proposta pelo Senador Tasso Jereissati, e como não pude dar também minha fala a respeito disso, eu não queria deixar passar essa oportunidade. O Senador Mozarildo também colocou as mesmas preocupações, Senador João Tenório, e V. Ex<sup>a</sup>. Foi a oportunidade de poder levantar nossa voz, dizer, com o exemplo do meu Estado, Mato Grosso do Sul, como ela foi e é importante para os Estados e pregar que a União siga a mesma norma: aquilo que vale para Estados e Municípios tem que valer para a União também, não só no respeito às coisas públicas relegadas à competência de Estados e Municípios, mas naquilo que é de conveniência da União. Aquilo que é da União, de competência da União, cabe a ela com tranquilidade, usando todas as armas possíveis para que o dinheiro público seja bem controlado, fiscalizado e usado com parcimônia para que possa dar dividendos a todo o povo brasileiro.

Sra. Presidente, Srs. Senadores, eram essas as minhas palavras.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora Marisa Serrano.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Sra. Presidente, pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Inácio Arruda, com a palavra.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem para que possa ser incluída nos Anais da Casa a letra composta por João Bosco e Aldir Blanc – tanto a letra que se transformou na música quanto a que foi censurada, que estão aqui em conjunto. Trata-se de “O Mestre-Sala dos Mares”.

Faço isso, porque, a convite do Presidente da República, do Ministro de Minas e Energia, do Presidente da Petrobras, do Presidente da Transpetro, o cearense Sérgio Machado, e do Governador do Estado de Pernambuco, lançaremos em conjunto ao mar, de volta amanhã, João Cândido. É uma enorme satisfação e alegria para todos nós, quanto à indústria naval brasileira, que os navios voltem a ser construídos e que entrem ao mar novamente pelas mãos de João Cândido.

Sra. Presidente, era este o registro que eu gostaria de fazer, pedindo que possa ser incluída nos



Anais da Casa esta letra, que diz muito da luta do povo brasileiro para traçar um novo rumo em nosso desenvolvimento.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(inserido nos termos do art. 210, inciso  
I e o § 2º, do Regimento Interno.)*

**O Mestre-Sala dos Mares**

João Bosco e Aldir Blanc

Há muito tempo nas águas da Guana-  
bara

O dragão do mar apareceu  
Na figura de um bravo marinheiro  
A quem a história não esqueceu  
Conhecido como almirante negro  
Tinha a dignidade de um mestre-sala  
E ao acenar pelo mar, na alegria das

regatas

Foi saudoso no porto  
Pelas mocinhas francesas  
Jovens polacas e por batalhões de mu-

latas

Rubras cascatas  
Jorravam das costas dos negros  
Entre cantos e chibatas  
Inundando o coração  
Do pessoal do porão  
Que a exemplo do marinheiro gritava,

então:

Glória aos piratas, às mulatas, às se-  
reias,

Glória à farofa, à cachaça, às baleias,  
Glória a todas as lutas inglórias  
Que através da nossa história  
Não esqueceram jamais...  
Salve o almirante negro  
Que tem por monumento  
As pedras pisadas do cais  
(Mas, salve...)

Salve o almirante negro  
Que tem por momento  
As pedras pisadas dos cais  
Letra censurada:

O Mestre-Sala dos Mares  
João Bosco e Aldir Blanc  
Há muito tempo nas águas da Guana-

bara

O dragão do mar apareceu  
Na figura de um bravo feiticeiro  
A quem a história não esqueceu

Conhecido como navegante negro  
Tinha a dignidade de um mestre-sala  
E ao acenar pelo mar, na alegria das  
regatas

Foi saudado no porto  
Pelas mocinhas francesas  
Jovens polacas e por batalhões de mu-  
latas

Rubras cascatas  
Jorravam das costas dos santos  
Entre cantos e chibatas  
Inundando o coração  
Do pessoal do porão  
Que a exemplo do feiticeiro gritava, en-  
tão:

Glória aos piratas, às mulatas, às se-  
reias,

Glória à farofa, à cachaça, às baleias,  
Glória a todas as lutas inglórias  
Que através da nossa história  
Não esqueceram jamais...  
Salve o navegante negro  
Que tem por monumento  
As pedras pisadas do cais  
(Mas, salve...)  
Salve o navegante negro  
Que tem por monumento  
As pedras pisadas do cais

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Blo-  
co/PT – MT) – Senador Inácio Arruda, sua solicitação  
será atendida na forma do Regimento Interno.

Antes de passarmos a palavra ao próximo orador,  
o Líder do PSOL, antes de passarmos a palavra ao  
Senador José Nery, vamos ler o Expediente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Blo-  
co/PT – MT) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no  
art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha  
sido interposto recurso, no sentido da apreciação,  
pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 160,  
de 2009**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko,  
que *dispõe sobre a definição de diarista*.

Tendo sido aprovado, terminativamente, pela Co-  
missão de Assuntos Sociais, o Projeto vai à Câmara  
dos Deputados.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Blo-  
co/PT – MT) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no  
art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha  
sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo  
Plenário, do **Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2010**  
(nº 4.752/2009, na Casa de origem), de iniciativa do  
Presidente da República, que *altera o art. 1º da Lei nº*  
*11.320, de 6 de julho de 2006, que fixa os efetivos do*

*Comando da Aeronáutica em tempo de paz* (cria cargos nos quadros do Comando da Aeronáutica).

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Projeto vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, como Líder do PSOL, o Senador José Nery.

Em seguida, o Senador João Durval, pela inscrição.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a farsa envolvendo a Vale, antiga companhia Vale do Rio Doce, finalmente chegou ao fim. Depois da criminosa privatização vem a vergonhosa desnacionalização. A Vale surpreendeu esta semana a opinião pública com a decisão de se desfazer de toda a sua área de alumínio, cuja cadeia produtiva está hoje concentrada no Estado do Pará.

Através de *release* distribuído à imprensa, pela administração central no Rio de Janeiro, a mineradora anunciou a assinatura de um acordo através do qual transfere para a multinacional norueguesa Norsk Hydro todas as suas participações na Albrás, na Alunorte e na Companhia de Alumina do Pará – CAP, a nova refinaria de alumina em fase de implantação no Município de Barcarena, além de sua mina de bauxita em Paragominas, nordeste paraense.

A compra dos ativos de alumínio da mineradora de origem brasileira, por US\$4,9 bilhões, aproximadamente R\$8,52 bilhões, foi efetuada em dinheiro e em compra de ações e é a maior compra já realizada por uma empresa da Noruega. Os principais ativos comprados da Vale são sua parte de 51% na produtora de alumínio Albrás e seus 57% na refinaria de alumínio Alunorte, propriedade conjunta com a Norsk Hydro, que controla agora 91%; e seus 60% na mina de bauxita de Paragominas, uma das três maiores do mundo.

Essa quantidade de bauxita, minério do qual é feito o alumínio, permitirá que a Norsk Hydro disponha de reservas suficientes para manter seu nível atual de produção de alumínio por, aproximadamente, 100 anos, indicou o grupo em um comunicado.

É bom lembrar que, dentre os vários benefícios fiscais e tributários concedidos, por exemplo, para a instalação da Albrás no início dos anos 70, estava a redução de imposto de renda, isenção de imposto de importação e sobre produtos industrializados (IPI), dispensa do depósito compulsório sobre financiamentos externos, benefício de impostos sobre equipamentos

nacionais, isenção de impostos estaduais e municipais. Mas o maior de todos foi sobre a tarifa de energia elétrica, enormemente subsidiada pelo Governo brasileiro.

Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, a Albrás não é uma empresa qualquer. Ela está no oitavo lugar no *ranking* mundial da produção de alumínio e é a maior fábrica instalada em solo paraense, sendo líder nacional na produção e exportação desse estratégico produto.

Há quase um quarto de século instalada no Distrito Industrial de Barcarena, essa empresa já produziu nove milhões de toneladas de alumínio, grande parte destinada ao mercado japonês. Só esse dado já é suficiente para que não se trate esse tema como uma mera movimentação de capitais no mercado globalizado.

O que está em jogo, Sra. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é a soberania nacional. Aliás, está em questão o modelo predatório de desenvolvimento da Amazônia, que se mantém há décadas gerando a concentração de riqueza e a explosão da miséria e da destruição socioambiental.

Falo deste tema com absoluto conhecimento de causa. Cheguei ao Pará há quase trinta anos para atuar como educador popular justamente na área de influência desse grande projeto minerador, implantado como um enclave na região do Baixo Tocantins, atingindo principalmente os Municípios de Barcarena e Abaetetuba. Fui, portanto, testemunha de como o Estado brasileiro moveu céus e terras para beneficiar a Vale e seus sócios japoneses, concedendo-lhes toda sorte de benefícios e facilidades sob o esfarrapado discurso de que o advento do complexo Albrás/Alunorte seria a redenção para aquelas populações marcadas secularmente pelo abandono e pela pobreza. Nada, nada mais falso e enganoso. Ao lado do grande projeto floresceu, isto sim, um enorme bolsão de miséria e exclusão social. Isso sem falar nos crimes socioambientais de grande extensão e profundidade que foram e continuam sendo cometidos.

Sra. Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, como brasileiro, como Parlamentar, não posso aceitar que a Vale promova uma desnacionalização tão criminosa como essa. Nada daquilo que prometeram para a região se consumou, a não ser os efeitos nocivos de seu projeto de exclusão.

No último sábado, dia 1º de maio, visitei dezenas de pessoas, pelo menos em quatro grandes ocupações urbanas ao lado do Complexo Industrial de Barcarena, ao lado da Vila dos Cabanos. Lá, pude verificar o abandono de milhares e milhares de migrantes que serviram como mão de obra barata na construção daquele empreendimento e hoje sobrevivem em ocupações ur-

banas que os ricos e poderosos chamam de invasões. Eu costumo dizer que os pobres, que o povo ocupa, que quem invade são os ricos e poderosos.

Pude acompanhar a luta, nos últimos dias, para garantir o direito à moradia em 39 ocupações ao lado do Projeto Albrás/Alunorte. Em uma negociação junto à Justiça Federal, conseguimos sustar, para posterior regularização fundiária nas áreas da Codepar... Eram 25 reintegrações de posse nas áreas de ocupação, atingindo 25 das 39 ocupações ao lado do grande projeto. Portanto, a redenção que foi anunciada para a região, nós podemos hoje colher miséria, exclusão, e a demonstração mais clara do que estou dizendo são os casebres, são as palafitas, são as crianças sem escolas, são as pessoas sem atendimento à saúde, é a ausência de políticas públicas que garantam o bem-estar daquelas pessoas.

Portanto, Sra. Presidente, venho aqui somar a minha voz aos poucos que estão aqui denunciando esse crime de lesa-pátria. O que a Vale está fazendo agora nada mais é do que entregar um patrimônio construído com recursos, com o suor do povo brasileiro. E só há uma forma de reverter isto: o povo se mobilizando, se organizando, denunciando, inclusive questionando a privatização criminosa da Vale, que causou enormes prejuízos ao País e ao patrimônio da República.

A Vale, Sra. Presidente, não é dona do Pará. A Vale não é dona do Brasil. Seus executivos e seus acionistas – entre os quais despontam com destaque os fundos de pensão e o BNDES – devem, sim, explicações sobre os motivos que levaram a essa desnacionalização, que agride o povo do Pará, que agride o povo brasileiro.

O Presidente da Vale, Sr. Roger Agnelli, e o representante da Norsk Hydro precisam vir a esta Casa para esclarecer as reais consequências desse negócio tão bilionário quanto obscuro. Da mesma forma, solicitarei que outras autoridades, como o Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho, e a Sra. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, também aqui compareceram.

Não é hora de covardia diante do poder dos monopólios que se julgam proprietários do Planeta. O momento é de demonstrar indignação e fazer valer, de uma vez por todas, os direitos inalienáveis do povo do Pará e do Brasil.

Sra. Presidente, ao mesmo tempo em que registro com indignação esse processo de desnacionalização da Vale, especialmente das empresas da cadeia do alumínio, quero, nesta oportunidade, registrar a presença, na galeria de honra da Casa, de um importante membro do Ministério Público do Estado do

Ceará, Dr. José Arteiro Soares, que aqui vem e está participando de um importante encontro das organizações ligadas ao Ministério Público e aos juízes ligados à defesa dos direitos de crianças e de adolescentes em nosso País.

Quero dizer da minha satisfação, Sra. Presidente, porque, junto com o Dr. José Arteiro, ainda na juventude, Senador Mozarildo, no interior do Ceará, na região de Crateús, muitas lutas e mobilizações fizemos no enfrentamento daquele tempo da ditadura e sob os auspícios da orientação de Dom Antônio Frágoso, na Diocese de Crateús. Muitas lutas, muitas batalhas ali fizemos em defesa dos oprimidos, em defesa da democracia, em defesa de uma assembleia constituinte livre e soberana, em defesa de um Brasil justo e digno para todos. Então, é com enorme satisfação que eu registro essa presença ilustre entre nós...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA)** – ...porque, juntos, fizemos, participamos de várias lutas, entre elas a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, num período, Sra. Presidente, em que falar, denunciar e contestar o regime poderia significar a prisão, a morte, a tortura nos cárceres da ditadura.

Inclusive, ao saudar aqui a presença do Dr. José Arteiro, quero dizer a S. Ex<sup>a</sup> e ao Plenário que, na próxima semana, farei aqui referência especial à posse da nova diretoria da Conamp, que foi empossada na capital do meu Estado, em Belém, na última sexta-feira, numa solenidade em que compareceram Procuradores, Promotores de Justiça de todo o País. Foi um grande ato para homenagear o trabalho dos Promotores de Justiça e o trabalho do Ministério Público em nosso País.

São essas, Sra. Presidente, as nossas considerações, falando aqui pela Liderança do PSOL e com a certeza do que interpreto, sobretudo nesse tema ligado à denúncia de desnacionalização da Albrás/Alunorte, da CAP, de toda a cadeia do alumínio das empresas ligadas à Vale do Rio Doce. Levo aqui ao coração deste plenário o sentimento dos brasileiros e brasileiras, que não admitem a entrega, de forma tão vil, do patrimônio pertencente ao povo brasileiro.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pela condescendência com o tempo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador José Nery.

**O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT)** – Sra. Presidente...

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.



**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável na tarde de hoje.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O senhor está inscrito para uma comunicação inadiável como primeiro inscrito.

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT) – Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador João Durval.

**O SR. JOÃO DURVAL** (PDT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, no último sábado, 1º de maio, celebramos o Dia do Trabalho. Nós do Partido Democrático Trabalhista temos orgulho dessa data porque ela serve para marcar o quão árdua tem sido a luta dos trabalhadores pela conquista de seus direitos. Afinal, foi em 1º de maio do distante ano de 1886 que milhares de trabalhadores realizaram manifestações nas ruas de Chicago, nos Estados Unidos, para reivindicar a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias. Nessas manifestações, como é sabido, houve um violento confronto com a polícia: 12 trabalhadores foram mortos e dezenas deles ficaram feridos. Esses trágicos acontecimentos ficaram conhecidos como a Revolta de Haymarket.

No Brasil, esses episódios vieram surtir efeito quase 60 anos mais tarde, em 1943, durante o Governo do Presidente Vargas, quando foi instituída a jornada de 8 horas diárias e 48 horas semanais. Posteriormente, a Constituição de 1988 deu amparo a diversos direitos trabalhistas, como a licença maternidade de 120 dias, a licença paternidade, a indenização de 40% sobre o FGTS, o acréscimo de um terço sobre a remuneração de férias e, finalmente, a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais.

No ano passado, a Constituição Federal atingiu a maioria, revelando que o povo brasileiro já está maduro para dar mais um passo à frente, rumo à jornada de 40 horas semanais.

O PDT, desde a sua fundação, consagra em seu Programa a defesa da “jornada de trabalho de 40 horas semanais, a fim de combater o desemprego e aumentar o tempo livre do trabalhador.” Isso porque entendemos que o trabalho é a fonte de todos os bens e riquezas e que seus valores não são apenas econômicos, mas, igualmente, valores humanos, éticos, culturais e políticos. Defendemos, portanto, os valores humanos, a partir do trabalho, como uma das verdadeiras dimensões de justiça no conjunto das relações sociais.

A esse respeito, aliás, Sr. Presidente, o grande Mestre indiano Yogananda nos ensina que “a semana deve ser reservada para o trabalho, a diversão e o cultivo do espírito – cinco dias para ganhar dinheiro, um dia para descansar e divertir-se e um dia para praticar a introspecção e a realização interior”. Segundo Yogananda, “o homem precisa dispor de algum tempo livre para encontrar-se. Um dia por semana – o domingo – não basta porque é o seu único feriado; ele então só quer descansar, pois está fatigado para meditações”.

Exatamente por isso, Senhoras e Senhores, Yogananda apoiava a semana de cinco dias, defendida, em 1926, pelo grande empresário norte-americano Henry Ford, que estava muito além do seu tempo e percebia um grande valor econômico no lazer.

Para Ford, o lazer possuía um valor industrial positivo, porque tinha a capacidade de aumentar o consumo. “Onde os povos trabalham mais, por muito tempo e com menos lazer, comprem poucos bens”, afirmava Henry Ford. Para ele, os povos que têm mais lazer devem ter mais roupas, uma variedade maior de alimentos, maiores facilidades de transporte e também mais serviços à sua disposição. Logo, havendo mais tempo livre, mais lazer, haverá maior consumo e, portanto, maior produção e um aumento dos lucros e de postos de trabalho.

Na visão de Ford, a semana de cinco dias é capaz de produzir um ciclo virtuoso na economia.

Por isso, Yogananda apoiava as idéias de Ford e afirmava que: “a semana de trabalho de cinco dias é um projeto dos mais desejáveis e necessários para dar às pessoas mais tempo de usufruir da natureza, simplificar a vida, gozar as alegrias autênticas dela, entender-se melhor com os filhos e amigos e, acima de tudo, conhecer-se a si mesmas”.

Honestamente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não acredito que Henry Ford, o pai da indústria automobilística, e Yogananda, um dos maiores vultos espirituais contemporâneos, estivessem enganados. Por essa razão, sou um entusiasta da redução da jornada para 40 horas semanais.

Primeiro, porque os benefícios da redução da jornada são inegáveis. Sabemos, por exemplo, que a incidência de doenças profissionais tende a diminuir com a redução do tempo que os trabalhadores ficam expostos a agentes nocivos à saúde presentes nos locais de trabalho. Sabemos também que 90% dos acidentes de trabalho decorrem do excesso de jornada. Então, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, está bem claro que a redução da jornada trará significativos benefícios para a saúde dos trabalhadores.

Além desses aspectos relacionados à saúde, a redução da jornada possibilita a melhoria da qualida-

de de vida dos trabalhadores, permitindo-lhes dedicar mais tempo a outras atividades, como o convívio com a família, estudos, lazer e atividades sociais, culturais e políticas, fundamentais para o exercício da plena cidadania.

Além disso, a Organização Internacional do Trabalho, em 2008, afirmou oficialmente que a jornada de quarenta horas semanais é o padrão legal predominante no mundo. A maioria dos países industrializados já adota o limite de quarenta horas, entre eles Canadá, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Estados Unidos e metade dos países da União Europeia.

Sr. Presidente, se todos esses motivos ainda não forem suficientes para introduzir entre nós a jornada de 40 horas semanais, haverá um que, com toda certeza, será irrefutável, pois reflete a realidade da economia brasileira. Refiro-me à participação dos salários no custo da produção.

De acordo com o Dieese, apesar de os salários representarem 22% dos custos de produção, a redução da jornada de 44 para 40 horas teria um impacto de apenas 1,99% nesses mesmos custos!

E como bem lembrou o Sr. Dagoberto Lima Godoy, da Confederação Nacional da Indústria, em recente depoimento prestado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados para Análise das Propostas de Redução de Jornada de Trabalho, “a jornada média no Brasil já é inferior a 44 horas; é de aproximadamente 40,4 horas semanais”. Ora, Sr. Presidente, isso só vem corroborar os dados do Dieese e nos leva a concluir que a redução da jornada seria absorvida sem grandes traumas pela economia, porque seu custo é pequeno se comparado ao aumento de produtividade verificado desde 1988.

Sr. Presidente, ao lembrar a passagem do Dia do Trabalhador, faço minhas as sábias palavras de Yogananda, para quem a vida profissional não tem de ser necessariamente materialista. A ambição de prosperar pode ser espiritualizada. Os negócios existem para servir aos outros materialmente, da melhor maneira possível. Desse modo [diz Yogananda], as pessoas devem espiritualizar sua ambição profissional pensando na melhor maneira de atender às necessidades adequadas dos semelhantes”.

Há 15 anos, tramita no Congresso Nacional a PEC nº 231, de 1995, de autoria dos então Deputados, hoje Senadores, Inácio Arruda e Paulo Paim, propondo a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Após essa longa tramitação, a matéria encontra-se pronta para ser submetida à Ordem do Dia na Câmara dos Deputados.

Que as sábias palavras do mestre Yogananda ressoem vivamente na cabeça do Presidente Michel

Temer, para que ele, pelo bem do Brasil, possa por em votação esse assunto tão importante, tão significativo e tão caro ao povo brasileiro.

Que, em 1º de maio de 2011 possamos estar aqui, novamente nesta tribuna, comemorando mais essa importante conquista para todos os trabalhadores brasileiros, que será a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

Era o que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador João Durval.

Antes de passarmos a palavra ao Senador Cícero Lucena, pela Liderança do PSDB, gostaríamos de fazer, com muita alegria, menção à colônia japonesa no nosso País, o nosso Brasil, e, especialmente, no meu Mato Grosso.

Realmente, é um dia de alegria. Pela primeira vez na história do nosso Senado da República, um Senador de origem japonesa assumirá o cargo de Senador da República do nosso País; um brasileiro de origem japonesa assumirá o cargo de Senador da República do nosso Brasil. Ele é de Mato Grosso e é Senador por Mato Grosso, pelo meu Estado. Com certeza, isso honra muito todos os mato-grossenses e as mato-grossenses. Falo, inclusive, em nome do nosso colega, Senador Jayme Campos, que já está aqui no plenário.

Daqui a poucos instantes, o Senador Jorge Yanai, que é suplente do Senador Gilberto Goellner, estará assumindo o cargo de Senador da República.

Quero saudar aqui Marina Toshimi Yanai, esposa do Sr. Jorge Yanai. Nós a recebemos com muita alegria, Sra. Marina, bem como a Sra. Ayako Yanai, mãe do nosso Senador que vai assumir daqui a poucos instantes.

É com muita alegria, Sra. Ayako – desculpem se eu não estiver pronunciando muito corretamente – e jovem Douglas Yanai, filho do Senador Jorge Yanai.

Quero fazer uma saudação especial ao nosso Deputado Estadual por Mato Grosso, Dilceu Dal Bosco, que está aqui conosco neste momento.

Passo agora a palavra, pela Liderança do PSDB, ao Senador Cícero Lucena.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (PSDB – PB. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente Serys Slhessarenko, minhas senhoras, meus senhores, “viver é acalantar sonhos e esperanças, fazendo da fé a nossa inspiração maior”. Mário Quintana.

Permitam-me invocar um testemunho sincero antes de convidá-los a uma reflexão para mim muito importante. Desde que entrei na vida pública, há vin-

te anos, mantive a disposição de servir à Paraíba por meio de cada uma das funções e missões que Deus e o povo me concederam.

Procurei ter a cada dia a exata dimensão de quanto todos esses cargos são passageiros. Por isso mantenho até hoje a compreensão de que, ao final, o que fica e vale são as práticas e as ações que resultam o bem comum. É assim que se percebe quando a política está sendo exercida como atividade nobre, a favor das pessoas, dos anônimos, dos que mais necessitam.

Como Vice-Governador, Governador, Ministro de Estado e Prefeito de João Pessoa por duas vezes, compartilhei ideias e projetos que de sonhos à realidade resultaram na melhoria de vida de nossa gente. Hoje, no Senado, trabalho também para ampliar por todo o País alguns dos nossos avanços: a distribuição do fardamento na rede pública de ensino, a entrega domiciliar e também gratuita de medicamentos aos hipertensos e/ou diabéticos, a implantação de aterros sanitários para acabar com lixões a céu aberto, entre outros que procedemos em nosso Estado.

Confio que essa dedicação à Paraíba, marcada por uma trajetória política de correção e lealdade, motivou originalmente a convocação de companheiros e aliados para disputar, como candidato a Governador, as eleições de outubro próximo. Motivado, novamente caminhei meses pelos Municípios paraibanos. Não para conhecê-los, porque, mais do que saber onde ficam, criei dezenas e para dezenas benefícios levei quando exerci o Governo do Estado e continuo levando como Senador paraibano.

Hoje, ironicamente, peço que me ajudem a encontrar respostas para estar pagando por erros que sinceramente busco ainda identificar. Onde exatamente errei? Teria sido ao pautar toda uma trajetória política pela correção e lealdade? Pela renúncia? Pelo desprendimento pessoal em favor de uma causa?

Mas, por que cultivar valores tão descartáveis nos tempos modernos? Estão certos eles, os profissionais. Nos ensinam que o sábio é compreender que amigos, amigos, política à parte.

Teria cometido erro ao confiar na sinceridade de propósito de alguns amigos e correligionários? Ou quando acatei tão determinada orientação para trabalhar e viabilizar minha candidatura?

Certamente eu me enganei. Quem mandou não entender bem? Por que não aprender logo com os sábios o que é certo? E o certo, ora, amigos, é lealdade, lealdade, política à parte.

Onde exatamente errei? Teria sido por ter cometido o pecado capital ao defender o direito à candidatura própria de um agrupamento partidário vitorioso segui-

damente vencedor? Para que defender uma história de tantas lutas? A conjuntura é outra e é preciso compreender: correção, correção, política à parte.

Teria eu errado ao questionar que se estreitaram agora as opções do eleitor entre o atraso que combatemos e a falsa novidade que sempre nos combateu? Com o devido respeito, mas será que é somente isso que resta aos paraibanos como opção?

O tempo permanecerá senhor da razão. Não faço julgamentos. E nem recomendações por nenhum dos candidatos. Caberá ao eleitor a reflexão sobre depositar confiança naqueles que oferecem todos os motivos para a conquista do voto, e depois, simplesmente, descumprem todos, um a um.

Será erro grave questionar o que há por trás das aparências? Ou esta “opção” que se apresenta agora, não é a mesma que até recentemente era governo, convenientemente situação, e hoje, pela mesma conveniência, se apresenta tão recentemente como oposição?

Onde exatamente eu errei? Teria sido ao insistir que os paraibanos têm direito a mais oportunidades de escolha? Ou em buscar qualificar mais o debate? Será crime ampliar o leque de propostas para o eleitor decidir o melhor caminho de acelerar o desenvolvimento e promover a justiça social?

Onde exatamente errei? Ao não aceitar que está cada vez menor, na Paraíba, o espaço para o exercício da política como atividade nobre?

Quando conseguiremos manter longe, bem distante, práticas e procedimentos que desacreditam e degradam as relações políticas com essa lamentável rapidez e forçada naturalidade?

Deixaremos que a esperteza política e a falta de transparência sobreponham-se aos interesses das pessoas, dos anônimos, dos que mais necessitam?

Concedo a palavra, com muita honra, ao Senador Alvaro Dias e ao Senador João.

**O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR)** – Senador Cícero Lucena, a nossa solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>. Lamento que não tenha tido a oportunidade de oferecer ao seu Estado uma alternativa de poder competente, com a experiência adquirida ao longo de tantos anos de atividade pública que vem exercendo com muita dedicação e eficiência. A nossa solidariedade e a certeza de que tem muito a oferecer ao seu Estado ainda aqui no Senado Federal, e certamente oferecerá, cumprindo seu mandato e, especialmente, colaborando para que o nosso Partido possa ter uma campanha nacional à altura das expectativas do povo brasileiro, porque esta é a grande responsabilidade do PSDB, esta é a nossa prioridade. O nosso Partido não pode ignorar a enorme responsabilidade que tem de oferecer aos

brasileiros uma alternativa de poder com segurança, que signifique uma agenda de futuro capaz de oferecer a melhoria da qualidade de vida sonhada por todas as pessoas. E gostaria também de tomar mais um pouco do tempo de seu discurso para fazer uma análise política. Por que esses fatos ocorrem? Eu imagino que um dos grandes equívocos do nosso modelo político seja exatamente a ausência da sociedade no momento de escolher candidatos majoritários no interior dos partidos políticos. E essa estrutura artificial, partidos que se constituem em siglas para registro de candidaturas – essa é uma crítica de modo geral, não é uma crítica ao nosso Partido, é uma crítica ao modelo político vigente no Brasil –, os partidos organizados cartorialmente, muitas vezes, dirigidos por alguns, por grupos que acabam se tornando proprietários da sigla do partido, ignorando programa, aspirações da população, impondo vontades, colocando em primeiro lugar ambições pessoais, ignorando aquilo que é mais sagrado para quem quer ser governante ou representante da população, que é entender as reais aspirações da população. Enfim, nós só vamos mudar essa realidade com uma reforma política de profundidade, e só acredito em reforma política se elegermos um Presidente da República talentoso, moderno, mudancista, capaz de liderar o processo de reforma, porque, com um presidencialismo forte como o nosso, nenhuma reforma de profundidade acontece sem a presença da liderança do Presidente da República. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> por esse ato de grandeza, deixando de criar dificuldades para o seu Partido, para o nosso Partido, e contribuindo aqui com humildade, com serenidade para que o projeto maior, que é o projeto que busca a Presidência da República, não seja prejudicado.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (PSDB – PB) – Eu é que agradeço, Senador Alvaro Dias, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, como sempre com muita oportunidade e com muita sabedoria.

Passo a palavra ao Senador João Tenório.

**O Sr. João Tenório** (PSDB – AL) – Senador Cícero Lucena, não vou repetir completamente o que disse na semana passada, quando fiz um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, mas pelo menos vou fazer uma síntese daquilo que eu tentei dizer. V. Ex<sup>a</sup> foi Prefeito de João Pessoa e deixou todos nós, vizinhos, que conheciam a *performance* do seu trabalho, absolutamente invejosos, porque o trabalho que V. Ex<sup>a</sup> desenvolveu ali marcou e se espalhou pela região, influenciando inclusive, como disse, naquele momento em algumas atitudes de pré-candidatos e mesmo candidatos, que foram buscar no seu cantinho lá de João Pessoa o trabalho que V. Ex<sup>a</sup> fazia lá.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. João Tenório** (PSDB – AL) – Então, eu gostaria de registrar o quanto a Paraíba perde por não poder dispor de um Governador da sua qualidade.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (PSDB – PB) – Muito obrigado.

**O Sr. João Tenório** (PSDB – AL) – No que diz respeito à outra parte, que é a parte a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu com tanta angústia – eu diria assim –, que é a questão das relações humanas que envolve esse tema, eu também sou testemunha. Também sou testemunha do comportamento de V. Ex<sup>a</sup> em alguns momentos aqui em Brasília, quando algumas pessoas do Partido, algumas pessoas da sua convivência, algumas pessoas da sua relação política e pessoal se envolveram em situações um tanto quanto difíceis, e a solidariedade, o compromisso, a angústia que V. Ex<sup>a</sup> passou. Tivemos a oportunidade, por acaso, lá em casa, uma noite em que estava acontecendo aqui um evento de certa forma dramático, V. Ex<sup>a</sup> viveu momentos absolutamente constrangedores, difíceis e de angústia. Eu sou testemunha disso. Então, queria ser testemunha desses dois fatos. Agora, só para tentar, digamos assim, explicar o que acontece. Tenho hoje, com a pouca experiência da convivência política – não da política, mas da convivência política –, chegado à conclusão sobre um ponto. Sou empresário e tenho passado pelo campo político assim rapidamente. Existe uma diferença fundamental entre as contabilidades de uma empresa e a contabilidade política. A contabilidade de uma empresa apura o resultado do dia e o joga contra o passado. O passado existe, precisa ser levado em consideração. A contabilidade política – não de todos os políticos, mas de uma pequena parte dos políticos – não é assim; ela apura o dia e acabou, é aquilo que vale. O resultado do dia é o que vale. O que aconteceu lá para atrás, quais foram os impactos, quais foram as influências, quais foram as relações, passa a não ter importância alguma. Queria, assim, trazer o meu abraço forte do amigo que V. Ex<sup>a</sup> sabe que tem, a minha solidariedade, e dizer o seguinte: quem perde, infelizmente, é o grande Estado da Paraíba. Mas ganha o Brasil, porque temos certeza absoluta de que a sua participação, a sua contribuição, para que venhamos a ter um governo como aquele a que o nosso Líder Alvaro Dias se referiu, vai ser muito forte pela sua determinação, pelo seu conhecimento, pela sua experiência política e pela nitidez que V. Ex<sup>a</sup> tem de como devem ser as relações humanas. Parabéns.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (PSDB – PB) – Obrigada, Senador João Tenório. O aparte de V. Ex<sup>a</sup>, obviamente, vem recheado da generosidade, mas também somada à amizade que esta Casa nos proporcionou, ao nos aproximarmos e nos conhecermos, de nos respei-



tarmos e de termos a certeza de que é uma semente que está plantada, para que possamos caminhar pelos caminhos que Deus vai nos oferecer, daqui para frente cada vez mais próximos, mais juntos, mais unidos.

Muito obrigado.

Com a palavra, Senador Jayme Campos.

**O Sr. Jayme Campos** (DEM – MT) – Senador Cícero Lucena, ouvindo aqui o seu pronunciamento na tarde de hoje, eu não poderia deixar de me manifestar na medida em que tenho convivido com V. Ex<sup>a</sup> nesses últimos três anos, como Senador da República. Tenho visto a sua postura, a sua luta intransigente na defesa de políticas boas para o Brasil e, sobretudo, para o seu Estado da Paraíba. Todavia, quando V. Ex<sup>a</sup> fala do processo político eleitoral, imagino que a democracia, até certo ponto, é saudável, é louvável, mas às vezes contraria os nossos objetivos, as nossas boas intenções. E eu não tenho dúvida alguma quando V. Ex<sup>a</sup> abre mão, até porque poderia, de forma democrática, também disputar um processo de convenção, ou de pré-convenção, e vencer. Mas essa sua renúncia – posso dizer renúncia – vai valer a pena dentro de um projeto maior de nós elegermos José Serra nosso Presidente da República. Imagino que o próprio Presidente Serra está vendo o seu despojamento, o seu projeto, que defende o Brasil acima de qualquer coisa. E eu imagino que qualquer cidadão, para chegar ao topo, ou seja, ao cargo maior do seu Estado, de Governador, vai ter que ter a participação de V. Ex<sup>a</sup>, vai ter que ter seu apoio obrigatoriamente, até porque V. Ex<sup>a</sup> acabou de chegar a esta Casa com alguns milhares de voto do povo paraibano. Então, ninguém pode desconhecer o seu valor, o seu prestígio político naquele Estado. Imagino que os partidos coligados com o seu PSDB lá têm a obrigação de, num gesto de grandeza, vir às praças públicas, às rádios e à televisão e, de público, dizer que precisa do apoio do Senador Cícero Lucena – e certamente já o fizeram. Isso vai valer a pena na medida que, diante disso, temos certeza de que vamos eleger lá a nossa coligação partidária, vamos eleger o nosso governador, vamos dar uma grande vitória ao nosso Presidente José Serra, com isso fazendo a verdadeira consagração dessa união que fizemos no Brasil para vencermos o mal, ou seja, fazermos um Brasil melhor, um Brasil diferenciado, um Brasil que certamente tem muito para avançar no Governo José Serra. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> e tenha a nossa solidariedade.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (PSDB – PB) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos. V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, também amigo, nos alimenta neste momento em que é muito importante receber a solidariedade de todos vocês.

Após muitas reflexões e orações ao lado de minha família, afasto-me de uma batalha, não da luta em defesa dos interesses dos paraibanos. Deixei claro, desde o início, na condição de pré-candidato, que minha intenção nunca foi a derrota pessoal de ninguém. Sempre quis – e quero – que a Paraíba ganhe.

Além do trabalho como Senador, vou abraçar outras formas de continuar defendendo a Paraíba: uma Paraíba melhor e mais justa. Recebi e aceitei a convocação nacional de meu Partido, o PSDB, para participar da campanha do meu amigo pré-candidato à presidência da República, José Serra. Lutarei com empenho para inserir anseios e reivindicações da Paraíba no programa nacional de um governo que fará com que o Brasil possa muito mais. Quero agradecer a solidariedade da Executiva Nacional e do próprio PSDB, em nome do Presidente Sérgio Guerra, amigo de todos os momentos, de quem obtive o apoio incondicional e permanente para manter a minha pré-candidatura, de que agora, voluntariamente, declino.

Gratidão é o que eu ofereço aos solidários, aos que me deram forças nas horas mais difíceis dessa caminhada. Compreensão é o que eu peço aos que torcem e entendem que eu deveria continuar na luta.

Aprendi que, em dado momento da vida, nem sempre nossos projetos são os projetos de Deus. A Ele agradeço todas as oportunidades e missões que me permitiram chegar até aqui superando dificuldades e vencendo desafios.

A todos, a reafirmação de que saio com toda a minha fé. Continuarei minha peregrinação com a certeza de que vou encontrar, sempre, forças de continuar servindo meu semelhante.

Que Deus proteja a todos.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT - MT) – Obrigada, Senador Cícero Lucena.

Com a palavra, pela inscrição, o Senador João Tenório.

**O SR. JOÃO TENÓRIO** (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores e Srs<sup>a</sup> Senadoras, inicialmente, eu gostaria de fazer uma referência e um gesto de boas-vindas ao nobre Senador Jorge Yanai. E, em nome dele, fazer uma referência ao povo japonês, à contribuição que esse povo tem dado ao desenvolvimento brasileiro durante a história mais recente do nosso País. Todos nós sabemos – eu que conheço um pouco de agricultura e tenho andado pelo interior do País – que o povo que veio do Japão tem dado importante contribuição ao desenvolvimento do nosso País, sobretudo nesse campo. Então parablenzo-o, Senador Jorge Yanai, V. Ex<sup>a</sup> vai trazer para esta Casa,

sem sombra de dúvida, o conhecimento, a honradez e a dignidade que tanto marcam a personalidade desse povo. Parabéns.

Sra. Presidente, foi noticiada amplamente pela imprensa nacional, no fim da semana passada, a realização de uma reunião entre o Presidente Lula, alguns dos seus ministros e uma parcela expressiva de Senadores da base governista. Falou-se na presença de mais de 30 Senadores, entre Líderes e liderados. E, segundo relataram os principais veículos de comunicação do País, a motivação do encontro foi exclusivamente tentar tratar da votação dos projetos do pré-sal no Senado Federal.

Supostamente, foi determinado pelo Presidente Lula aos seus aliados um cronograma de votação que concluiria a tramitação das quatro proposições relativas ao marco regulatório do pré-sal ainda neste mês de maio.

É bem verdade que os quatro projetos, de forma absolutamente equivocada e até desrespeitosa para com o Senado Federal, já tramitam em regime de urgência constitucional e passarão a trancar a pauta desta Casa já na próxima semana.

Mas é exatamente isto que devemos combater: esta pressa injustificável no trato de um assunto tão relevante. E não se trata aqui de uma questão menor entre Oposição e Governo, pois estamos diante de um tema extremamente importante e complexo, cuja decisão repercutirá no futuro de gerações da sociedade brasileira. Trata-se de agir com responsabilidade, sobretudo em se tratando de um ano eleitoral.

O pré-sal não é deste ou daquele governo. Não foi criado por este ou aquele governo. É uma descoberta nacional, uma riqueza abundante do País e, portanto, sua forma e modelo de exploração deveriam resultar de convicções formadas por meio de aprofundado debate entre todos os Poderes da República, a sociedade civil, sobretudo com intensa participação de especialistas em cada matéria presente na atividade que envolve um tema complexo e, de certa forma, ainda pouco conhecido.

Repito, trata-se de uma questão com alto grau de complexidade e com incertezas técnicas ainda consideráveis. Não se sabe exatamente o tamanho das reservas, não se sabe realmente o custo de exploração, uma vez que a tecnologia envolvida não é completamente dominada ou, pelo menos, testada na prática.

Anteontem, por exemplo, foi divulgado um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, encomendado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), que projetou o custo para extração e produção na região do pré-sal em aproximadamente 22 dólares o barril. É mais uma precificação de que se

tem notícia sobre o assunto, o que corrobora nossas preocupações, pois, afinal, todos nós já tivemos notícias de números bem distantes do agora identificado.

O fato, portanto, mostra a insegurança e a pobreza das informações disponíveis, visto que já se falou, há pouco tempo, em valores superiores a 50 dólares o barril para produzir a exploração na região.

Na avaliação feita pela Fundação Getúlio Vargas, as reservas do pré-sal seriam de 40 bilhões de barris de óleo equivalentes (BOE), com produção estimada para o período de 40 anos. Multiplicada pelo valor da extração, 8 dólares o barril, mais investimentos na produção, 14 dólares o barril, totalizando 22 dólares, os investimentos e custos de extração e produção necessários seriam da ordem de 880 bilhões de dólares.

No entanto, o que chamou a minha atenção de forma preocupante foi a conclusão do referido estudo que, divergindo totalmente do que prevê o texto aprovado na Câmara dos Deputados e no momento sob análise no Senado, afirma que o Brasil perderia se a Petrobras fosse aprovada como operadora única do pré-sal.

Para a Fundação Getúlio Vargas, a existência de um operador único pode atrasar a exploração e produção na região e causar prejuízo da ordem de 53 bilhões por ano de atraso ao nosso País.

Ora, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não serei eu que ou serei afirmar que o estudo da Fundação Getúlio Vargas está absolutamente correto, mas também não serei eu que negarei os seus acertos. O que realmente importa é que existem pontos nesse debate cuja decisão certamente merece maior análise.

Eu gostaria de ler aqui, rapidamente, o resultado, a síntese do estudo que a Fundação Getúlio Vargas realizou. Ela chama a atenção para alguns pontos que merecem ser destacados:

O Brasil ganha mais com múltiplos operadores de Pré-Sal; a competição encoraja investimentos, incentivos, inovação; aumenta a eficiência e reduz custos; para cada ano de atraso na produção de exploração de petróleo, o Governo brasileiro perde R\$53 bilhões em arrecadação; cada R\$1 bilhão de investimento no Pré-Sal gera mais de 33 mil empregos (diretos, indiretos e induzidos) na economia; um único operador vai diminuir o nível de investimento no Pré-Sal; toda a economia brasileira vai sofrer perdas equivalentes a 5,5% do PIB, como resultado de um atraso de três anos no Pré-Sal (isto ilustra os riscos econômicos associados com um modelo que centraliza os investimentos através de um único operador); ter um único operador no Pré-Sal “não parece

atender aos interesses da sociedade”, concluiu o estudo.

Sra. Presidente, essa é uma informação dada pela Fundação Getúlio Vargas, entidade, que, até que se prove o contrário, merece, digamos assim, o respeito e a confiança de todos nós, brasileiros. Portanto, é um assunto que merece uma reflexão mais profunda, e é isso que estou a propor.

Muito se fala que a única polêmica restante na discussão sobre o marco regulatório do pré-sal é a distribuição dos *royalties*.

O interessante é que, segundo notícia da imprensa, em sua estratégia para a tramitação na matéria, o Governo teria optado por adiar a decisão sobre *royalties* para evitar qualquer contaminação político-eleitoral no processo decisório. Estou plenamente de acordo com essa avaliação. Somente não entendo porque os demais assuntos relativos ao pré-sal, tão importantes quanto, não devam receber o mesmo tratamento e blindagem contra qualquer contaminação eleitoral.

Sra. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pontos como a conveniência de alteração do regime de exploração para partilha, a composição dos comitês operacionais com participação majoritária de membros da Petro-Sal, a determinação de que os presidentes dos comitês terão poder de veto e também serão membros da Petro-Sal, bem como a imposição de que a Petrobras será a operadora de todos os campos exploratórios são apenas alguns exemplos de assuntos cujo debate nesta Casa não foi satisfatório para sanar dúvidas e qualificar decisões.

Se mantido o regime de urgência e o cronograma brevíssimo do Governo, o Senado estará abrindo mão de suas prerrogativas e dando um exemplo de negligência sobre algo tão relevante para o País e para as futuras gerações, principais beneficiadas com essa provável riqueza recém-descoberta.

Para não ficar apenas nas críticas, eu gostaria de sugerir aos Líderes da Casa que trabalhem juntos para resguardar o Senado Federal por meio da suspensão imediata do regime de urgência em todos os quatro projetos relativos ao pré-sal. Sei que a Oposição já vem pressionando nesse sentido, mas é fundamental que todos os Senadores e, em especial, a Mesa Diretora tenham a noção exata do seu papel nesse processo. Até para continuarmos trilhando o caminho de resgate da credibilidade desta Instituição junto à opinião pública.

Feita a retirada da urgência, sugeriria a criação de uma comissão ou grupo especial de trabalho, composto por um número suficiente de Senadores, para tratar exclusivamente das proposições do pré-sal, interagindo ao máximo com a sociedade brasileira,

mediante a oitiva de técnicos do setor de petróleo e energia, juristas, ambientalistas, enfim, ouvindo todos que possam colaborar para a construção do melhor marco legal para o País.

Por se tratar de um tema plural e de grande relevância, penso que a criação de uma comissão ou grupo especial poderia destinar toda sua atenção e tempo para apreciação exclusiva da matéria, diferentemente do que ocorre com as demais comissões da Casa cuja obrigação em relação a outros projetos é concorrente.

Concluída essa etapa, sem que haja qualquer pressão de tempo ou calendário predeterminado, penso que o Plenário do Senado Federal estaria pronto para, aí sim, iniciar o debate qualificado do assunto.

Sei que o período eleitoral norteará muitas das próximas decisões que tomaremos nesta Casa. Registro, inclusive, minha grande preocupação com esse fato. Porém, apelo a todas as Sr<sup>as</sup> e a todos os Srs. Senadores para o dever cívico que temos com o futuro da riqueza nacional e com várias gerações de brasileiros que estão por vir, e, sendo assim, que tratemos o marco regulatório do pré-sal com a responsabilidade que ele merece.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT - MT) – Nos próximos instantes, tomará posse o Senador Jorge Yanai. A próxima inscrita seria eu, mas, como o meu discurso é um pouco longo, nós permutamos. Então, o seguinte a usar da palavra será o Senador Mozarildo. Ele vai falar e, logo após, deverá ser a posse do Senador. Depois falarei eu.

Então, por permuta com a minha pessoa, tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, que sempre, brilhantemente, preside as sessões do Senado; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente, cumprimento meu colega médico Jorge Yanai, que, dentro de poucos minutos, vai assumir a cadeira de Senador pelo Estado de Mato Grosso, como primeiro suplente do Senador Gilberto Goellner. É uma satisfação dupla, por ter um colega médico assumindo e, ao mesmo tempo – sei pelas informações que me chegaram –, por ser uma pessoa realmente muito humanitária, que prestou um grande trabalho no Estado do Mato Grosso e que, ainda mais, é tão bem prestigiado pelo Embaixador do Japão e pela colônia japonesa aqui presente. Isso, para mim, realmente é uma honra.



Também quero cumprimentar o Deputado William Woo, de São Paulo, companheiro de jornadas maçônicas.

Sra. Presidente, eu quero hoje abordar um tema que diz respeito a uma matéria publicada na revista *Veja* desta semana, que começa com a Carta ao Leitor, a carta em que a revista apresenta a matéria ao leitor, e é até interessante que o Estado do Mato Grosso esteja atento a isso. Diz o seguinte:

Uma cadeia de fraudes e abusos.

Entre as ações de cunho demagógico e dilapidador que emperram o desenvolvimento do Brasil, está a demarcação selvagem de terras.

As palavras aqui, Senadora Serys, são da revista *Veja*; não são minhas. Ressalto isso porque há um preconceito que me acompanha de que eu não gosto de índio, não gosto de meio ambiente. Eu não gosto é de certas ONGs picaretas que vivem às custas disso. E é bom ver uma revista como a *Veja* dizer essas coisas.

Continuo:

Não se discute que o país precisa ter reservas ambientais [é verdade], alguns assentamentos agrícolas e áreas que preservem culturas autóctones [como é o caso dos índios, dos quilombolas, etc.] Mas o que ocorre hoje passa muito longe do bom senso, como mostra a reportagem especial que começa na página 154 desta edição. Para se ter uma ideia, se o governo demarcar toda a extensão reivindicada por sem-terras, índios, quilombolas, ambientalistas e ideólogos do atraso vestidos de antropólogos, sobrarão para as atividades produtivas apenas 8% do território nacional - uma área equivalente à soma da Bahia e do Piauí. [Quer dizer, restará, mais ou menos, uma área como a Bahia e o Piauí para que o Brasil produza e alimente, inclusive, a sua população.] O cálculo alarmante foi feito pela Embrapa, a respeitada agência de tecnologia rural do País.

Para verificar como funciona na prática a demarcação no Brasil, *Veja* enviou os repórteres Leonardo Coutinho, Igor Paulin e Júlia de Medeiros a campo, coordenados pelo editor Felipe Patury. Durante um mês, eles visitaram onze Municípios em sete Estados. Percorreram mais de 3.000 quilômetros de carro e barco, para conhecer reservas e entrevistar setenta pessoas, entre autoridades federais, policiais, juízes, religiosos, pesquisadores, beneficiários da criação das reservas e vítimas desses pro-

cessos. Ao final, descobriram uma verdadeira fauna de espertalhões. [Repito: as palavras são da revista *Veja*.] Ao final, descobriram uma verdadeira fauna de espertalhões: negros e brancos que se declaram índios, padres que “ressuscitam” [repito aqui: palavras da revista *Veja*, e ressuscitam entre aspas] etnias desaparecidas há 300 anos e ONGs [as famosas organizações não governamentais] que estimulam moradores de cidades a se passar por silvícolas - para, desse modo, receber mais dinheiro de organizações estrangeiras e de Brasília [isto é, do Governo Federal]. A reportagem produziu uma evidência enfática de como boas causas podem deflagrar uma cadeia de fraudes e abusos que, se não forem detidos, prejudicarão a todos - inclusive as minorias de verdade, que precisam mesmo de proteção do Estado.

Então, essa aqui, Senadora Serys, é uma matéria que eu venho, desde quando assumi aqui o meu mandato em 1999... Aliás, antes, como Deputado Federal, na Constituinte, eu tentei defender uma coisa racional, lógica, porque nós - não é, Senador Jorge Yanai? -, na Medicina, aprendemos a fazer diagnóstico para depois implementar qualquer tratamento.

Mas, neste caso aqui, das demarcações de terras no Brasil, não há nenhum tipo de diagnóstico honesto, correto, e eu fico feliz que a revista *Veja* diga. Inclusive o título da matéria que começa a reportagem propriamente dita, que é uma reportagem especial, é: “A Farra da Antropologia Oportunista”. E aí vem a sub-manchete: “Critérios frouxos para a delimitação de reservas indígenas e quilombos ajudam a engordar as contas de organizações não-governamentais e diminuem ainda mais o território destinado aos brasileiros que querem produzir”.

Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, eu presidi a primeira CPI das ONGs aqui no Senado. Assumi em 1999 o meu primeiro mandato, em 2000 instalamos a CPI aqui. Tivemos uma dificuldade enorme de ouvir certas organizações não governamentais. Mais difícil ainda foi ouvir certas pessoas envolvidas com problemas sérios como funcionários da Funai.

E fiquei abismado de ver que as ONGs ou organizações não governamentais, muito ao contrário do que apregoavam, que eram entidades sacrossantas, na verdade, muitas delas - temos de ressaltar que existem ONGs sérias, que trabalham direito e têm realmente o princípio da solidariedade como lema e como prática - realmente fazem essa farra da antropologia oportunista.

Vou-me ater ao tempo, Senadora Serys, até em homenagem ao Senador Jorge Yanai, mas quero pedir a V. Ex<sup>a</sup> que autorize a transcrição, na íntegra, desta matéria, que até fala do meu Estado, da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Há até uma foto do Presidente Lula na reserva com arco e flecha e cocar na cabeça. Mas lá nenhum índio usava cocar mais. Nenhum índio usava mais arco e flecha, mas os antropólogos pregaram que eles tinham de voltar a se vestir mais ou menos como se vestiam os índios quando Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil. Aqui está o Presidente com arco e flecha na mão, e diz a legenda da foto: “Lei da selva. Lula na comemoração da demarcação da Raposa Serra do Sol, que feriu o Estado de Roraima.” Está correto: feriu o Estado de Roraima de morte. E o Presidente Lula foi comemorar onde essa demarcação? Na comunidade indígena, que é do Conselho Indígena de Roraima (CIR), que, como a própria revista *Veja* mostra, é uma das ONGs mais corruptas do País.

Nossa CPI indicou isso. Mas o Presidente sequer se reuniu com as mais de 300 famílias expulsas, desterradas da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Esses brasileiros não interessam ao Presidente Lula. Não interessa saber sequer se eles tiveram uma indenização – justa nenhum recebeu – pelo menos razoável por saírem das suas terras. Os avós e os bisavós cultivaram, e eles edificaram suas pequenas propriedades. Não havia nenhum grande fazendeiro lá, não.

Mas a distorção que pregam esses antropólogos e que foi colocada para a imprensa foi a seguinte: existiam apenas seis arroteiros maltratando os índios.

Essa mentira pegou, e o Presidente Lula a referendou. Portanto, referendou essa farra oportunista da antropologia, como diz a *Veja*.

Quero, como disse, ater-me a esse tempo e pedir a V. Ex<sup>a</sup> que considere lida toda a matéria da revista *Veja*. Vou voltar à tribuna. Há casos curiosíssimos que a revista coloca de pessoas não índias: 40 a 47 famílias de ribeirinhos foram convencidos a se intitularem índios e aprenderam rituais que nunca tinham visto na sua vida para depois a Funai demarcar como terra indígena.

Recomendo a todos os brasileiros de boa fé e de bons costumes que leiam esta matéria. Quero parabenizar a revista *Veja* e a equipe que fez esta reportagem, porque isso demonstra um alto valor de patriotismo e preocupação com o futuro deste País – coisa que, lamentavelmente, o Presidente Lula não tem. Ele quer ser um estadista mundial, mas não se preocupa em ser um estadista internamente no Brasil. Deixa acontecer essas coisas que a revista *Veja*, num bom momento, denuncia.

Portanto, Sra. Presidente, encerro, reiterando o pedido de que seja transcrita na íntegra a matéria publicada na revista *Veja*. Sei que V. Ex<sup>a</sup> se equivocou e colocou “22”, mas estou encerrando o discurso, sim, e peço, portanto, a transcrição em homenagem ao nosso colega Senador Jorge Yanai.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI  
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

veja

02/05/2010

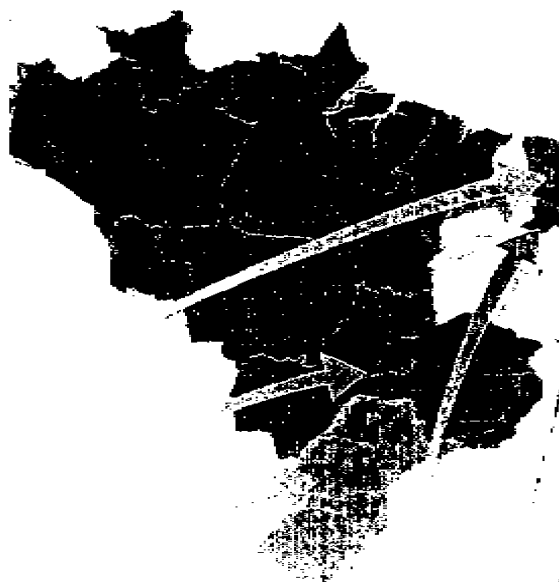
## Carta ao Leitor

# Uma cadeia de fraudes e abusos

Entre as ações de cunho demagógico e dilapidador que emperram o desenvolvimento do Brasil, está a demarcação selvagem de terras. Não se discute que o país precisa ter reservas ambientais, alguns assentamentos agrícolas e áreas que preservem culturas autóctones. Mas o que ocorre hoje passa muito longe do bom senso, como mostra a reportagem especial que começa na página 154 desta edição. Para se ter uma ideia, se o governo demarcar toda a extensão reivindicada por sem-terras, índios, quilombolas, ambientalistas e ideólogos do atraso vestidos de antropólogos, sobrarão para as atividades produtivas apenas 8% do território nacional — uma área equivalente à soma de Bahia e Piauí. O cálculo alarmante foi feito pela Embrapa, a respeitada agência de tecnologia rural do país.

Para verificar como funciona na prática a demarcação no Brasil, VEJA enviou os repórteres Leonardo Coutinho, Igor Paulin e

Júlia de Medeiros a campo, coordenados pelo editor Felipe Paury. Durante um mês, eles visitaram onze municípios em sete estados. Percorreram mais de 3.000 quilômetros de carro e barco, para conhecer reservas e entrevistar setenta pessoas, entre autoridades federais, policiais, juízes, religiosos, pesquisadores, beneficiários da criação das reservas e vítimas desses processos. Ao final, descobriram uma verdadeira fauna de espantalhões: negros e brancos que se declaram índios, padres que "ressuscitam" emias desaparecidas há 300 anos e ONGs que estimulam moradores de cidades a se passar por silvícolas — para, desse modo, receber mais dinheiro de organizações estrangeiras e de Brasília. A reportagem produziu uma evidência enfática de como boas causas podem deflagrar uma cadeia de fraudes e abusos que, se não forem detidos, prejudicarão a todos — inclusive as minorias de verdade, que precisam mesmo da proteção do estado.



**VEJA em campo** Os repórteres Igor Paulin, Júlia de Medeiros e Leonardo Coutinho (foto) descobriram que existe uma indústria de demarcação de terras comandada por experimêntes e ideólogos anticanalistas. Se todas as reivindicações fossem atendidas, o território produtivo do país seria reduzido a apenas 8% de sua área total (em branco, no mapa).

veja

02/05/2010

## Especial

# A FARRA DA ANTROPOLOGIA OPORTUNISTA

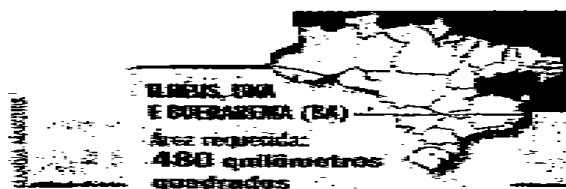
**Critérios frôuxos para a delimitação de reservas indígenas e quilombos ajudam a engordar as contas de organizações não governamentais e diminuem ainda mais o território destinado aos brasileiros que querem produzir**

LEONARDO COUTINHO, IGOR PAULIN E JÚLIA DE MEDEIROS

**A**s dimensões continentais do Brasil costumam ser apontadas como um dos alicerces da prosperidade presente e futura do país. As vastidões férteis e inexploradas garantiriam a ampliação do agronegócio e do peso da nação no comércio mundial. Mas essas avaliações nunca levam em conta a parcela do território que não é nem será explorada, porque já foi demarcada para proteção ambiental ou de grupos específicos da população. Áreas de preservação ecológica, reservas indígenas e supostos antigos quilombos abarcam, hoje, 77,6% da extensão do Brasil. Se a conta incluir também os assentamentos de reforma agrária, as cidades, os portos, as estradas e outras obras de infraestrutura, o total alcança 90,6% do território nacional. Ou seja, as próximas gerações terão de se contentar em ocupar uma porção do tamanho de São Paulo e Minas Gerais. E esse naco poderá ficar ainda menor. O governo pretende criar outras 1.314 reservas e destinar mais 50.000 hectares para a reforma agrária. Juntos, eles constituirão uma área equivalente à de Pernambuco. A maior parte será entregue a índios e comunidades de remanescentes de quilom-

bos. Com a intenção de proteger e preservar a cultura de povos nativos e expiar os pecados da escravidão, a legislação brasileira instaurou um rito sumário no processo de delimitação dessas áreas.

Os motivos, pretensamente nobres, abriram espaço para que surgisse uma verdadeira indústria de demarcação. Pelas leis atuais, uma comunidade depende apenas de duas coisas para ser considerada indígena ou quilombola: uma declaração de seus integrantes e um laudo antropológico. A maioria desses laudos é elaborada sem nenhum rigor científico e com claro teor ideológico de uma esquerda que ainda insiste em extinguir o capitalismo, imobilizando terras para a produção. Alguns relatórios ressuscitaram povos extintos há mais de 300 anos. Outros encontraram etnias em estados da federação nos quais não há registro histórico de que elas tenham vivido lá. Ou acharam quilombos em regiões que só vieram a abrigar negros depois que a escravidão havia sido abolida. Nesta reportagem, VEJA apresenta casos nos quais antropólogos, ativistas políticos e religiosos se associaram a agentes públicos para montar processos e criar reservas. Parte delas destrói perspectivas econômicas de toda uma região.



**Beneficiados: 140 famílias declaradas tupinambás**

**Impacto: elimina 600 fazendas, cinco assentamentos de reforma agrária e uma das primeiras vilas do Brasil**



veja

02/05/2010

## Os novos cambais

A foto acima parece estranha — e é. O baiano José Alson da Silva é negro e professa o candomblé. Seu cocar é de penas de galinha, como os que se usam no Candomblé. Silva se declarou pajaro, mas os pajaros disseram que era mentira. Reapareceu tupinambá, povo antropófago extinto

no século XVII. Ele é irmão do também autodeclarado cacique Babau, que vive em uma área que nunca foi habitada pelos tupinambás. Sua "tribo" é composta de uma maioria de negros e mulatos, mas também tem brancos de cabelos loiros. Há seis anos, o grupo invade e saqueia fazendas do sul da Bahia, crimes que leva-

ram Babau à prisão. Seu irmão motorista também esteve na cadeia por jogar o ônibus sobre agricultores. As contradições e os delitos não impediram a Funai de reconhecê-los como índios legítimos e de oferecer-lhes uma reserva gigantesca, que englobaria até a histórica Olivença, um das primeiras vilas do país.

## UM PAÍS LOTEADO

A parcela do Brasil destinada à preservação do ambiente, comunidades indígenas, quilombolas e reforma agrária já beira 90% do território. Nos próximos

anos, esse número deve subir ainda mais, porque o governo pretende demarcar mais 334 reservas ambientais, 232 indígenas, 948 quilombos e fornecer 50.000 lotes para a reforma agrária. A agricultura e as demais atividades econômicas terão apenas 8% de área para se desenvolver

**LEI DA SELVA** Lida na comemoração da demarcação da Raposa Serra do Sol, que feriu o estado de Roraima

como ocorreu em Paraíba, no Litoral Sul de São Paulo. Outras levam as tintas do teatro do absurdo. Exemplo disso é o Parque Nacional do Jaú, na Amazônia, que englobou uma vila criada em 1907 e pôs seus moradores em situação de despejo. A solução para mantê-los lá foi declarar a área um quilombo do qual não há registro histórico. Certas iniciativas são motivadas pela ideia maluca de que o território brasileiro deveria pertencer apenas aos índios, tese rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal. Há, ainda, os que advogam a criação de reservas indígenas como meio de preservar o ambiente. E há também — ou principalmente — aqueles que, a pretexto de proteger este ou aquele aspecto, querem tão somente faturar. "Diante desse quadro, é preciso dar um basta imediato nos processos de demarcação", como já advertiu há quatro anos o antropólogo Mécio Pereira Gomes, ex-presidente da Funai e professor da Universidade Federal Fluminense.

Os laudos antropológicos são encomendados e pagos pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Mas muitos dos antropólogos que os elaboram são arregimentados em organizações não governamentais (ONGs) que sobrevivem do sucesso nas demarcações. A quantidade de dinheiro que elas recebem está diretamente relacionada ao número de índios ou quilombolas que alegam defen-

der. Para várias dessas entidades, portanto, criar uma reserva indígena ou um quilombo é uma forma de angariar recursos de outras organizações estrangeiras e mesmo do governo brasileiro. Não é por outro motivo que apenas a causa indígena já tenha arregimentado 242 ONGs. Em dez anos, a União repassou para essas entidades 700 milhões de reais. A terceira maior beneficiária foi o Conselho Indígena de Roraima (CIR). A instituição foi criada por padres católicos de Roraima com o objetivo de promover a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, um escândalo de proporções literalmente amazônicas. Instituída em 2005, ela abrange 7,5% do território do estado e significou a destruição de cidades, de lavouras e um ponto final ao desenvolvimento do norte de Roraima — que, no total, passou a ter 46% de sua área constituída por reservas indígenas. Em dez anos, o CIR recebeu nada menos que 88 milhões de reais da União, mais do que a quantia repassada à delegacia da Funai de Roraima no mesmo período. Não é preciso dizer que a organização nem sequer prestou contas de como gastou esse dinheiro.

A ganância e a falta de controle propiciaram o surgimento de uma aberração científica. Antropólogos e indígenas brasileiros inventaram o conceito de "índios ressurgidos". Eles seriam herdeiros de tribos extintas há 200 ou 300 anos. Os laudos que nestam sua legitimidade não se preocupam em certificar se esses grupos mantêm vínculos históricos ou culturais com suas preten-

## EXTENSÃO JÁ DEMARCADA

**Reservas e terras livres de preservação ambiental:**

**5500 000** quilômetros quadrados.

**64,5%** do território

**O EQUIVALENTE A ACRE, AMAZONAS, RONDÔNIA, RORAIMA, AMAPÁ, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, TOCANTINS, PARÁ E MARANHÃO**

**Cidades e infraestrutura:**

**255 000** quilômetros quadrados.

**3%** do território

**O EQUIVALENTE A CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PARAÍBA**

**Reservas indígenas e quilombos:**

**1 110 000** quilômetros quadrados.

**13,1%** do território

**O EQUIVALENTE A GOIÁS, SERGIPE, DISTRITO FEDERAL, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO E RIO DE JANEIRO**

**Assentamentos de reforma agrária:**

**850 000** quilômetros quadrados.

**10%** do território

**O EQUIVALENTE A SÃO PAULO, PARANÁ, SANTA CATARINA, RIO GRANDE DO SUL E ALAGOAS**

sas raízes. Apresentam somente reivindicações de seus integrantes e argumentos estapafúrdios para justificá-las. A leniência com que a Funai analisa tais processos permitia que comunidades espalhadas pelo país passassem a se apresentar como tribos desaparecidas. As regiões Nordeste e Norte lideram os pedidos de reconhecimento apresentados à Funai. Em dez anos, a população que se declara indígena triplicou. Em 2000, o Ceará contava com seis povos indígenas. Hoje, tem doze. Na Bahia, catorze populações reivindicam reservas. Na Amazônia, quarenta grupos de ribeirinhos de repente se descobriram índios. Em vários desses grupos, ninguém é capaz de apontar um ancestral indígena nem de citar costumes tribais. VEJA deparou com comunidades usando cocares comprados em lojas de artesanato. Em um delas, há pessoas que aderiram à macumba, um culto africano, pensando que se tratasse da religião do extinto povo anacé. No Pará, um padre ensina aos ribeirinhos católicos como dançar em honra aos deuses daqueles que seriam seus antepassados.

Casos assim escandalizam até estudiosos benevolentes, que aceitam a tese dos "índios ressurgidos". "Não basta dizer que é índio para se transformar em um deles. Só é índio quem nasce, cresce e vive num ambiente de cultura indígena original", diz o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Declarar-se índio, no entanto, além de fácil, é uma farra. No governo do PT, basta ser reconhecido como índio para ganhar Bolsa Família e cesta básica. O governo gasta 250% mais com a saúde de um índio — verdadeiro ou das Organizações Tabajara — do que com a de um cidadão que (ainda) não decidiu virar índio. O paradoxo é que, em certas regiões, é preciso ser visto como índio para ter acesso a benesses da civilização. As "tribos" têm direito a escolas próprias, o que pode ser considerado um luxo no interior do Norte e do Nordeste, onde milhões de crianças têm de andar quilô-

metros até a sala de aula mais próxima. "Aqui, só tinha escola até a 8ª série e a duas horas de distância. Depois que a gente se tornou índio, tudo ficou diferente, mais perto", diz Magnólia da Silva, neotupinambá baiana. Isso para não falar da segurança fornecida pela Polícia Federal, que protege as terras de invasões e conflitos agrários. "Essas vantagens fizeram as pessoas assumir artificialmente uma condição étnica, a fim de obter serviços que deveriam ser universais", constata o sociólogo Demétrio Magnoli.

A indústria da demarcação enxergou nas pequenas comunidades negras mais uma maneira de sair do vermelho e ficar no azul. Para se ter uma ideia, em 1995, na localidade de Oriximiná, no Pará, o governo federal reconheceu oficialmente a existência de uma comunidade remanescente de um quilombo — e, assim, concedeu um pedaço de terra aos supostos herdeiros dos supostos escravos que supostamente viviam ali. Desde então, foram instituídas outras 171 áreas semelhantes em diversas regiões. Em boa parte delas, os critérios usados foram tão arbitrários quanto os que permitiram a explosão de reservas indígenas. Também no caso dos remanescentes de quilombolas, a principal prova exigida para a demarcação é a autodeclaração. Como era de esperar, passou a ser mais negócio se dizer negro do que mulato. "Desde que o governo começou a financiar esse tipo de segregação racial, os mestiços que moram perto de quilombos passaram a se declarar negros para não perder dinheiro", diz a presidente do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro, Heiderli Alves. Índio que não é índio, negro que não é negro, reservas que abrangem quase 80% do território nacional e podem alcançar uma área ainda maior: o Brasil é mesmo um país único. Para espertalhões e espertalhões,

## Os "carambolas"

Nunca se soube da existência de quilombos no Amazonas. Mas há quatro anos apareceu um em Novo Airão, a nordeste de Manaus. Lá, 22 famílias se declararam herdeiras de escravos fugidos. Até então, elas contavam outra história: desceram de seringueiros que, há 100 anos, teriam migrado para trabalhar na coleta do látex. Em 1980, a comunidade entrou em um limbo jurídico. Naquele ano, o governo incluiu sua vila no Parque Nacional do Jaú.



**NOVO AIRÃO (AM)**  
Área requerida:  
**7.200 quilômetros quadrados**  
Beneficiários: 22 famílias quilombolas  
Impacto: reduz o Parque do Jaú, a quarta maior reserva florestal do país, em 33%

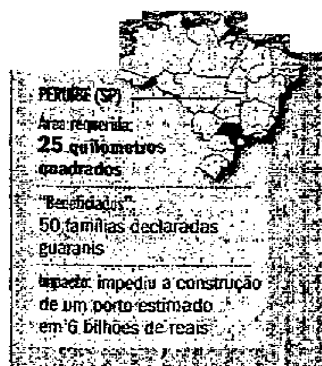
As famílias passaram a viver ilegalmente na área. O Ministério do Desenvolvimento Agrário resolveu o problema convertendo-as em quilombolas — ou "carambolas" como eles se autodenominam. "A gente virou carambola para não perder a terra", diz Edneu Mendes.

## Não basta ser negro

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) decidiu uma comunidade negra que vive na região central do Rio Grande do Sul desde o início do século XIX. O Incra demarcou na área um quilombo chamado São Miguel. Parte das negros se opôs ao processo. José Adriano Carvalho explica por que: "O Incra veio com papo de regularizar minhas terras, mas, quando mostrei que a documentação estava em ordem, eles disseram que a intenção era tirar os brancos daqui", afirma. Carvalho se recusou a declarar que era descendente de quilombolas e, por isso, pode ser expulso da terra onde nasceu, há 68 anos.



**RESTINGA SECA (RS)**  
Área requerida:  
**1,3 quilômetro quadrado**  
Beneficiários: 153 famílias quilombolas  
Impacto: desapropria oito fazendas e uma olaria, causando um prejuízo de 2,5 milhões de reais a microempresários



## Índio bom e índio pobre

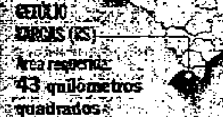
Em 2000, cinquenta famílias de guaranis se mudaram para uma praia em Curitiba, no Litoral Sul de São Paulo. A terra que eles ocupam é fértil, mas ainda assim poderiam ter feito um ótimo negócio. O empresário Erke Batista queria construir um porto no local e ofereceu aos índios uma fazenda produtiva, com infraestrutura, dois rios, um pesque-pague e até caça. Mais: daria 1 milhão de reais a cada família. A

tribo tirou uma grande lição: não se pode confiar no dinheiro. Em 2007, Alegria, que os sete anos de ocupação integraram a área com os índios em atividades tradicionais do local. A chefe Lilian Gomes (em pé, ao fundo) lamentou: Moreira da região desde 2002. Ela é casada com um cambojense (thai), tem carro, TV, computador, faz compras no supermercado e não conseguiu impedir a Funai de enterrar a melhor oportunidade de ascensão social que seus filhos tinham.

## Problema dos brancos

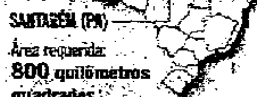
Dois pequenos negociantes das aldeias Erchim, Erbang e Getúlio Vargas estão prestes a perder suas terras. Em 2006, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) transferiu para a região um grupo de 63 guaranis de outros locais do Rio Grande do Sul. Os índios ergueram uma favela em volta das aldeias, construídas por italianos, alemães e poloneses há mais de 150 anos. Estão vivendo em condições muito precárias. A gente vai para cá por ver o

Cimi prometeu mais terras, mas estamos na miséria. Diz um dos líderes guarani Severino Moreira (o primeiro à esquerda). São São João e Passagem. A Funai declara que a terra é uma área tradicional dos índios, sob a criação de uma reserva local e a expulsão dos colonos. São esses últimos agora que terão problemas.



## Teatrinho na praia

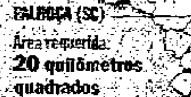
Os boratis viviam em Alter do Chão, a praia mais badalada do Pará. Com pouco mais de 200 pessoas, a tribo assimilou a cultura dos brancos de tal forma que desapareceu no século XVII. Em 2005, Florêncio Vaz, trade fundador do Grupo Consciência Indígena, persuadiu 47 famílias caboclas a proclamar sua ascendência borati. Frei Florêncio ensinou-lhes costumes e coreografias indígenas. O "cacique" Odaí José, de 28 anos, reclamou do fato de NEIA tê-lo visitado sem anúncio prévio. "A gente se prepara para receber a imprensa", disse. Seu vizinho Braciago Souza Filho afirma que "ele se pinta e se fantasia de índio para enganar os visitantes". Basílio dos Santos, tio do "cacique", corrobora essa versão: "Não tem índio aqui. Os bisavós do Odaí nasceram em Belém".



## Made in Paraguai

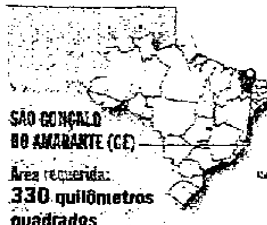
Há dez anos, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) importou índios paraguaios e alemães para o Morro dos Cavaleiros, em Santa Catarina. Hoje, vivem lá dezesseis famílias. A maioria dos imigrantes se expressa em espanhol, mas todos foram orientados a se declarar brasileiros. A Funai e o Cimi falam para a gente dizer que é carií, diz o guarani Milton Moreira, de 49 anos. Paraguai, ele chegou a Santa Catarina quando tinha 6 anos, mas foi sua presença no local que embasou o pedido de criação da reserva.

Curiosamente, Moreira se opõe à demarcação. "Cresci aqui porque meu pai não tinha mais onde morar. Se esses índios poloneses quisessem botar índio em qual quer lugar, por que não põem a gente para morar no apartamento deles?", pergunta Moreira.



## Macumbeiros de cocar

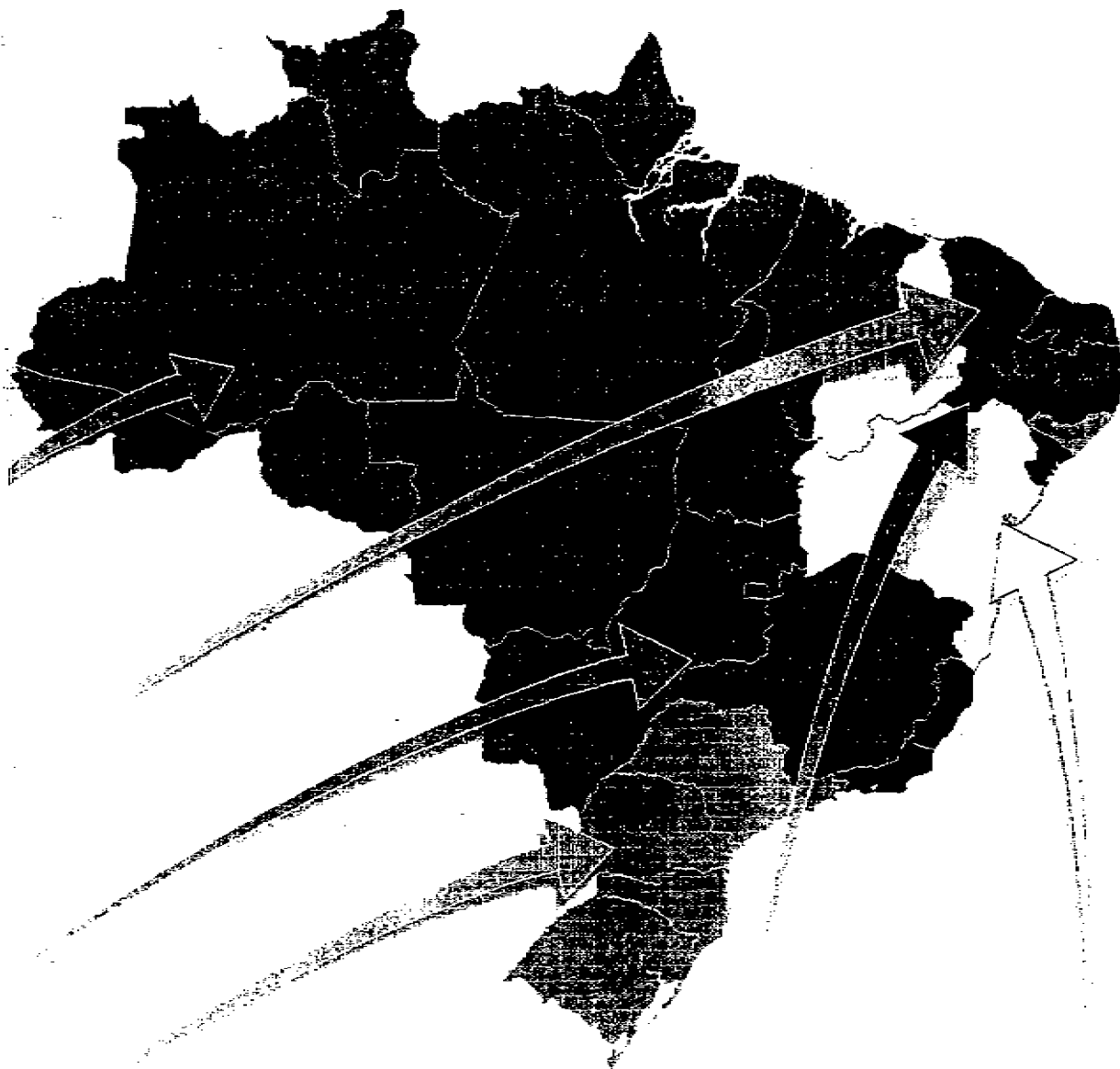
Os cearenses de São Gonçalo do Amarante vivem um tormento. Sede do Porto de Pecém, o município espera abrigar uma refinaria, uma siderúrgica e um complexo industrial. Um padre, no entanto, convenceu seus fiéis de que esses investimentos os expulsariam do local. Sua única saída para ficar lá seria declarar-se indígenas. "Querem nos tirar terras que nossos pais e avós compraram com muito suor", reverbera o agente de saúde Francisco Moraes. Eles, então, compraram cocares, maracás e passaram a se pintar. "A gente sempre foi muito, só não sabia", diz Moraes, que agora se apresenta como "Cacique Júnior" e cultiva supostos hábitos dos índios anacés, extintos há 200 anos. "Faz macumbas e a dança de São Gonçalo". A questão é que a origem da macumba é africana e a da dança portuguesa.





veja

02/05/2010

**EXTENSÃO QUE PODE VIR A SER DEMARCADA**

Reservas indígenas e quilombos	72 600 quilômetros quadrados	1% do território
Assentamentos de reforma agrária	15 000 quilômetros quadrados	0,2% do território
Reservas e demais áreas de preservação ambiental	15 000 quilômetros quadrados	0,2% do território

equivalente a Pernambuco



Quanto sobraria de território para produção e desenvolvimento: **700 000 quilômetros quadrados, 8% DO TERRITÓRIO DO O EQUIVALENTE A BAHIA E PIAUÍ**

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Eu gostaria de anunciar as presenças do Sr. William Woo, Deputado Federal do PPS, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil–Japão; do Sr. Ken Shimanoushi, Embaixador do Japão, que muito nos honram com as suas presenças.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há matéria sobre a Mesa, que passaremos a ler:

A Presidência recebeu da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2010** (nº 2.486, de 2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República que dá nova redação ao *caput* do art. 15, da Lei nº 7.678, de 08 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho na forma que especifica.

É o seguinte o Projeto:

## **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2010**

(nº 2.486/2007, na Casa de origem)  
(De iniciativa do Presidente da República)

Dá nova redação ao *caput* do art. 15 da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, na forma que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** O *caput* do art. 15 da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. Vinho composto é a bebida com teor alcoólico de 14% (quatorze por cento) a 20% (vinte por cento) em volume, elaborado pela adição ao vinho de mesa de macerados ou concentrados de plantas amargas ou aromáticas ou de substâncias de origem animal ou mineral, em conjunto ou separadamente, sendo permitido na sua elaboração o uso de álcool etílico potável de origem agrícola, de açúcar, de caramelo e de mistela simples.

..... ”(NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.486, DE 2007**

Dá nova redação ao **caput** do art. 15 da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, na forma que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º O **caput** do art. 15 da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. Vinho composto é a bebida com teor alcoólico de 14% (quatorze por cento) a 20% (vinte por cento) em volume, elaborado pela adição ao vinho de mesa de macedos ou concentrados de plantas amargas ou aromáticas ou de substâncias de origem animal ou mineral, em conjunto ou separadamente, sendo permitido na sua elaboração o uso de álcool etílico potável de origem agrícola, de açúcar, de caramelo e de mistela simples.

.....” (NR)

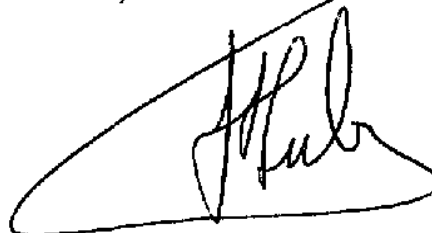
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 897, de 2007.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dá nova redação ao **caput** do art. 15 da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, na forma que especifica”.

Brasília, 22 de novembro de 2007.



E. M. Nº 00015/2007-MAPA

Brasília, 18 de maio de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Para adequar a legislação nacional vigente de vinhos e derivados da uva e do vinho à demanda do setor produtivo quanto ao padrão de identidade e à qualidade do vinho composto, proponho nova redação para o art. 15 da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, alterada pela Lei nº 10.970, de 12 de novembro de 2004, a qual dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho.

2. A proposição tem por objetivo corrigir um erro material constatado no padrão de identidade e qualidade do vinho composto, considerando a tradição de elaboração desse produto no Brasil e no mundo, em que a composição principal do produto está baseada no uso de ervas aromáticas ou de substâncias de origem animal ou mineral.

3. A nova redação do art. 15 da Lei ora vigente, permitirá que, ao vinho composto, sejam opcionalmente adicionados os demais ingredientes mencionados no padrão de identidade e qualidade do produto, sejam eles álcool etílico potável de origem agrícola, açúcar, caramelo e mistela simples, como de hábito vinha sendo feito no Brasil e é feito internacionalmente.

4. A alteração referida, além de disciplinar a questão da produção do vinho composto e regularizar o mercado desse produto (atualmente existem 638 vinhos compostos registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA), oferecerá os instrumentos jurídicos adequados para o registro do produto junto ao MAPA, tornando possível a atualização deste dispositivo legal à realidade hoje encontrada no mercado mundial.

5. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que, se aprovado, consubstanciará a medida proposta.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Reinhold Stephanes*

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****LEI Nº 7.678, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1988.**

Dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.

.....  
~~Art. 15. Vinho composto é a bebida com graduação alcoólica de 15º a 18º (quinze a dezoito grau Gay Lussac) obtida pela adição, ao vinho de mesa, de macerados e/ou concentrados de plantas amargas ou aromáticas, substâncias de origem animal ou mineral, álcool etílico potável e açúcares.~~  
.....

Art. 15. Vinho composto é a bebida com teor alcoólico de 14% (catorze por cento) a 20% (vinte por cento) em volume, elaborado pela adição ao vinho de mesa de macerados ou concentrados de plantas amargas ou aromáticas, substâncias de origem animal ou mineral, álcool etílico potável de origem agrícola, açúcar, caramelo e mistela simples. (Redação dada pela Lei nº 10.970, de 2004)

§ 1º O vinho composto deverá conter no mínimo 70% (setenta por cento) de vinho de mesa.

§ 2º O vinho composto classifica-se em:

a) vermute, o que contiver losna (*Artemisia absinthium*, L) predominante entre os seus constituintes aromáticos;

b) quinado, o que contiver quina (*Cinchona* e seus híbridos);

c) gemado, o que contiver gema de ovo;

d) vinho composto com jurubeba;

e) vinho composto com ferroquina; e

f) outros vinhos compostos.

.....

*(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa )*

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do 91, § 1º, inciso V, do Regimento Interno, o projeto será apreciado terminativamente pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, alínea c, da referida norma interna.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu da Câmara dos Deputados o **Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2010** (nº 2.619, de 2007, na Casa de origem), do Deputado Zenaldo Coutinho, que altera os arts. 69 e 70 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, modificando a composição e a estrutura dos conselhos penitenciários.

É o seguinte o Projeto:

## **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2010**

(nº 2.619/2007, na Casa de origem, do Deputado Zenaldo Coutinho)

**Altera os arts. 69 e 70 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, modificando a composição e a estrutura dos Conselhos Penitenciários.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º O § 1º do art. 69 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:**

**"Art. 69 .....**

**§ 1º O Conselho será regulado por lei federal e estadual. Haverá um Conselho em cada Município sede de unidade prisional, que será integrado por:**

**I – representante do Governo Estadual ou Federal, conforme a natureza da unidade prisional;**

**II – representante do Município sede de unidade prisional;**

**III – representante do Poder Judiciário Estadual ou Federal, conforme a natureza da unidade prisional;**

**IV – representante da Defensoria Pública da União ou do Estado, conforme a natureza da unidade prisional;**

**V – representante do Ministério Público Federal ou Estadual, conforme a natureza da unidade prisional;**

**VI – representante do Conselho Municipal de Assistência Social do Município sede de unidade prisional;**

VII - 3 (três) representantes da Sociedade Civil Organizada.

..... " (NR)

Art. 2º O art. 70 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

"Art. 70. ....

.....

V - apresentar sugestões para aprimoramento do sistema prisional;

VI - propor medidas de humanização;

VII - auxiliar na agilização dos processos dos presos provisórios." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.619, DE 2007

Altera os arts 69 e 70 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, modificando a composição e a estrutura dos Conselhos Penitenciários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do Art. 69 da lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 69.....

§ 1º O Conselho será regulado por lei federal e estadual. Haverá um Conselho em cada município sede de unidade prisional, e será integrado por:

I - Representante do Governo Estadual ou Federal, conforme a natureza da unidade prisional;

II - Representante da Prefeitura sede de unidade prisional;

III - Representante do Poder Judiciário Estadual ou Federal, conforme a natureza da unidade prisional;

IV - Representante da Defensoria Pública Federal ou Estadual, conforme a natureza da unidade prisional;

V - Representante do Ministério Público Federal ou Estadual, conforme a natureza da unidade prisional;

VI - Representante do Conselho Municipal de Assistência Social do Município sede de unidade prisional;

VII - 3 (três) representantes da Sociedade Civil Organizada.



Art. 2º O Art. 70 da lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passa a vigorar acrescido com os seguintes incisos:

“Art. 70.....

*I - .....*

*II - .....*

*III - .....*

*IV - .....*

*V – Apresentar sugestões para aprimoramento do sistema prisional*

*(NR)*

*VI – Propor medidas de humanização (NR)*

*VII – Auxiliar na agilização dos processos dos presos provisórios*

*(NR)*

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

O sistema prisional brasileiro está falido e caótico. De acordo com dados do Conselho Nacional de Política Criminal seria necessária a construção de 250 presídios no País para suprir o déficit de 200 mil vagas. Os presídios se tornaram verdadeiras “universidades do crime”, onde o preso não trabalha e não estuda, rendendo-se à nefasta ociosidade. Tem-se notícia de que o grave acontecimento verificado no Estado do Pará, onde uma menor de idade foi colocada em uma cela com homens por falta de unidade prisional feminina ocorre com habitualidade em vários Estados. No entanto, temos uma Lei de Execuções Penais considerada uma das mais modernas com mais de vinte anos de existência e que ainda não é aplicada em sua totalidade. Um dos instrumentos previstos pela Lei para sua efetiva aplicação é a criação do Conselho Penitenciário, órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena, que ainda não foi implementado integralmente. Nossa primeira sugestão é que em cada município que tenha unidade prisional haja um Conselho, a fim de estabelecer um vínculo mais estreito entre seus membros e as dificuldades enfrentadas pelos presídios. Em um segundo plano, alteramos a composição do Órgão, ao propor um colegiado eclético, com representantes de todos os segmentos envolvidos com a execução penal, inclusive com a sociedade civil. Por fim propomos a ampliação de suas atribuições, inclusive com a possibilidade oferecer medidas de humanização das unidades prisionais. É preciso ressaltar que o quadro é absolutamente crítico, exigindo respostas imediatas na forma de políticas públicas que envolvam todas as instituições responsáveis e a sociedade civil. A crise no sistema prisional não é um problema só dos presos, é um problema da sociedade.

Sala das Sessões em 12 de dezembro de 2007.

Deputado **ZENALDO COUTINHO** (PSDB/PA)

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.**

Institui a Lei de Execução Penal.

.....

**CAPÍTULO V****Do Conselho Penitenciário**

Art. 69. O Conselho Penitenciário é órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena.

§ 1º O Conselho será integrado por membros nomeados pelo Governador do Estado, do Distrito Federal e dos Territórios, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade. A legislação federal e estadual regulará o seu funcionamento.

.....

Art. 70. Incumbe ao Conselho Penitenciário:

~~I - emitir parecer sobre livramento condicional, indulto e comutação de pena;~~

I - emitir parecer sobre indulto e comutação de pena, excetuada a hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso; (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

II - inspecionar os estabelecimentos e serviços penais;

III - apresentar, no 1º (primeiro) trimestre de cada ano, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior;

IV - supervisionar os patronatos, bem como a assistência aos egressos.

.....

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, Inciso IV, do Regimento Interno, o projeto será apreciado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, inciso II, letra “c”, da referida norma interna.

Passo a Presidência ao nosso Presidente, Senador José Sarney.

*A Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Encontra-se na Casa o Sr. Jorge Yanai, suplente do Senador Gilberto Goellner, da representação do Estado de Mato Grosso, convocado em virtude de licença do titular.

S. Exª encaminhou à Mesa o original do diploma, que será publicado na forma regimental, e os demais documentos exigidos pela Casa.

É o seguinte o Diploma:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

*Diploma*

*O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 06 de outubro de 2002, expede o Diploma de 2º Suplente de Senador a*

*Jorge Yoshiaki Yanai*

*eleito pela Coligação Mato Grosso Mais Forte (PPB / PTN / PSC / PPS / PFL / PAN / PSDC / PRTB / PSD / PV / PRP / PT do B), com 612.965 votos preferenciais, do total de 2.217.629 votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições.*

*Cuiabá, 17 de dezembro, de 2002.*



*Desembargador Rubens De Oliveira Santos Filho*  
*Presidente*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Peço aos nossos Senadores Serys Slhessarenko e Jayme Campos que conduzam o nosso novo colega a fim de que possa prestar o compromisso regimental. *(Pausa.)*

Convido o Sr. Jorge Yoshiaki Yanai, para prestar o compromisso regimental. E agradeço à Senadora Serys Slhessarenko e ao Senador Jayme Campos pela gentileza de conduzir até à Mesa o nosso novo colega.

**O SR. JORGE YANAI** (DEM – MT) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Declaro empossado no mandato de Senador da República o nobre Sr. Jorge Yoshiaki Yanai, que a partir deste momento passa a integrar os trabalhos desta Casa. *(Palmas.)*

Concedo a palavra ao Senador Jorge Yanai.

**O SR. JORGE YANAI** (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero externar aqui minhas primeiras palavras como Senador da República, dizendo que é uma satisfação muito grande ter sido empossado por V. Ex<sup>a</sup>, que representa de forma muito grandiosa o nosso País. V. Ex<sup>a</sup>, como costumamos dizer, é imortal nas letras e imorredouro na política.

Quero cumprimentar aqui as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores, em especial o meu chefe político, Senador Jayme Campos, que costume dizer foi o melhor Governador que Mato Grosso já teve e que faz aqui, no Senado Federal, um excelente trabalho, trazendo muito orgulho ao meu Estado de Mato Grosso.

Quero cumprimentar a Senadora Serys, minha amiga. Tivemos a oportunidade e o prazer de trabalharmos juntos, de 1991 a 1994, na Assembleia Legislativa. Com muita justiça, o povo de Mato Grosso a trouxe ao Senado Federal. S. Ex<sup>a</sup> representa não só as mulheres de Mato Grosso, mas homens e mulheres trabalhadoras de Mato Grosso, com muita eficiência e com muita competência. V. Ex<sup>a</sup> sabe – tenho repetido nos diversos encontros que nós tivemos – que tenho uma admiração muito grande por V. Ex<sup>a</sup>.

Quero cumprimentar o meu Deputado, líder na minha região, Dilceu Dal’Bosco, que, sem dúvida alguma, é o maior político no interior do Estado de Mato Grosso e que, a cada dia que passa, consolida mais ainda essa firmeza, não só de caráter como homem, como essa firmeza política de que o Brasil tanto necessita.

Quero cumprimentar os nossos ex-prefeitos do Município de Sinop. Está aqui o primeiro Prefeito da ci-

dade de Sinop, Geraldino Dal Maso, quando Sinop era quase do tamanho de um Estado. Quero cumprimentar aqui o ex-Prefeito Antônio Contini, que era conhecido como o “Prefeito das Obras”; cumprimentar aqui o ex-Prefeito Nilson Leitão, o Prefeito da modernização de Sinop. Cumprimento os três Prefeitos, dizendo que páginas importantes da história de Sinop foram escritas por vocês, páginas indelévels que vão ser guardadas pela eternidade e que certamente trarão orgulho, não só para a história de vocês, como de suas famílias.

Quero cumprimentar alguns Vereadores. Quero cumprimentar antes aqui o Deputado Federal William Woo, que está presente. Tivemos oportunidade de ir à Embaixada e também fazermos parte da Frente Parlamentar Japão–Brasil. Cumprimento aqui o Deputado Federal, eficiente do meu Estado, Wellington Fagundes, que faz um trabalho muito importante para o Estado do Mato Grosso. Cumprimento o Vereador Ademir Bortoli, do DEM de Sinop, que faz um trabalho de “formiguinha”, trabalho específico, voltado, principalmente, para o social de nosso Município. Cumprimento a figura de meu amigo particular, Cláudio Alves, jurista importante de nossa cidade, que tem um programa “Cláudio Alves Sem Censura”, que faz um sucesso muito grande pela verdade e pela coerência de seu programa. Quero cumprimentar o Deputado Estadual José Domingos Fraga, que é talvez um dos deputados estaduais mais importantes da área do agronegócio e que foi Prefeito por várias ocasiões em Sorriso, com muita competência. Cumprimento também o Vice-Prefeito, Professor Aumeri Bampi, que representa nosso Prefeito Juarez Costa neste evento, nesta solenidade.

Estendo meus cumprimentos a todos aqueles que trabalham pelo Município de Sinop.

Quero cumprimentar alguns amigos presentes. Vou deixar de fora, eventualmente, alguns, pela falta de tempo. Mas gostaria de citar aqui, pelo menos, a presença de Raul Takaki e, em seu nome, cumprimentar Aldo Shiguti, que são do jornal *Nippak*, que têm dado uma ênfase muito grande à minha presença aqui no Senado Federal, valorizando as tradições japonesas.

Quero cumprimentar o Dr. Teles, de minha cidade vizinha, de Cláudia; Billy, meu amigo particular, e toda família de Dilceu Dal’Bosco.

Quero, neste momento, também, fazer um agradecimento – e uma lembrança especial, Sr. Presidente – a Jonas Pinheiro, que foi uma figura importante na política de Mato Grosso, foi importante na política...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador, eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> licença para, antes que os estudantes se retirassem do plenário, registrar que



nós temos o prazer da visita, aqui na Casa, assistindo a sua posse, dos estudantes do Colégio Dinâmico, da Ceilândia, no Distrito Federal.

Cumprimento todos. (*Palmas.*)

**O SR. JORGE YANAI** (DEM – MT) – Cumprimento os estudantes da Ceilândia dizendo que é uma satisfação muito grande recebê-los aqui nesta Casa porque a juventude, mais do que nunca, precisa participar da política para entender o que acontece no nosso País. É nas mãos de vocês que se encontra o nosso futuro. Muito obrigado pela presença. (*Palmas.*)

Eu queria agradecer aqui ao Jonas Pinheiro, que não se encontra mais conosco, mas que fez um grande trabalho pelo Estado de Mato Grosso, representando, acima de tudo, a agricultura e o agronegócio. Agradeço à D. Celsita, sua esposa, que foi, por dois mandatos, Deputada Federal e por quem tenho um apreço muito grande. Quero dizer que Gilberto Goellner, que ocupa o cargo como titular, se encontra em tratamento de saúde, mas me espantei com sua capacidade de trabalho, com o conhecimento que ele tem a respeito do agronegócio e que o tem representado com grande competência e com grande desempenho.

Quando criança, no interior do Paraná, numa cidadezinha chamada Bandeirantes, onde nasci, gostava de sonhar sonhando. O meu sonho era ser médico e poder ajudar as pessoas. Encantava-me aquela profissão que aliviava a dor, curava as doenças e que, em alguns momentos, tinha o poder sobre a vida e a morte.

Tornei-me médico e fui bem sucedido por muitos anos, mas, na minha caminhada, fui contaminado por essa moléstia inebriante chamada política, que, em alguns momentos da minha vida, me fez mudar de rumo, me transformou em Deputado Estadual e hoje me transforma em Senador da República. Sou paranaense, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, médico, fui Deputado Estadual, suplente de Senador e hoje ocupo, com muita honra, a cadeira de Senador da República.

Tenho, como qualquer Senador ou Senadora desta Casa, um apreço especial pela saúde, principalmente, como citou o colega Senador Mozarildo, porque também sou médico. E nós sabemos, Senador, como a saúde está com dificuldades em todos os Municípios, em todos os Estados, em todo o Brasil. Pessoas, nas filas, com dificuldades, não conseguem um tratamento de saúde, morrem, choram. Nós vemos crianças, adultos e idosos nas filas sem conseguirem um tratamento médico, pessoas que não conseguem fazer seus exames de emergência. Exames importantes, como a ultrassonografia numa gravidez, são marcados para depois da data do parto.

Eu quero aqui trabalhar pela educação, essa educação tão conturbada, tão discutida no nosso País, essa educação que começa pela infância e hoje nós vemos que falta até merenda escolar em alguns lugares.

Mas quero também, Senador Mozarildo, Senadora Serys, dizer que é importante para o nosso País a segurança pública. Nós não conseguimos mais sair de casa, por medo de ser assaltados. Nós não podemos visitar os amigos, não podemos ir a uma festa, pela preocupação de voltar e ver que a nossa casa foi arrombada.

Eu quero aqui defender especialmente a minha região, a região norte do Estado, tantas vezes criticada por ambientalistas, tantas vezes criticada por pessoas que não conhecem a nossa região.

Eu costumo dizer, Sr. Presidente, que atiram muita pedra sobre o Estado de Mato Grosso e que, quando as pedras são direcionadas para o Estado de Mato Grosso, costumam cair na cabeça de alguém do norte da nossa região. Isso porque nós lidamos com madeira, nós lidamos com agricultura. Mas a história do Brasil está ligada, Sr. Presidente, à história. Quando os portugueses chegaram ao Brasil pela costa brasileira, a primeira mercadoria comercializada neste País foi a madeira, o pau-brasil. Depois veio a cana-de-açúcar, porque o açúcar era valioso, valia mais que ouro, diamante, prata.

Dessa forma, criou-se o sistema da agricultura. A nossa pecuária é farta. O Estado do Mato Grosso tem de 25 milhões a 30 milhões de cabeças de gado. Nós temos, no nosso Estado, praticamente oito cabeças de gado por habitante. Qual Estado é tão rico? Qual Estado tem tanta fartura quanto o Estado de Mato Grosso?

E nós queremos aproveitar essa oportunidade de estar aqui também para possibilitar maior intercâmbio entre o Brasil e o Japão, principalmente entre Mato Grosso e Japão, pela minha própria origem familiar.

E neste momento, falando em origem familiar, quero agradecer pela forma com que fui recebido pelo responsável, pelo diretor da Jica aqui em Brasília, Katsuhiko Haga. E quero agradecer aqui a presença do Sr. Embaixador Ken Shimanouchi, que tive a oportunidade e o prazer de conhecer. Estive, em duas oportunidades, em sua residência, numa conversa de cortesia, mas, acima de tudo, falando sobre o bom relacionamento do Brasil e Japão. Dizia o Sr. Embaixador que o Brasil não precisa de ajuda, Sr. Presidente, porque o Brasil é um país rico, economicamente viável, mas que nós precisamos ainda manter essas tradições. Temos que continuar mantendo esses negócios, porque é importante que o Brasil e o Japão se unam agora para ajudar

os outros países, como a África, como está fazendo neste momento.

Nós queremos aproveitar essa amizade que temos, desse relacionamento bom que estamos iniciando com a Jica e com a Embaixada do Japão – projetos importantes, Sr. Embaixador, para recuperação dos rios da região de Sinop, projetos com a participação importante de recuperação do meio ambiente, feito junto com a Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Sinop. Queremos e solicitamos já ao Sr. Embaixador e também a Jica projeto de estudo completo da implantação da hidrovía Teles Pires – Tapajós e, quem sabe, Jurueña.

Fala-se muita coisa neste País. Falar de hidrovía tornou-se uma moda, como foi falar de rodovia há algum tempo. Fala-se muito, mas não existe um projeto eficiente. Eu soube, recentemente, que muita coisa já foi festejada por causa da importância que existe na implantação da hidrovía Teles Pires – Tapajós, mas não existe nenhum estudo feito do custo e de como será construída. Sabemos que, no futuro, haverá de ser construída, mas precisamos adiantar este futuro.

Quero trazer ao plenário desta Casa a discussão sobre o futuro do País. Acredito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o futuro do País está no transporte. Basta vermos o nosso mapa para perceber a possibilidade imensa que o nosso País tem. Nós temos um país produtivo e produtor, mas precisamos de um transporte verdadeiramente eficiente no nosso País. Nós precisamos recuperar e melhorar as nossas rodovias. Nós precisamos terminar essa rodovia que liga Cuiabá a Santarém, o que foi prometido em todas as campanhas eleitorais à Presidência da República, mas que não foi cumprido até agora.

Nós precisamos aprender, nós precisamos mostrar ao povo – acho que é essa a importância da minha vinda a este Senado – que o homem público precisa ter palavra. É preciso medir aquilo que fala, porque senão o povo começa a perder a confiança. É difícil hoje... Às vezes, a gente vê a juventude falando mal, as crianças falando mal dos políticos, Senador Mozarildo, porque ninguém tolera mais, ninguém suporta mais aquilo que é dito e que não é cumprido dentro do nosso País.

É por isso que eu vejo a importância que há em vir aqui, a esta Câmara Alta, a Casa de leis brasileira, e poder ter a oportunidade de dizer ao País que aqui dentro também tem homens sérios, que aqui tem gente competente que quer o bem do nosso País.

Nós queremos que haja as ferrovias. Elas precisam existir, cortando o norte, o sul, o leste e o oeste. Mas nós precisamos mudar esse sistema, Senador Mozarildo, porque, hoje, ele prejudica o preço do trans-

porte nessa linha ferroviária. Mas nós precisamos por causa do monopólio que se faz implantar.

Eu gostaria de citar que nós precisamos olhar para o futuro, e olhar para o futuro significa construir-mos pelo menos cinco hidrovias aqui no nosso País. Nós precisamos ampliar e terminar de construir a hidrovía do Paraguai-Paraná; Tietê-Paraná-Paranaíba. O Tietê, que é o maior veículo de navegação hidroviária no nosso País e para o Estado de São Paulo. Nós precisamos da hidrovía Madeira-Amazonas. Nós precisamos da Tocantins-Araguaia. Mas, acima de tudo, nós precisamos da hidrovía Teles Pires-Tapajós e, talvez, do Jurueña.

O Centro-Oeste brasileiro, hoje, Senador Mozarildo, produz muito. Mato Grosso é o campeão de produção de grãos, e hoje Sorriso, que é a cidade que mais produz soja no nosso País, consegue ter prejuízo, porque gasta mais do que 50% só no transporte. A cidade de Sorriso, a cidade de Sinop, na região norte do Estado de Mato Grosso, que hoje é o pior lugar para se transportar mercadoria dessa natureza, poderão tornar-se um paraíso, o melhor lugar do qual poderemos tirar a nossa produção.

**A Sra. Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Um aparte, Senador.

**O SR. JORGE YANAI** (DEM – MT) – Pois não.

**A Sra. Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Desculpe-me cortar o seu discurso, grandioso aliás, mas preciso começar parabenizando o senhor. Eu dizia, há poucos momentos, para o nosso Presidente José Sarney que realmente engrandece o nosso Senado a sua presença aqui. O senhor já anunciou que nós já fomos colegas, por quatro anos, na Assembleia Legislativa do nosso Estado de Mato Grosso, e eu sei da grandiosidade do seu trabalho como Parlamentar. Com certeza aqui, só pelo início do seu discurso, já dá para a gente ver que será muito significativa a sua participação no Senado da República do nosso País. Quero saudar os ex-Prefeitos Dal Maso e Contini; o Nilson Leitão, também fomos colegas na Assembleia Legislativa. Já saudei a família do Senador e quero saudar o Vice-Prefeito, meu companheiro Aumeri, Vice-Prefeito de Sinop, aqui representando o Prefeito Juarez; o Sr. Embaixador do Japão. Hoje é um dia de muita alegria para todos aqueles que vieram do Japão e para seus descendentes aqui no Brasil. É de muita alegria porque, pela primeira vez na história, William Woo, adentra o Senado da República do nosso País um Senador de origem japonesa. Realmente, essa colônia – vamos chamar assim – estrangeira que chegou ao nosso País e que mostrou a que veio, a sua força de trabalho, a sua competência técnica, inclusive o seu compromisso político com o País para onde vieram

e que seus descendentes vêm ajudando a construir. Então, eu precisava dizer essas palavras, exprimindo a grandiosidade desse potencial. É um potencial grande. Eu sei que os japoneses estão satisfeitos, estão felizes aqui no Brasil e fora do Brasil também; lá no Japão, com certeza, por saberem que, pela primeira vez na história do Brasil, têm um representante no Senado da República deste País, e não pelo simples fato de ter origem japonesa ou não, mas pela pessoa competente que é, profissional médico, etc., que agora vai mostrar sua postura, como já o fez na Assembleia Legislativa e está mostrando no início do seu discurso. Parabéns. Temos a certeza e a convicção do sucesso do seu mandato. Um abraço grande à sua esposa, Sra. Marina, à sua mãe, ao seu filho, enfim, a toda sua família. Muito obrigada.

**O SR. JORGE YANAI (DEM – MT)** – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que só enriquece o meu pronunciamento, pelo valor e pela qualidade da pessoa e da Parlamentar que V. Ex<sup>a</sup> é.

Na realidade, eu me encontro muito emocionado e me esqueci de cumprimentar minha família. Perdão. Quero cumprimentar a minha mãe, de 87 anos de idade, que se encontra presente; cumprimentar a minha esposa, que não gosta de política, mas que tem me acompanhado – e, se não fosse dessa forma, eu não conseguiria estar hoje aqui neste Parlamento –; cumprimentar os meus filhos, Douglas e Evelyn; cumprimentar o meu genro, Everton, e a minha nora, Anna Letícia; e cumprimentar os meus dois netinhos, meus tesouros, Anna Júlia e Daniel Benjamin.

Quero dizer aqui, atrasado, que essa conversa que tivemos com o Embaixador do Japão foi a respeito, Sr. Presidente, da gratidão que o povo japonês tem por o Brasil ter adotado o sistema digital de modelo japonês. Isso também é importante, no futuro, para que dê certo a implantação dos trens de alta velocidade pelo nosso País.

Para encerrar o meu pronunciamento...

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR)** – Senador Jorge, antes de V. Ex<sup>a</sup> encerrar, dá-me a honra de um aparte?

**O SR. JORGE YANAI (DEM – MT)** – Pois não, com muito prazer.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR)** – Já fiz uma introdução ao cumprimentá-lo enquanto fazia o pronunciamento, mas, depois de ouvi-lo, eu me vi também, no bom sentido, forçado a fazer este aparte, primeiro pela qualidade do pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> faz; realmente, mostrando que, como V. Ex<sup>a</sup> disse, V. Ex<sup>a</sup> foi contaminado, no bom sentido, pela política – política com todas as letras maiúsculas. V. Ex<sup>a</sup> vai ser mais um médico aqui no Senado. Já somos cinco e V.

Ex<sup>a</sup> vai ser o sexto. Não é que eu ache que a nossa profissão é melhor que as outras, mas temos, até por formação, essa preocupação, como disse V. Ex<sup>a</sup> no seu discurso, de aliviar as dores, de curar as pessoas e de, às vezes, até fazer o que o povo acha que é milagre. Na verdade, nós somos seis, V. Ex<sup>a</sup> é o sétimo médico que compõe a bancada aqui no Senado. Quero dizer que eu também me sinto positivamente contaminado pela política. Quando decidi entrar para a política, no meu Território Federal, naquela época, só se elegia Deputado Federal, não se elegia Senador, não se elegia Governador. E eu tomei uma decisão, porque eu estava inconformado com a situação do meu Território. Aí eu mesmo... Como disse V. Ex<sup>a</sup> que a sua esposa não gosta de política, a minha esposa também não gostava, mas eu mostrei para ela que entre ficar tratando de doentes, individualmente ou coletivamente, eu tinha que cuidar de um doente social grande que era o meu Território. E eu tenho a felicidade de dizer que, quando entrei, tinha uma bandeira número um, que era a de transformar o Território em Estado; as outras duas bandeiras tinham a ver com a educação: criar uma universidade e uma escola técnica federal no meu Estado. Tenho a honra de falar isso quando está na Presidência dos trabalhos agora o Senador Sarney, que, à época, era Presidente da República. As minhas leis eram leis autorizativas; ele podia vetar ou podia sancionar e não implantar. Ele não só sancionou como implantou a Universidade Federal de Roraima e a Escola Técnica, que já passou por Centro Federal de Ensino Tecnológico e, atualmente, é o Instituto Federal de Educação Tecnológica e Científica. Então, o nosso Estado só tem ganhado com a transformação em Estado e com a boa ação política. Então, como disse V. Ex<sup>a</sup>, nós temos, sim, que incentivar os jovens a entrar na política. Para algumas pessoas que dizem assim: “Ah, eu não quero saber de política, que é coisa suja”, eu sempre digo: não, a política não é suja. É a política que define o salário, o imposto, a jornada de trabalho, enfim, a vida das pessoas. Então, precisamos que haja boas pessoas na política, e V. Ex<sup>a</sup>, com certeza, no período em que ficar aqui, durante a licença do Senador Gilberto, vai colaborar muito para que possamos fazer um bom trabalho. Quando V. Ex<sup>a</sup> falou em saúde, perguntei-me: como ter saúde, se não temos segurança? Portanto, já não temos o emocional bem, e a definição de saúde é esta: bem-estar psíquico, social e mental. Então, se não tivermos segurança, se não tivermos educação, se não tivermos trabalho, não vamos ter saúde. E também temos que fazer um esforço muito grande para que haja mais investimento na saúde. É pena que a Emenda nº 29, que está lá na Câmara, até hoje não tenha sido votada, porque essa

emenda viria realmente dar as condições para que o serviço público, o SUS, pudesse melhorar. Parabéns! Espero que tenhamos bons trabalhos aqui juntos.

**O SR. JORGE YANAI** (DEM – MT) – Muito obrigado pelo aparte. V. Ex<sup>a</sup> só enriquece o meu pronunciamento, enriquece a minha posse neste dia.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JORGE YANAI** (DEM – MT) – Pois não, Senador.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Jorge Yanai, quero também dar as boas-vindas a V. Ex<sup>a</sup> em nome dos Senadores de São Paulo e do Partido dos Trabalhadores. É tão bom aqui ouvir a sua contribuição como médico, pessoa interessada na área da saúde e da educação, oriundo de Mato Grosso, um Estado de grandes dimensões. V. Ex<sup>a</sup> aqui ressalta a importância da melhoria dos transportes, sobretudo das hidrovias e das ferrovias, como uma contribuição muito positiva. Saúdo seus familiares, o Embaixador do Japão e todos que vêm aqui cumprimentá-lo no seu primeiro pronunciamento. Permita-me, entretanto, fazer-lhe uma sugestão, porque V. Ex<sup>a</sup> usou uma expressão que me fez pensar: “Mas como assim?” V. Ex<sup>a</sup> afirmou que teria contraído, se ouvi bem, uma doença, que foi a política – se ouvi bem essa forma de expressar. Fiquei pensando: “Puxa, acho que eu gostaria de fazer uma sugestão”. Posso até, quem sabe, fazer uma transformação, porque V. Ex<sup>a</sup>, na verdade, abraçou a política, que não é propriamente uma doença. Eu gostaria até de transmitir uma mensagem à sua querida esposa, aqui presente. V. Ex<sup>a</sup> disse que ela não gosta tanto da política, mas se explicar a ela que a política é a ciência de como alcançar o bem comum, uma vida justa para todos e que V. Ex<sup>a</sup> abraçou a política para ajudar o Brasil a se transformar numa Nação justa, onde todas as pessoas venham a ter direitos plenos à cidadania, tenho a convicção de que sua senhora vai então pode dizer: “Puxa vida, que bom que você abraçou essa causa tão bela”. É apenas uma sugestão a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JORGE YANAI** (DEM – MT) – Agradeço, Senador Suplicy. Eu não teria outra forma senão acatar o conselho de V. Ex<sup>a</sup>, um homem experiente. Um homem que vem com milhões de votos do Estado de São Paulo tem de ser respeitado e ouvido. E o faço desta forma.

Quero só fazer algumas complementações e terminar meu pronunciamento, cumprimentando o representante das lojas maçônicas de Sinop, Norival Curado, e o empresário Wilson Roque Pozzobon, os Vereadores Silomar, João Batista e outras pessoas que talvez eu possa deixar passar em branco.

Mas quero encerrar meu pronunciamento, Sr. Presidente, confessando a todos que estou muito feliz. Estou realizado e completo como político e ser humano pelo que fiz e pelo que a vida me tornou. Peço a Deus que, ao terminar minha missão nesta mais alta Câmara de leis do meu País, possa eu retornar ao meu querido Mato Grosso, à minha querida Sinop, que amo de paixão, e continuar a olhar minha esposa com serenidade. Quero voltar a abraçar meus filhos, a afagar meus netos e a pedir bênção da minha mãe sem que nada pese na minha consciência diante de Deus e dos homens.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Quero congratular-me com o Senador Yanai, desejar-lhe êxito em sua missão nesta Casa e, ao mesmo tempo, dar-lhe boas-vindas e desejar que tenha um grande trabalho em benefício do seu Estado e do nosso País.

Aproveito também para agradecer a presença do Sr. Embaixador do Japão, que, mais uma vez, honra o Senado Federal com sua presença, o Sr. Ken Shimamouchi.

Quero também saudar a sua família, Senador Jorge Yanai, que aqui se encontra, sobretudo na figura da sua mãe, Ayako Yanai, que, em seus 87 anos, tem a felicidade e a ventura de ver o seu filho chegar ao Senado Federal e aqui trabalhar pelo povo brasileiro; sua esposa, D. Marina Yanai, seus filhos e todos os seus amigos aqui estão presentes.

A nossa tribuna de honra mostra o quanto V. Ex<sup>a</sup> tem de apreço dos seus conterrâneos, dos seus amigos e das autoridades brasileiras que aqui estão presentes.

Seja muito feliz no seu mandato, na sua passagem pelo Congresso.

Boas-vindas!

Quero suspender a sessão por cinco minutos, para que V. Ex<sup>a</sup> possa ser cumprimentado pelos seus amigos e pelos Srs. Senadores que aqui estão presentes.

Está suspensa a sessão por cinco minutos.

(*A sessão é suspensa às 16 horas e 15 minutos e reaberta às 16 horas e 18 minutos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Está reaberta a sessão.

Ordem do Dia.

Constam da Ordem do Dia as Medidas Provisórias n<sup>os</sup> 477 e 480, que, de acordo com a Constituição, trancam a pauta. E os relatores ainda não remeteram ao plenário o exame da matéria. Sendo assim, não tendo outra matéria na Ordem do Dia, vou encerrá-la.

Está encerrada a Ordem do Dia.



Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, que quer fazer um pronunciamento, uma pequena comunicação. Em seguida, está inscrita a Senadora Serys Slhessarenko.

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney; Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores; meu valoroso companheiro e amigo Senador Jorge Yanai, que hoje assume este honroso cargo aqui no Senado Federal, quero iniciar minha fala saudando aqui meus amigos de Mato Grosso, especialmente os Deputados Estaduais José Domingos e Dilceu Dal'Bosco, como também o Deputado Federal William, o Embaixador Ken e os ex-prefeitos Geraldino Dal Maso, Toninho Contini, Nilson Leitão. Em nome dessas pessoas, cumprimento os demais convidados de Jorge Yanai, na tarde de hoje, para participar de sua posse nesta Casa.

Sr. Presidente, serei breve, até porque eu não estava na ordem de inscrição, todavia pedi a palavra, para uma comunicação inadiável, para eu homenagear, desejar as boas-vindas ao ilustre amigo, meu irmão Dr. Jorge Yanai, que hoje certamente está coroando a sua carreira política, assumindo esse tão importante cargo de Senador da República do nosso Brasil.

A posse do médico Jorge Yanai, nesta tarde, reveste-se de um simbolismo histórico e humano, pelo fato de ser ele o primeiro filho de imigrantes japoneses a tomar assento em uma cadeira do Senado Federal e descendente de uma família oriunda de Hiroshima, cidade vítima do primeiro holocausto nuclear durante a 2ª Guerra Mundial.

É, portanto, motivo de celebração para a comunidade nipônica em nosso País, que completa, em junho de 2010, 102 anos de imigração. Digo mais: a investidura de Yanai nesta Casa significa o pleno amadurecimento do processo de integração nipo-brasileira, Sr. Presidente.

Ao entrar neste plenário, na condição de Senador da República, Jorge Yanai refunda o próprio sentido da idéia de civilização, mostrando que a aliança sincera entre os dois povos resulta num mesmo sentimento de respeito às origens ancestrais e de amor extremo à nova pátria.

Yanai é um homem que compreende sua gênese, mas sabe enxergar o futuro com a mesma devoção de quem admira o passado. Isso fez dele um dos pioneiros na ocupação do vasto território mato-grossense. Filho de imigrantes, ele próprio deixou o Paraná e migrou para o nosso Estado, seguindo a estrela que apontava para o desenvolvimento econômico e para a prosperidade pessoal.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há trinta anos residindo no Município de Sinop, em Mato Gros-

so, esse médico formado na Escola de Medicina do Paraná, em 1972, fez da atividade política um desdobramento da militância social. Ele chegou à atividade pública em razão dos elevados serviços humanitários que presta à sua comunidade. Foi Deputado Estadual e, posteriormente, escolhido pelo saudoso Senador Jonas Pinheiro para compor sua chapa nas eleições de 2002. E não tenho dúvida alguma, meus caros e prezados amigos Deputado Dilceu, José Domingos, Nilson Leitão, Toninho, Contini e Jorge Yanai, de que Jonas Pinheiro hoje está concretizando o seu sonho. Recordo muito bem de que o Jonas Pinheiro sonhava em lhe dar, como Senador da República, a oportunidade de assumir aqui a cadeira nesta Casa. Portanto, hoje, lá do céu, o velho, querido e estimado amigo Jonas Pinheiro, não tenho dúvida alguma, está compartilhando, com todos nós aqui, a sua alegria e a sua felicidade.

Na Assembleia Legislativa, quando Governador, tive em Yanai um inestimável parceiro na luta pelo desenvolvimento do norte de Mato Grosso. Tanto que foi de sua autoria o projeto de lei que permitiu a extensão da linha de transmissão de energia elétrica para a região, tirando aquela comunidade da escuridão e do abandono secular.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acabo de encaminhar requerimento de Voto de Congratulações pela posse do Sr. Jorge Yanai, por se tratar do primeiro nissei a ocupar uma cadeira nesta Casa.

Na oportunidade, venho manifestar a minha alegria com a posse do Senador Jorge Yanai e, na pessoa de sua genitora, Sra. Ayako, que nos honra com sua presença neste plenário, quero estender meus cumprimentos a toda a sua família, bem como às centenas de milhares oriundos e descendentes da “Terra do Sol Nascente”. Saibam que a Nação brasileira carrega o sentimento de gratidão e respeito por todas as contribuições japonesas à formação ética de nosso povo, ao longo deste centenário de imigração.

E, com a posse de Jorge Yanai, o Brasil fica um pouco mais japonês, e o Japão, um pouco mais brasileiro.

Concluindo, Sr. Presidente, em rápidas palavras, digo que tive a honra, quando Governador, de ter Jorge Yanai como Deputado, brilhante Deputado, leal, amigo e que, de lá para cá, nunca nos abandonou. Muito pelo contrário: sempre esteve numa trincheira, sempre num partido político, o que fez dele hoje Senador da República, à medida que é um homem de retidão, de caráter invejável, um político sério e, acima de tudo, Mozarildo Cavalcanti, um exemplo de profissional da Medicina mato-grossense e brasileira.



Por isso, companheiro Jorge Yanai, V. Ex<sup>a</sup> tenha a certeza de que é bem-vindo a esta Casa. Juntos, Jayme Campos, Jorge Yanai e a companheira Senadora Serys Slhessarenko, estaremos aqui para defender os interesses de Mato Grosso, sobretudo, como V. Ex<sup>a</sup> já deixou bem claro aqui, nas lutas por investimentos para melhorarmos a qualidade de vida do povo mato-grossense. Estaremos aqui, igualmente, para defender uma política justa em relação a uma melhor infraestrutura no campo da logística do transporte intermodal.

Com a presença de V. Ex<sup>a</sup>, eu não tenho dúvida alguma de que ganham o Mato Grosso e o Brasil, ganha também Sinop. E, quem diria, Dilceu Dal'Bosco, que Sinop teria essa oportunidade ímpar de ter ali um pioneiro, esse grande brasileiro, hoje, ocupando esta honrosa cadeira de Senador da República? É oportunidade para poucos, Jorge Yanai! E sobretudo a colônia japonesa, que, aqui no Brasil, tem mais de 100 anos, vive hoje este momento de alegria e de felicidade de ter aqui um nissei ocupando uma das cadeiras de Senador da República pelo Brasil.

Parabéns a você, seja bem-vindo e que Deus abençoe esta sua nova missão.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 483, DE 2010**

Com fundamento no disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado voto de congratulações ao Senador Jorge Yanay, segundo suplente do Senador Jonas Pinheiro, falecido em 19 de fevereiro de 2008, que assume nesta data o mandato de Senador da República, representando o Estado de Mato Grosso, por se tratar do primeiro nissei a ocupar uma cadeira nesta Casa.

Sala das Sessões, 6 de maio de 2010. – Senador **Jayme Campos**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– A Presidência encaminhará o voto de congratulações solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 484, DE 2010**

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei da Câmara nº 270, de 2009, que “Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável”, seja apreciado, também, pela Comissão de Meio Ambiente,

Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 6 de maio de 2010. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 485, DE 2010**

**Solicita Informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior relativas à atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.**

Excelentíssimo Senhor

Presidente do Senado Federal

Requeiro, na forma do art. 50, § 2º da Constituição Federal e dos artigos 215, I, a, 216, I e 217 do RISF, seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior pedido de informações, no sentido de se obter esclarecimentos, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, sobre uso de recursos do Banco destinados ao financiamento, socorro e participação acionária em empresas. Solicita-se ao BNDES:

Informar as empresas que receberam, nos últimos seis anos, recursos da ordem de R\$ 100 milhões ou superior, explicitando, em cada caso, as razões que justificaram a utilização de recursos do Banco e, quando possível, incluindo uma avaliação sobre a operação efetuada;

Informar as empresas que, nos últimos seis anos, passaram a contar com a participação acionária do BNDES, explicitando, em cada caso, as razões que justificaram a utilização de recursos do Banco e, quando possível, incluindo uma avaliação sobre a operação efetuada.

#### **Justificação**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é hoje o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia do país. Maior banco de fomento do mundo, com empréstimos de R\$ 128 bilhões nos últimos 12 meses, o equivalente a US\$ 73,1 bilhões (ao câmbio de R\$ 1,75), segundo dados divulgados pela imprensa, o BNDES é bem maior do que o Banco Mundial (US\$ 27 bilhões), o Banco

Interamericano de Desenvolvimento (US\$ 11 bilhões) e o Eximbank dos Estados Unidos (US\$ 12 bilhões), somados. A carteira de financiamentos a empresas do BNDES supera a do Itaú-Unibanco, do Bradesco, do Santander e do Banco do Brasil.

O fato de o BNDES, um banco público, usando um dinheiro subsidiado, ter se transformado numa das maiores instituições financeiras do mundo, obriga-nos, Senado Federal, a acompanhar de perto suas atividades, criando mecanismos que permitam ao Banco bem cumprir com sua missão institucional. Cabe-nos, também, garantir que suas atividades não se afastem desta missão, assegurando-nos, por exemplo, que são transparentes os critérios adotados para a escolha dos empreendimentos a serem apoiados ou que são corretos os aspectos considerados pelo Banco para que, em alguns casos, além de financiar projetos, também se torne sócio das companhias apoiadas. Precisamos conhecer e aferir os controles existentes – antes, durante e após estes processos de financiamento ou de participação acionária – para avaliação das intervenções do Banco. Sabemos, por afirmações de sua diretoria, que o BNDES apresenta taxa de sucesso bastante alta e que os financiamentos concedidos têm trazido benefícios expressivos ao país – em 2008, por exemplo, 2,8 milhões de empregos teriam sido criados. Em resumo, os recursos do BNDES saem do contribuinte e, entendemos, a destinação que o Banco faz desse dinheiro e os resultados econômicos e sociais que o país auferir devem ser objeto de fiscalização desta Casa Legislativa, face à competência constitucional que lhe é conferida.

Sala das Sessões, 5 de maio de 2010. – Senador **Antonio Carlos Júnior**.

*(À Mesa para decisão)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO N° 486, DE 2010**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Senador **José Sarney**,

Com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de Voto de profundo Pesar pelo falecimento do CARLOS LOURENO GIACOMAZZI, ocorrido na madrugada de hoje.

#### **Justificação**

Carlos Loureno Giacomazzi é um dos seres humanos no sentido mais puro da expressão. Conjugo o verbo “ser” no tempo presente, apesar dele ter nos deixado, fisicamente, no final desta madrugada, porque ele nunca se contentou em viver a história. Nem somente em contá-la. Optou por construí-la. Assim, ele vive e viverá, para sempre, na memória de todos nós e no legado para as gerações que virão.

Este voto de pesar é muito mais uma homenagem. Aliás, mais uma das tantas que ele recebeu em todos os lugares por onde passou, como Prefeito do município de Canoas, Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e governador interino do Estado.

No movimento democrático, dentre aqueles que, orgulhosamente, são chamados “históricos”, ele vem desde os tempos do “velho” MDB, sempre com a mesma coerência e o mesmo espírito público, tendo sido presidente interino do Diretório Estadual do partido.

Carlos Loureno Giacomazzi nasceu em Erechim, em 05 de setembro de 1930, e transferiu residência para Canoas em 1962. Soube muito bem trilhar os caminhos do pai, Guido Giacomazzi, que houvera sido Deputado Estadual Constituinte, eleito em 1946.

Caminhamos juntos em muitos momentos da nossa vida política. A minha travessia, na sua companhia, sempre foi menos árdua, porque sedimentada pelos seus ensinamentos e seus exemplos. Ele foi, inclusive, o coordenador da minha campanha vitoriosa ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1986.

Que a paz esteja com ele, agora em outra dimensão. Que a família saiba compreender os desígnios de Deus. Que o Senado Federal possa registrar, para a história, o exemplo deste gaúcho que orgulha o povo do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Sala das Sessões, 6 de maio 2010. – Senador **Pedro Simon**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra, a Senadora Serys Slhessarenko.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, quero saudar aqui, mais uma vez, o Sr. Senador Jorge Yanai; seus familiares; o Sr. Embaixador Ken Shimanouchi; nossos Deputados por Mato Grosso - Deputado José Domingos, Deputado Dal’Bosco, Deputado Wellington Fagundes (Deputado Federal); o meu querido Vice-Prefeito de Sinop, Aumeri, professor de nossa Universidade e aqui representando

o Prefeito atual; Deputado William Woo, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Japão; os ex-Prefeitos, como já foram colocados aqui, Dal Maso, Contini e Nilson Leitão. Quero saudar a todos e a todas que estão aqui presentes.

Hoje, Srs. Senadores, falarei sobre uma questão particular e vou começar lendo uma pequena história, quase uma frase.

Conta-se que um escritor, certa vez, estava caminhando numa praia deserta, Sr. Presidente, quando avistou à distância um homem recolhendo algo das areias e jogando no mar. Curioso, aproximou-se para ver do que se tratava. O homem avistado recolhia estrelas do mar que as águas haviam arremessado na areia da praia e as devolvia ao mar.

O escritor, perplexo ao ver aquilo, disse ao homem: “Mas o que você está fazendo? São muitas estrelas, e esta praia é enorme”. O homem, sorrindo, abaixou-se, pegou mais uma estrela e, mostrando-a para o escritor, disse: “Pode ser, mas, para esta aqui, eu fiz a diferença”. E devolveu novamente a estrela ao mar.

O escritor, Senhoras e Senhores, passou a noite pensando no que o homem na praia havia lhe dito. No dia seguinte, o escritor acordou bem cedo e foi, sorrindo, pegar estrelas.

Eu recebi um bilhete da vereadora do PDT de Alto Taquari, de Mato Grosso, que é a vereadora Cristine Bernini. Ela disse:

As mulheres brasileiras esperam que este momento de dificuldade seja ultrapassado pela esperança de um novo amanhã.

Senadora, continue sempre assim, decidida e forte. Fortaleça-se no Senhor Jesus e na força do seu poder.

Com carinho,  
Christine Bernini.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como eu disse, hoje eu vou falar de uma questão particular, afeta ao meu Partido e a mim, pessoalmente. Dirijome a V. Ex<sup>as</sup> para me pronunciar nesse sentido; mas, ao mesmo tempo, rogo a atenção de todos e todas, os senhores e as senhoras, aqui presentes. Agradeço, mais uma vez, todos que estão presentes aqui no nosso plenário.

Como transcrevi nos últimos dias, tenho recebido mensagens de apoio e muito carinho de homens e mulheres do meu Mato Grosso e até fora do meu Estado, desejando-me força. Me desejam sucesso e pedem resistência.

Escolhi essa mensagem da Vereadora Cristine, de Alto Taquari, uma cidade linda e querida no extre-

mo sul de Mato Grosso, por várias razões, entre as quais penso que ela sintetiza diversos sentimentos e traduz, com muita precisão, o que pensa o povo do meu Estado.

Todos vocês devem saber que, a partir de fevereiro do ano que vem, infelizmente, não estarei nesta Casa. Não pela vontade do povo de Mato Grosso, não pela minha vontade, mas pela vontade e capricho de um grupo político do meu Partido, no meu Estado.

Nas prévias que o meu Partido realizou, no último dia 18, venceu o meu adversário, por uma margem mínima. Venceu sob efeito de uma derrota política. Foi a conhecida vitória de Pirro. Explico: Pirro, um valente general grego, rei de Épiro, atualmente Albânia, que viveu no ano 272 A.C., declarou, logo após ter vencido uma batalha e perder a metade do seu exército ou mais: “Mais uma vitória como esta, e estou perdido”.

Vejam, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, que, dos 131 Municípios em que houve a consulta aos filiados do PT, o meu Partido, para escolher o candidato ao Senado, vencemos em todas as cidades polos, vencemos no Município cujo eleitorado total representa 67% dos votos dos mato-grossenses. Por outro lado, o Presidente do PT de Mato Grosso, em vez de buscar o entendimento partidário e a defesa de um palanque consistente para a candidatura Dilma Rousseff, preferiu rachar o partido, numa disputa pessoal que sacrificou toda a nossa estrutura partidária.

Na matemática precisa, o meu adversário, que é o Presidente do PT de Mato Grosso, somou mais votos nos pequenos colégios eleitorais. Vencemos nos grandes centros, onde se estabeleceu uma campanha coletiva de debates e de acesso à informação. Na matemática política, Senhoras e Senhores, sinto-me vitoriosa. Afinal, venci onde existe 1,3 milhão de eleitores do meu Estado, o que representa dois terços dos votos de Mato Grosso.

Quero dizer a V. Ex<sup>as</sup> e ao povo brasileiro que o PT de Mato Grosso não apenas cassou o meu direito de perguntar aos eleitores do meu Estado se fiz um mandato à altura. O Presidente do Diretório Estadual, na certeza da construção do seu grupo, baseado nas políticas de gabinete, tirou do povo de Mato Grosso o direito de dizer: “Serys, nós te colocamos no Senado; Serys, nós vamos tirá-la”; ou: “Serys, nós gostamos do que você fez”; ou: “Nós queremos que você continue”. Não me deram a oportunidade de fazer, de forma direta, a defesa do trabalho político que fiz, de fazer, sobretudo, a defesa do fantástico Governo do Presidente Lula, que ajudei a construir. Sim, tive a honra de dignificar o nosso Partido nos mais distantes rincões por onde passei, como, por exemplo, o Vale do Araguaia, que era conhecido como o “vale dos esquecidos”, e hoje,

graças ao prestígio e determinação deste mandato, passou a ser o vale dos sonhos e das oportunidades. Lá a BR-158, finalmente, está sendo asfaltada. Por causa da chegada do linhão de energia de Querência a Vila Rica, foi possível avançar o Programa Luz para Todos. Também quanto à telefonia celular, eram 53 municípios em Mato Grosso sem telefonia, e hoje, se os temos ainda, são dois ou três, em fase de implantação final.

Em 2002, vencemos a mais alta hierarquia da política de Mato Grosso, enfrentando ex-Governadores e Senadores, enfrentando, enfim, toda a sorte de sacrifícios, pela falta de estrutura política, mas sempre coerente com a luta do dia a dia e sempre sintonizada com os interesses da sociedade. Foi assim que chegamos até aqui.

Hoje, de maneira cruel, sob o ponto de vista de uma tática que não tem argumentos válidos e perceptíveis, esse grupo do PT tirou do povo de Mato Grosso, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a oportunidade de me avaliar, de avaliar o meu trabalho, de avaliar a minha luta pela governabilidade deste País, a minha luta pela defesa do meio ambiente, com ênfase na questão climática, que preocupa o mundo, de avaliar a minha postura em especial na defesa dos direitos das mulheres do meu Estado, das mulheres do Brasil, das mulheres da América Latina, das mulheres do planeta Terra, em defesa das mães, das domésticas, da mulher do campo. Enfim, o PT do Presidente do Diretório Estadual tirou de mim a oportunidade ímpar de mostrar o quanto contribuí para o desenvolvimento econômico do meu Estado, carregando recursos para os municípios, levando verbas para os projetos sociais, brigando pela implantação do Luz para Todos, pela ampliação da exploração, da pesquisa do petróleo e do gás em solo mato-grossense; da federalização das rodovias, do transporte ferroviário. Tiraram de mim essa oportunidade. E, pior, retiraram o direito daqueles quase 30% dos eleitores do meu Estado que me colocaram aqui, em uma luta titânica, de avaliar o que eu fiz. Cassaram o meu direito e cassaram o direito do povo de Mato Grosso.

Vejam, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que o PT do Deputado Carlos Abicalil teve contra mim o fato de ter sido eu a primeira mulher a chegar à Vice-Presidência do Congresso, a primeira Senadora de Mato Grosso, em sua história republicana. Ele desconheceu a minha biografia, de ter sido eleita pela Transparência Brasil entre os dez Senadores que têm os projetos que mais contribuem para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Ressalto que, entre os dez, sou a única mulher. Além de chefiar o grupo junto ao G8+5, etc., etc., o fato é que usaram e abusaram da democracia do PT

como instrumento para se fazer política de grupo. Isso é absolutamente condenável.

**O Sr. José Sarney** (PMDB – AP) – Senadora, V. Ex<sup>a</sup> me permite apartear-la?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Pois não, meu presidente.

**O Sr. José Sarney** (PMDB – AP) – Queria me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> e, ao mesmo tempo, mais do que apresentar essa solidariedade, oferecer meu testemunho. Estou há quase 40 anos nesta Casa, mas posso dizer que poucas vezes vi uma Senadora tão dedicada, tão aplicada aos seus trabalhos e na defesa da causa das mulheres quanto V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> tem sido um exemplo no exercício do seu mandato para todos nós. Posso testemunhar também que, na Comissão Diretora da Casa, como Vice-Presidente, V. Ex<sup>a</sup> também tem honrado esse cargo, tem nos ajudado com seus conselhos, com seu trabalho e, ao mesmo tempo, se aprofundado na discussão dos problemas da Casa. Aqui no plenário, V. Ex<sup>a</sup> tem se destacado na defesa e no debate dos grandes temas nacionais. A política tem seus momentos de amargura, coisas que a gente não entende realmente, coisas que a gente não compreende. Mas, que V. Ex<sup>a</sup> foi vítima de uma injustiça, isso podemos dizer baseados no seu trabalho, na sua qualidade de parlamentar, na honradez com que tem se desempenhado nesta Casa e no respeito que merece de todos nós. Era esse testemunho que queria trazer e apresentar-lhe minha solidariedade. E gostaria de dizer que, tanto quanto V. Ex<sup>a</sup>, estou me sentindo também injustiçado como Senador.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador José Sarney, nosso Presidente do Senado, Presidente do Congresso Nacional. Muito obrigada pelas suas palavras carinhosas, sérias, neste momento.

Como dizia, o fato é que usaram e abusaram da democracia do meu Partido, o PT, como instrumento para se fazer política de grupo. Isso, Senhores e Senhoras, é absolutamente condenável.

Estive envolvida, durante as prévias, no projeto de governabilidade do nosso Presidente Lula. Não tenho dúvidas em afirmar que conquistamos uma grande vitória política, ganharmos nas localidades que envolvem 2/3 dos votos de Mato Grosso. A Direção Nacional do meu Partido já constatou esse absurdo.

Esse é o PT de Carlos Abicalil, Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras, que, em nome de uma tática eleitoral, não respeita a história de luta de uma companheira, uma história de mais de 20 anos de sacrifícios e de total dedicação às causas partidárias. Em nome do interesse do grupo que se estruturou à sombra da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, Mato Grosso,



dos aloprados, que se estruturou à sombra de um In-cra, o órgão mais odiado de Mato Grosso, seja pelos latifundiários, seja pelos movimentos agrários como o MST, o MTA e o Via Campesina, entre outros, por sua inoperância e incapacidade técnica - assunto que voltarei a tratar oportunamente... Grupo que se aparelhou na Secretaria de Educação de Mato Grosso...

**O Sr. Edison Lobão** (PMDB – MA) – Senadora, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Edison Lobão. Quanta honra! Obrigada.

**O Sr. Edison Lobão** (PMDB – MA) – Senadora Serys, não devo manifestar-me sobre decisões internas dos partidos políticos. Posso apenas dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, para evitar coisas dessa natureza, houve um tempo em que os Senadores eram candidatos natos à sua própria reeleição. Com isso, impediam-se manobras internas não deste, mas de todos os partidos políticos. Essa disposição legal depois foi vencida, e agora verificamos que ela estava correta. V. Ex<sup>a</sup> não passaria pelo dissabor de não poder ser candidata à sua própria reeleição, se aquela lei estivesse em plena vigência. A respeito de V. Ex<sup>a</sup>, eu, aí sim, posso falar. Sou seu colega há cerca de oito anos aqui no Senado da República. Acompanhei diariamente o desempenho do seu mandato, todo ele traçado com competência, com dedicação e com espírito público. Dia a dia, eu, mais antigo, já no terceiro mandato de Senador, com dois outros mandatos de Deputado Federal e um de Governador, pude avaliar o seu desempenho. Em nenhum momento, eu observei sequer um desvio de conduta de V. Ex<sup>a</sup>. Ao contrário, estava sempre dedicada aos melhores e mais legítimos interesses de sua gente de Mato Grosso e do Brasil. Eu lastimo profundamente não observar mais a sua presença aqui, sobretudo por uma razão que, a meu ver, não justifica tirar alguém da vida pública, que é impedi-la de ser candidata para a próxima reeleição. Esteja certa, Senadora Serys Slhessarenko, de que o povo brasileiro sentirá saudade de V. Ex<sup>a</sup> aqui, profunda saudade, assim como eu estou sentido desde logo.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Lobão. Obrigada mesmo.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Senadora Serys, permite-me?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Senador Geraldo Mesquita, concedo-lhe um aparte.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Querida amiga, Senadora Serys, o Senador Lobão é um diplomata: disse que não se mete nos assuntos internos dos partidos. Eu me meto. Eu me meto, Sena-

dora Serys. O que está prestes a acontecer com V. Ex<sup>a</sup> é uma violência que não é própria só do seu Partido, não. O seu Partido está botando pé nessa estrada que é trilhada, já, por muito tempo, por outros partidos que desenvolveram essa prática. Aliás, pode-se dizer que os partidos políticos hoje, no Brasil, Senadora Serys, são verdadeiros cartórios, bancas de negócios. E essa coisa tão exacerbada dá nisso. O Senador Sarney aqui se dirigiu à senhora, e acho que ele se dirigia menos à senhora e mais ao povo da sua terra, para dar o testemunho da sua presença aqui no Senado Federal. Digo que isso não é prática só do seu Partido, porque, pouco tempo atrás, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, um companheiro nosso do PMDB, por sorte, foi avisado a tempo de que o Partido iria negar-lhe legenda. O Senador Mão Santa, do Piauí, nosso querido companheiro, teve que migrar para um outro partido, porque o Partido iria negar-lhe legenda. Mão Santa! E quantos outros, Senadora Serys? Portanto, eu não sou diplomata, eu digo com todas as letras: a gente precisa pensar muito ao entrar para um partido político em nosso País. V. Ex<sup>a</sup> tem esta responsabilidade, assim como todos nós, de rever o que está acontecendo. Partido no nosso País está virando cartório, está virando banca de negócio, igreja, com todo respeito às igrejas. Igreja no sentido que a gente usa sempre. E não chore. Não chore, Senadora. Esse povo não merece seu choro. Eu, como o Senador Sarney, como o Senador Lobão, quero aqui também me dirigir ao povo da sua terra e dar meu testemunho, Senadora Serys. E, algumas vezes, nós estivemos em campos opostos aqui. Mas acho que não tem uma pessoa neste Senado Federal – Parlamentar, servidor – que não tenha o dever, a necessidade de ter absoluto respeito por V. Ex<sup>a</sup> e pelo seu mandato. Um mandato aguerrido, Senadora Serys, um mandato aguerrido. A senhora é uma guerreira, Senadora Serys. A senhora é uma guerreira, e foi assim que se comportou no Senado Federal. Eu acho uma indecência o que estão fazendo com a senhora. Acho até que o povo do Mato Grosso deveria dar uma resposta contundente a isso. Eu acho até que o povo do Mato Grosso deveria se mobilizar no sentido de impedir que isso se perpetre. É uma grande oportunidade. O povo brasileiro está adormecido, está muito acomodado, Senadora Serys. O povo brasileiro tem se conformado com coisas absurdas, com coisas com as quais a gente não pode se conformar. Há tempo ainda! O povo, quando quer... Há um ditado, Senadora Serys, que é mais ou menos assim: água morro abaixo... Como é, Senador Mozarildo?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Fogo morro acima.



**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)**  
– Fogo morro acima. E o povo, quando quer, faz qualquer coisa. Portanto, queria, além do testemunho da sua presença, da sua atuação... Digo uma coisa para a senhora: eu tenho muito orgulho de ter sido seu parceiro aqui no Senado Federal, muito orgulho. Tenho orgulho de ser seu parceiro. Acho que está chegando a hora, e este momento pode ser antecipado na sua terra. O povo brasileiro, o povo de Mato Grosso tem de pegar algumas coisas na mão, na munheca, e reverter, Senador Serys. Há tempo! A convenção vai ocorrer daqui a quase 60 dias. O povo tem de compreender que não se pode cometer uma arbitrariedade dessas. Isso é uma arbitrariedade. Se a senhora tivesse aqui uma passagem manchada por fatos desabonadores, eu, talvez, nem discutisse isso. Mas uma atuação irrepreensível como a da senhora, no Senado Federal, uma atuação que orgulha seus companheiros... Isso não é fácil acontecer no Senado, não, Senadora. Isto tem de ser objeto de reflexão do povo do Mato Grosso. Portanto, o meu abraço e a minha solidariedade. Não chore por esse povo porque ele não merece. Chore pelo povo da sua terra! Chore pelo povo da sua terra! Eu aqui faço um apelo ao povo do Mato Grosso: tome tento, pegue esse assunto nas mãos e tente reverter essa coisa. Ninguém é dono absoluto dessas coisas. Quem é dono absoluto do nosso destino político é o povo. O povo, quando quer, modifica uma situação como esta, não é? Esses títeresinhos, autoritários, que vestem uma capinha de democratas, têm de aprender uma lição cedo ou tarde, Senadora Serys. No seu caso, em Mato Grosso, talvez seja agora a oportunidade de o povo dar um não para esse tipo de comportamento e dar um basta a esse tipo de gente que assume funções e cargos públicos de forma autoritária e arbitrária, passando a ideia de que são, de fato, democratas. “Não! Realizamos uma prévia”. Que prévia? Que conversa é essa? Isso é uma falta de respeito com uma Parlamentar que honrou e honra o Senado Federal.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)** – Obrigada, Senador Geraldo Mesquita, pelo seu contundente e corajoso pronunciamento, como o senhor sempre se porta neste Parlamento.

Alguns, senhores e senhoras, estarão se perguntando: “Por que esse grupo se estruturou dessa forma?” E eu digo: lamentavelmente, às vezes, é preciso fazer opções. Eu, senhores e senhoras, fiz opção pela governabilidade do nosso País, eu fiz a opção pela luta por verbas para o meu Mato Grosso. Fiz a opção por ser a Senadora não somente do PT, mas ser a Senadora de Mato Grosso, tratando o meu Estado por inteiro, sem discriminar prefeitos por serem de oposição, visitando anualmente todos os municípios,

recebendo sempre, em meu gabinete, prefeitos, prefeitas, vereadores, vereadoras, sem nunca perguntar a que partido pertencem. Nunca. Eles entram e saem do meu gabinete. Sou meio devagar para prestar atenção nessas coisas. Nunca sei de que partido são, e não tenho a menor preocupação. Se trazem preocupações de nossos municípios, eu tenho de ouvi-los, tenho de atendê-los, tenho de correr atrás e ajudar na solução dos problemas. Não pergunto: “Ah, vai fazer emenda para tal Município?” Se o Município está precisando mais de tal coisa, é para lá que vai. Não sei se o prefeito é do partido x, y ou z. Eu não pergunto.

Desafio qualquer político federal do meu Estado de Mato Grosso a mostrar ao Brasil se realmente não sou uma política que mais anda naquele Estado. O Senador Jayme Campos costuma até brincar comigo, e diz que ando muito. Ele não está nem na metade do mandato dele aqui, por isso ele pensa assim. O Senador Jonas Pinheiro, de saudosíssima memória, sentado ali, do meu lado, brincava sempre comigo. Ele dizia: “Senadora, para com isso, o mundo não vai se acabar. A senhora trabalha demais”. E brincava, dizendo: “Eu não preciso mais trabalhar”. Ele trabalhava muito também. Mas ele brincava comigo de que não precisava mais trabalhar. Dizia que eu trabalhava por mim e por ele. A gente trabalhou em muitas proposições juntos, com certeza.

**O Sr. Jayme Campos (DEM – MT)** – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)** – Pois não, Senador. Concedido um aparte ao Senador Jayme Campos.

**O Sr. Jayme Campos (DEM – MT)** – Senadora Serys, eu confesso que até agora não entendi e não entendo essa forma de fazer política do seu Partido. Na medida em que, aqui, de público, eu posso confessar que eu fui um dos seus eleitores em 2002.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)** – Obrigada.

**O Sr. Jayme Campos (DEM – MT)** – Votei em Jonas Pinheiro para Senador da República. Não só votei como trabalhei, sabendo perfeitamente que a senhora seria uma grande Senadora pelo nosso Estado e pelo Brasil. Isso está indiscutível diante do testemunho dos nossos Senadores que estão aqui, realmente, apartando V. Ex<sup>a</sup>. O PT está cometendo o maior erro da política do Mato Grosso, na medida em que a senhora é fundadora do PT, mulher que esteve na trincheira, lá atrás, na fundação do pequeno PT que existia. E isso eu posso falar com muita clareza, que eu mesmo sou adversário da senhora, lá atrás. Como Governador do Estado, a senhora era Deputada Estadual, e eu via a sua luta incessante não só defendendo os interes-

ses da sociedade mato-grossense, mas, sobretudo, defendendo o Partido dos Trabalhadores. E, de uma forma traiçoeira, covarde, que eu posso dizer assim, eu vejo que o PT contrariou toda a maneira, a forma, na história republicana deste País, de se fazer política partidária. Na medida em que eu tenho acompanhado a discussão partidária, por intermédio da imprensa de Mato Grosso, vi que o PT traiu até a sua história, traiu a sua forma de fazer política. Aqui, de público, eu posso confessar que eu sei da maneira, do exercício não condizente com o momento brasileiro, como foi feita a política do PT do Mato Grosso, usando instrumentos não condizentes com a nossa realidade. E eu não tenho dúvida alguma de que quem vai perder é o PT. Quem vai perder é a própria candidata do PT, Dilma Rousseff. Pergunto: quando se fala hoje dos espaços que tem que ganhar a mulher brasileira no campo político, qual o discurso que o PT, sobretudo a Dilma, vai ter em Mato Grosso para falar para as mulheres mato-grossenses, pois não lhe dão oportunidade, cortam o seu direito de pleitear uma reeleição? A senhora está pleiteando aquilo que é direito líquido e certo. Lamentavelmente, a legislação eleitoral acabou com o voto, ou seja, a eleição nata, a candidatura à reeleição nata. Mas, neste caso, eu tenho certeza absoluta, a sua história é que vai valer, a história que a senhora construiu como Deputada, como líder sindical, como Senadora da República. Eu não tenho dúvida alguma de que o povo do Mato Grosso hoje está triste. Não tenho dúvida alguma de que nós vamos pagar caro por não deixar a Senadora Serys Slhessarenko ser reeleita por nossa sociedade. Eu, Senador Mozarildo Cavalcanti, já tenho um candidato a Senador, que é o Senador Antero Paes de Barros. Quanto ao segundo voto meu, de Jayme Campos, do meu Partido, aqui mesmo está comigo aqui o Deputado Dilceu Dal'Bosco, Líder da nossa bancada, e nós já tínhamos compromisso firmado de ajudar a reeleição da Senadora Serys Slhessarenko. Votaria, de fato, com o coração, realmente sabedor que sou de sua competência, do trabalho que tem exercido aqui neste Senado. Votaríamos conscientemente, porque sei perfeitamente que V. Ex<sup>a</sup> seria novamente eleita, por ser uma grande Senadora, que defende os interesses da sociedade brasileira. Portanto, Senador Eduardo Suplicy, acho que é a maior injustiça que o PT do Brasil está cometendo com essa Senadora da República. Vão pagar caro. Lá, no Mato Grosso, pode ter certeza de que, dificilmente, o PT terá oportunidade de ter aqui um Senador da República! A falta de Serys não dá para nós aferirmos! Não dá para mensurar o tamanho do rombo que fez o seu Partido lá em Mato Grosso. Entretanto, é pena que a legislação eleitoral não permita, Serys, que V. Ex<sup>a</sup> mude de par-

tido hoje e venha para o Democratas e seja a nossa candidata a Senadora da República. (*Palmas.*) Seria bem-vinda! Seria bem-vinda e seria Senadora da República, até porque o meu Partido, lamentavelmente, não tem um candidato a Senador. Mas vamos votar em Antero Paes de Barros, e votaríamos na senhora novamente, conscientemente. Mesmo estando em lados opostos, a senhora apoiando a candidata de seu Partido, eu apoiando José Serra, mas o Democratas de Mato Grosso ia novamente lhe dar essa confiança, essa procuração para bem representar o meu querido Estado do Mato Grosso. Portanto, eu quero, nesta oportunidade, manifestar a minha solidariedade, na certeza absoluta de que quem perde é o povo do Mato Grosso por não ter o momento ímpar novamente nas eleições de 2010 de reconduzi-la como Senadora da República pelo Mato Grosso e pelo Brasil. Parabéns e sucesso! Mas eu tenho certeza de que essa decisão vai custar muito caro para aqueles que, lamentavelmente, usaram instrumentos e meios para que a senhora não vencesse as prévias. Eu imagino que vai custar caro para aqueles que esperam que o povo do Mato Grosso não tenha entendido o jogo, a traquinagem que foi feita para que a senhora não voltasse a ser Senadora por Mato Grosso. Parabéns e conte com o Senador Jayme Campos!

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Jayme Campos. Apesar de sermos de Partidos opositores, como o senhor muito bem colocou, temos trabalhado muito juntos, como sei que vamos trabalhar com o Senador Jorge Yanai, pelas causas de Mato Grosso, porque Mato Grosso é muito maior que muitas divergências políticas.

Em determinados momentos, é claro, temos divergências e precisamos nos postar em campos diferenciados, aqui dentro, mas na maioria das situações nós estamos muito juntos. Estamos juntos eu e o Senador Jayme Campos em praticamente todas as Comissões: é na CCJ, é na de Infraestrutura, sempre votando juntos, ajudando.

A federalização das estradas de Mato Grosso, a ampliação de praticamente mais cinco mil quilômetros de estradas federalizadas, porque só estrada federalizada entra no PAC e só estrada que entra no PAC é asfaltada.... Eu estava lá meio que patinando, sozinha, o Senador Jonas Pinheiro me ajudando, quando o Senador Jayme Campos chegou, eleito. Sentamos os três juntos. Saiu uma foto, pelo Mato Grosso, e as pessoas diziam: “Mas como, Serys? Você sentada com os dois Senadores do DEM?” Sentada, e quantas vezes for preciso sentar por Mato Grosso nós vamos sentar juntos.

Fizemos o mapa dos desenhos das estradas que precisavam ser federalizadas de imediato, por estudos já feitos, e, juntos, os três, assinamos todas as proposições. Em 15 dias – não é, Senador? –, a gente conseguiu aprovar no Senado e foi lá para a Câmara. Quer dizer que foi um trabalho realmente dos maiores o que juntos nós fizemos.

Fizemos muitos outros, mas esse foi um dos maiores, e Mato Grosso é que ganha. Mato Grosso tinha em torno de sete mil quilômetros de estradas federalizadas. Poderá ir para 12 mil, agora, com esse trabalho que nós fizemos. Agora, é claro, o Senador Gilberto Goellner vem ajudando e o Senador Jorge Yanai vai dar continuidade.

Eu diria que por onde eu ando, nos Municípios, discuto programas e projetos para beneficiar o cidadão, beneficiar o pai de família, o filho do trabalhador, o filho do homem do campo, as futuras gerações de um Estado rico e que ainda busca a sua própria identidade.

Fiz essa opção pelo meu Brasil, ao passo que esse grupo fez a opção para dominar e privatizar o PT.

Que fique muito claro que hoje, em Mato Grosso, existem dois PTs: um PT que é esse que não pensa duas vezes em buscar facilidades e outro que está na luta coletiva em busca de dias melhores para o povo do meu Estado. E eu, a Senadora Serys, faço parte desse segundo PT. Eu sou do grupo dos companheiros que me apoiaram, que fizeram com que a diferença fosse realmente muito pequena, porque muitos companheiros e companheiras do Partido dos Trabalhadores nos deram muito apoio nesse momento, e continuam nos dando.

Admito, senhores e senhoras: sinto-me vilipendiada. Enquanto me dedicava ao mandato por inteiro ao meu Estado e ao meu País e também na busca de um mundo melhor, lá nos rincões mato-grossenses alguns tramavam a queda da Senadora Serys.

Em nome do interesse de um grupo, é lamentável, meus senhores e senhoras, constatar que o poder pelo poder exige irresponsabilidade. Poderia estar eu, aqui, comemorando a vitória, numa prévia do meu Partido, se tivesse feito como eles. Bastaria ter deixado as responsabilidades de lado, aqui, para construir somente a vitória naquela prévia. Não precisava mais do que dois ou três dias.

Aliás, quero dizer que sempre atuei pelo meu Partido. A minha história de fidelidade partidária jamais poderá ser questionada, colocada sob questionamento, mas fiz a política de um PT voltado aos interesses coletivos e não apenas de interesses de um grupelho.

Se errei por esse comportamento, vou continuar errando, porque não acredito nessa política do toma-

lá-dá-cá. Penso o meu Brasil e o meu Mato Grosso por inteiro, fortes e vigorosos.

Seria eu hipócrita se não dissesse que a tática escolhida pelo PT de Carlos Abicalil foi equivocada. Ela é equivocada. Eu diria mais: uma tática oportunista e desleal.

Querendo se aproveitar da popularidade do ex-Governador Blairo Maggi, que é do Partido da República, um dos grandes apoiadores do nosso Presidente Lula, esse grupo partiu em busca dessa vaga ao Senado, em desespero. Abriu uma cisão dentro do Partido para tentar fazer prevalecer seus objetivos. Tentaram rasgar uma história, a minha história, a história da primeira mulher eleita Senadora no meu Estado, em toda a história republicana. Esse PT do dirigente estadual solapou a dignidade de nós, mato-grossenses.

Temo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pela resposta que virá das urnas, mas vamos esperar. O tempo é o senhor da razão e a sabedoria popular sempre prevalece sobre as espertezas.

**O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senadora Serys,** a senhora me concede um aparte?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) –** Concedo um aparte ao Senador José Nery.

**O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senadora Serys,** eu gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup> e ao povo de Mato Grosso que não podemos nos calar diante do que consideramos uma grave injustiça: impedir a candidatura de V. Ex<sup>a</sup>, a quem aprendi a respeitar na convivência que aqui tivemos nos últimos anos, debatendo e lutando por causas de interesse da população, dos excluídos, dos mais pobres do nosso País. Encontramo-nos muitas vezes neste plenário ou nas Comissões para defender a causa dos direitos humanos, a causa de crianças e adolescentes, dos direitos das mulheres e a causa específica das empregadas domésticas, a que V. Ex<sup>a</sup> tão bem se dedicou nesta Casa. Há poucos dias, testemunhamos um evento em que ficaram demonstradas as iniciativas do seu mandato em relação a essas pessoas que, hoje, são escravizadas em milhares de residências, em nosso País. A Senadora Serys é defensora dos agricultores familiares, dos sem-terra, da causa da reforma agrária. A Senadora Serys luta contra o trabalho escravo. Ainda como Deputada, temos um relato, em certa oportunidade, alguns escravagistas e latifundiários do seu Estado encomendaram e tramaram a possibilidade de colocar V. Ex<sup>a</sup> num tacho quente de caldo de cana, porque era assim que eles reagiam ao seu trabalho, à sua luta em defesa do direito dos trabalhadores. A Senadora Serys sempre pautou a sua vida pela defesa da ética na política. Ontem, quando reunimos o conjunto de entidades da sociedade civil, da CNBB, da OAB, de vários movimentos sociais

para discutir a tramitação, aqui no Senado, do projeto Ficha Limpa, cuja votação a Câmara dos Deputados está concluindo, lá estava Serys presente, junto com outros Srs. Senadores e Senadoras, para demonstrar o seu compromisso com a política de coerência, de ética, do qual o seu próprio mandato é o maior exemplo. A Senadora Serys tem enfrentado, ao longo da sua trajetória, sempre as maiores dificuldades para fazer valer o sonho de que podemos, no Brasil, construir um País justo e digno para todos. Eu acho que essa é a grande lição do seu trabalho e a grande mensagem que você... Digo “você” porque, além de tudo, nos tornamos amigos aqui, compartilhando, com certeza, em muitos momentos difíceis, pensamentos, ideias, lutas, enfrentamentos, porque não somos daqueles que recusam desafios para fazer valer princípios, para fazer valer valores que muitos já abandonaram. O que ocorreu no Mato Grosso, em especial o debate interno feito no Partido dos Trabalhadores, sem dúvida, leva a muitas preocupações, porque, pelo que a senhora relatou, a própria democracia interna foi solapada quando interesses maiores prevaleceram em detrimento da referência do trabalho, da luta incessante por ética na política, pelo direito dos trabalhadores e, sobretudo, pelos direitos do povo de Mato Grosso. Eu poderia dizer a V. Ex<sup>a</sup> que um partido como o PSOL não teria nenhum problema em convidá-la também para ingressar em suas fileiras, mas acho que isso não é correto, até porque V. Ex<sup>a</sup> tem a grandeza e a clareza dos projetos que defende e em que acredita. Comparativamente, do ponto de vista político ideológico, como disse há pouco ao Senador Jayme Campos, V. Ex<sup>a</sup> com certeza ficaria muito mais à vontade em um partido como o PSOL do que no DEM, porque as suas convicções estão muito nesse campo. Porém, não quero me aproveitar dessa oportunidade para dizer isso a V. Ex<sup>a</sup>, porque acho que ainda há tempo para se corrigir a injustiça que lhe fizeram. Mas não fizeram à Senadora Serys, fizeram ao povo de Mato Grosso, que pode ser privado da possibilidade de ter aqui, no Senado, uma voz e o destemor, a luta e o compromisso de Serys Silhessarenko. Portanto, eu diria que ainda é tempo de corrigir essa grave injustiça, e os mato-grossenses têm a tarefa de ajudar nisso. Parece-me que V. Ex<sup>a</sup> chegou a anunciar que não seria candidata a nenhum cargo nessas eleições, e comentava com o Senador Cristovam Buarque essa semana que, pelo seu trabalho, pela sua luta, o correto é V. Ex<sup>a</sup> continuar na batalha, na disputa. E disse a ele: era bom que os mato-grossenses e nós pudéssemos nos somar, dizendo “Serys candidata”, porque em qualquer cargo que V. Ex<sup>a</sup> venha a disputar sempre honrará o seu Estado, o seu povo e, principalmente, honrará qualquer Casa do Legislativo

de que venha a ser membro, porque já foi Deputada Estadual e depois veio para o Senado. Então, V. Ex<sup>a</sup> conta com a minha solidariedade e o meu apoio. A senhora e a sua equipe, que é tão dedicada quanto a própria, sem dúvida, aqui são exemplos de trabalho e dignidade. Desejo que V. Ex<sup>a</sup>, ao final desse processo, tome a melhor direção e o melhor caminho, que sem dúvida é aquele caminho de continuar lutando e organizando o povo por seus direitos. Eu tenho certeza de que a sua grandeza, o seu espírito de luta jamais fenecerá. É por isso que Serys deve continuar na lida política: em qualquer função que esteja, V. Ex<sup>a</sup> saberá muito honrar o cargo que o povo lhe confiar. Portanto, integro-me à ideia que o Cristovam anunciou. Acho que o movimento “Serys candidata” é o que Mato Grosso precisa fazer para que a senhora continue bem representando o povo de Mato Grosso. Um grande abraço, sucesso e êxito. Não ao desânimo e sim à persistência, à determinação, à coerência e à luta, que são marcas da sua brilhante trajetória. Muito obrigado.

**A SRA. SERYS SILHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador José Nery, realmente, pelo seu grandioso pronunciamento neste aparte que muito me emociona. Quero dizer, Senador, que eu saio da política eleitoral em 2010, mas estarei na luta de todos os companheiros e companheiras de meu Mato Grosso, em todos os sentidos que se faz necessário estarmos na luta pela melhoria da qualidade de vida da nossa população. Com certeza, todos têm suas necessidades. Eu digo sempre que Mato Grosso é o Estado do agronegócio. Queremos que o agronegócio vá muito bem, obrigada, e exporte para trazer divisas. Mas nós queremos uma agricultura familiar forte, uma agricultura familiar que realmente traga, com dignidade, para a sua família, o pão nosso de cada dia, a melhoria da qualidade de vida; que tenham trabalho os trabalhadores da área urbana; que tenham terras os do meio rural; que tenham condições de crédito; que tenham condições de produzir realmente, para um melhor sustento e para a melhoria da qualidade de vida, porque as pessoas também não podem trabalhar só para sobreviver.

Mas, continuando, eu saio, senhores e senhoras, de cabeça erguida. E não é uma simples retórica de quem perdeu, mas na verdade da representatividade dos votos. Saio de cabeça erguida na verdade dos números, principalmente dos apoios que recebi nas prévias ou pelos honrosos apoios dos Srs. Senadores do meu Partido: Senador Suplicy, Senador Mercadante, Senador Paulo Paim, Senador Delcídio Amaral, Senadora Fátima Cleide, Senador Augusto Botelho, Senador Tião Viana, Senadores e Senadoras que nos apoiaram com uma profunda carta escrita pelo



Senador Suplicy e assinada por todos os Senadores da nossa Bancada.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite ?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senadora Serys Slhessarenko, eu justamente iria sugerir-lhe que a carta que escrevemos pudesse ser parte do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que pudesse ser inserida. V. Ex<sup>a</sup> citou os Senadores da Bancada que assinaram essa carta, dando testemunho. Pelo trabalho que V. Ex<sup>a</sup> aqui realizou ao longo desses oito anos, fizemos questão de dar o nosso testemunho e dizer como V. Ex<sup>a</sup> tanto se empenhou para dignificar e bem representar o povo do Estado do Mato Grosso e como V. Ex<sup>a</sup> aqui se distinguiu tanto nas Comissões que citou, como a de Constituição e Justiça, de Infraestrutura, de Agricultura e Reforma Agrária e outras, onde eu, com V. Ex<sup>a</sup>, tenho trabalhado conjuntamente. V. Ex<sup>a</sup>, também na Mesa, como 2<sup>a</sup> Vice-Presidente do Senado, tem...

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – E do Congresso.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Perdoa?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Do Senado e do Congresso. Hoje, mesmo, pela manhã, presidi o Congresso.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Do Senado e do Congresso. Hoje V. Ex<sup>a</sup> presidiu...

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – O Congresso.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – ...o Congresso. Tantas vezes tem presidido aqui as nossas sessões e sempre o tem feito da forma mais digna. Quero dizer que, pelo conteúdo dos seus pronunciamentos, pela forma como V. Ex<sup>a</sup> visita Mato Grosso praticamente toda semana, sai daqui para verificar quais são os problemas de seu Estado tão grande, o que lhe exige enorme esforço com deslocamentos e com dificuldades até para que V. Ex<sup>a</sup> possa estar na companhia de familiares, fica claro que V. Ex<sup>a</sup> sempre realiza isso com grande determinação e vontade e tão bem dignifica o trabalho como mulher. V. Ex<sup>a</sup> é uma Senadora que colocou a causa da participação da mulher na vida política com grandeza, que aqui apresentou projeto importante, segundo o qual toda pessoa, em sendo mulher, deve receber uma remuneração semelhante à do homem que exerce a mesma função, projeto abraçado pelo Presidente Barack Obama, conforme V. Ex<sup>a</sup> diversas vezes ressaltou logo que assumiu o seu Governo. E V. Ex<sup>a</sup> também está sempre atenta aos anseios dos movimentos sociais, seja do Movimento dos

Trabalhadores Sem Terra no Mato Grosso, onde isso é muito importante, seja dos trabalhadores de todos os segmentos, sempre atenta a observar os anseios e projetos dos prefeitos de seus municípios, não importando os partidos aos quais pertençam. Enfim, quero aqui transmitir a V. Ex<sup>a</sup> que acho que seria muito bom, conforme dizemos na sua carta, que pudesse o Partido dos Trabalhadores outra vez colocá-la como candidata ao Senado. Se, por uma decisão do partido, isso não aconteceu, como V. Ex<sup>a</sup> aqui nos diz, ou seja, que nesta ocasião não vai ser candidata, quero dizer da minha convicção de que, em breve, o próprio Partido dos Trabalhadores ou o povo do Mato Grosso, muito provavelmente, vai lhe chamar para novas missões. Quero aqui transmitir a minha convicção a V. Ex<sup>a</sup> de que, onde V. Ex<sup>a</sup> estiver, será uma pessoa que muito vai contribuir para que as coisas melhorem. Então, meu abraço e um beijo carinhoso para V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada, meu querido Senador Suplicy. Muito obrigada.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Permite-me, Senadora?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Um aparte ao nosso querido Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Parece, de certa forma, que estamos assistindo a uma cena surrealista. Eu imaginava ver muitos fatos aqui no Senado, mas V. Ex<sup>a</sup> fazer esse pronunciamento para nos trazer essa notícia, sinceramente, eu não entendi. Fala-se muito em ficha suja, em ficha limpa. Muita gente diz – e tenho até um projeto neste sentido – que desse problema de ficha quem devia cuidar primeiro era o próprio partido. O partido devia, na hora de escolher, de selecionar seus candidatos, fazer a seleção. Se o cidadão está sendo processado, se o cidadão está marcado, se ele é isso, se ele é aquilo, não entra na chapa. E não como a gente faz hoje, muitas vezes: buscar o cidadão porque ele pode trazer voto. Pode ser até um bicheiro, mas que tenha fama; pode ser não sei o quê. Agora, eu não entendo: V. Ex<sup>a</sup> não é candidata. Em primeiro lugar, é uma coisa que me parece agora interessante. Uma das invejas que eu tinha do PT – e são muitas – era o número de mulheres que tinha na bancada. Quando começou a legislatura, era V. Ex<sup>a</sup> aqui, era a nossa querida Senadora Heloísa, era a nossa querida Senadora Marina, que por enquanto, ainda é do Acre. Mas eu não estou entendendo. Ô Suplicy, de um lado, escolhe uma mulher como candidata; do outro lado, as mulheres são meio que postas para fora do PT. A Heloísa foi expulsa. A Heloísa, pura e simplesmente, foi expulsa porque votou um artigo que é do Estatuto



do PT, da organização do PT, da história de vida do PT. Foi expulsa. A Ministra, a Senadora Marina, foi posta para a rua do Ministério, assim, com um chutão, sem dizer nem por quê. Agora, vem V. Ex<sup>a</sup> dizer que não é candidata. Mas não é candidata por quê, meu Deus do céu? Em primeiro lugar, eu quero me dirigir ao meu amigo Suplicy. Com todo o respeito, eu acho que não seria o caso de apenas dizer – e V. Ex<sup>a</sup> está certo – que outras missões lhe são reservadas. Eu concordo. Até porque, se não for no PT, tem... Eu só não ofereço o PMDB porque eu não mando no PMDB. Quer dizer, eu sou figura mal vista no PMDB. Se eu já falar, a senhora vai ser mal recebida pelo PMDB. Mas muitos partidos receberão muito, muito, muito bem V. Ex<sup>a</sup>. Agora, V. Ex<sup>a</sup> poderia falar com a direção nacional do PT. Lula não está se metendo em tudo o que é lugar? Fizeram uma convenção lá em Minas Gerais. A convenção de Minas Gerais indicou um candidato a governador, e o PT está dizendo que esse candidato a governador não vai ser candidato a governador porque eles vão apoiar o PMDB. Por que não pode intervir lá no Mato Grosso para saber o que está acontecendo? Acho, com toda a sinceridade, que esse fato é muito mais importante, é muito mais lógico, é muito mais racional do que o outro. Porque, no outro, eram dois grandes candidatos que o PT tinha: o Ministro da Fome, que é um homem espetacular, Patrus Ananias, e o outro, que foi um grande Prefeito. Fizeram uma convenção de mentirinha, uma prévia de mentirinha, porque quem ganhou não pode ser candidato. Vai ser candidato ao Senado porque eles vão apoiar o PMDB. Porque o Lula está mandando. O Lula que vá mandar lá em Mato Grosso. A Serys é que tem que ser candidata. Eu vou com V. Ex<sup>a</sup> falar com o Lula.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Mas São Paulo... Eu não sei. Agora, eu digo a V. Ex<sup>a</sup> que não entendo. Não entendo. Qual é o motivo, qual é o argumento pelo qual o Mato Grosso não permite que uma pessoa da sua categoria, da sua competência, da sua seriedade, da sua integridade... V. Ex<sup>a</sup> é uma Senadora na acepção da palavra. É brilhante, é competente, discute os problemas do seu partido, do PT, os problemas sociais, discute os problemas da sociedade brasileira, discute os problemas da mulher, discute os problemas da sua região, do Mato Grosso. V. Ex<sup>a</sup> é um dos grandes nomes deste Congresso. Não dá para entender. Sinceramente, eu faço um apelo. Sr. Presidente, vamos iniciar um ofício, endereçado à direção do PT do Mato Grosso, dizendo que nós, cidadãos brasileiros aqui do Senado, gostaríamos de saber qual é o motivo, o que V. Ex<sup>a</sup> tem que a gente não sabe, qual é o mistério, qual é a causa disso. Não dá para entender. Olha, e não dá para perder por ser o PT. No PMDB até dá, por-

que é uma legião estrangeira que está no comando do PMDB e que lá faz o que quer. Quer dizer, nós temos um candidato a Presidente da República, que é o Requião, e, no entanto, estamos oferecendo o vice para a Dilma, para o Serra, para quem paga mais. Quer dizer, o PMDB, infelizmente, com a morte do Dr. Ulysses, do Dr. Tancredo, do Teotônio... Esse grupo que assumiu é um grupo que humilha, que espezinha. Mas o PT não. O PT... Cá entre nós, o Lula está sendo um grande Presidente. Eu acho que a Ministra Dilma, é uma grande candidata. Eu acho que não tem explicação.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – É verdade.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Não tem. Não tem explicação. Eu dou a minha solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>. Eu digo que a vida, talvez, seja isto: para V. Ex<sup>a</sup> as coisas deram certo, é uma mulher formidável, grande líder, Deputada, Senadora, mas, às vezes, uma paulada é necessário para a gente se recolocar. Deus sabe o que faz.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Com certeza.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Quer dizer, olhando a curto prazo, a gente pode dizer: “Não, Deus sabe o que faz”. Mas fez uma bobagem, não poderia fazer isso. Mas eu acho que deve ter o passo seguinte. Vamos esperar o passo seguinte, que, tenho certeza, tem que ser a favor de V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Senador Pedro Simon, honra-me muito, muito, muito o seu aparte, pelo respeito que todos nós temos, todos nós Senadores e Senadoras, que o Rio Grande do Sul tem pelo senhor, que o Brasil e que muitos setores internacionais têm. Em sua fala, V. Ex<sup>a</sup> realmente diz: “Eu não entendo, eu não sei”. Eu também não sei, Senador. Por quê? Porque isso já foi dito por muitas pessoas, inclusive de esferas maiores, em âmbito nacional, que não conseguem entender. Porque se fosse... Foram até palavras de um Líder nosso, do PT, de Liderança nacional. Ele disse: “Não dá para entender. Porque se fosse um mandato pífio, um mandato isso, um mandato aquilo” – teceu uma série de pejorativos – “tudo bem. Mas um mandato” – e aí teceu uma série de qualificativos ao meu mandato – “não pode ser tratado dessa forma”.

Mas é aquela história: as pessoas se tornam donas. Tem algumas que se tornam proprietárias, proprietárias do partido. Quando o senhor é proprietário de alguma coisa, o senhor faz o que quer dessa coisa, não é? Foi isso que aconteceu.

Eu saio de cabeça erguida. E não é uma simples retórica de quem perdeu, mas na verdade da representatividade dos votos. Saio de cabeça erguida na

verdade dos números e principalmente dos apoios que recebi, seja nas prévias, como eu disse, ou pelos Srs. Senadores aqui.

Aliás, eu peço que seja feita a transcrição da carta assinada pelos nossos Senadores, por toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores. Que ela seja transcrita.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senadora Serys, permite-me um aparte?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Senador Mozarildo, pois não.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Olhe, eu me contive um pouco para fazer este aparte, mas depois de tantas manifestações, e principalmente porque, como conversei com a senhora em particular, eu realmente, não só como disse o Senador Pedro Simon, não entendo. Aliás, quero dizer que entendo sim. Eu entendo muito bem. Eu entendo muito bem, porque, depois de ter visto o que foi feito com o Senador Flávio Arns, com a Senadora Heloísa, com a Senadora Marina, de maneira suave, mas foi também – suave vírgula, porque a forma como a tiraram do Ministério não foi nada de suave... Então, não é de admirar. Agora, considerando a pessoa que a senhora é, a história que tem dentro do PT: vinte anos de mandato, uma militância firme, uma postura aqui no Senado, pelo que nós vimos aqui pelo depoimento de Senadores de diversos partidos, uma postura admirável. Não é uma pessoa que tenha radicalismos. Tem as suas ideias mas as defende com elegância. Então, eu só posso entender, até para usar a palavra que o Presidente Lula gosta muito, é que foi um gesto aloprado, porque aloprado, segundo o dicionário, é amalucado. Exatamente, só pode ser um gesto aloprado, porque não é possível que um partido possa, seja lá qual for a matemática ou o artifício, deixar de escanteio uma pessoa como V. Ex<sup>a</sup>. Mas olhe, já citei o Senador Flávio Arns, a Senadora Heloísa, a Senadora Marina, mas estão fazendo coisa parecida com o Senador Augusto Botelho lá em Roraima. O Senador Augusto Botelho não tem história no PT que a senhora tem. O Senador foi eleito pelo PDT e foi para o PT convencido por uma série de coisas importantes nas quais ele acredita. No entanto, o PT de Roraima está fritando o Senador Augusto Botelho também. Então, eu compreendo muito bem realmente essa postura do PT. Eles não estão preocupados de fato com as pessoas sérias, que trabalham, que querem realmente um Brasil mais justo e melhor. Portanto, fazem mesmo jus ao nome que o Presidente Lula inventou de aloprados, são aloprados mesmo.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Mozarildo.

Eu dizia do apoio que recebi dos Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras, do apoio em massa, senhores e senhoras, do movimento comunitário do meu Estado, das mulheres que se organizam a cada dia, dos segmentos diversos de luta, segmentos ligados à terra, como a Via Campesina, o MST, dos peritos, das mulheres da magistratura. Enfim, eu não me recordo aqui, mas são tantos os abaixo-assinados que eu tenho recebido de tantas categorias: dos vigilantes, de todas as categorias, de todos os patamares, de todos os setores da sociedade, de todos os cidadãos de bem, porque antes de tudo, eu sou uma cidadã do bem; a minha família, os meus amigos, os políticos de modo geral, a população mato-grossense, sempre presente ao meu mandato, com entusiasmo.

Realmente eu digo que, como disse o Senador Pedro Simon, é difícil de entender. Para mim está sendo difícil de entender.

Mas eu quero também agradecer a cada petista que me entendeu, que entendeu a minha mensagem e a minha luta. Acreditem, senhores e senhoras do Partido dos Trabalhadores que me apoiam, acreditem: a resistência prossegue! Posso não estar voltando para esta Casa, mas estarei na luta junto aos que me apoiaram pelo engrandecimento dos que consideram o PT um partido voltado para os interesses do povo e não apenas um instrumento de um grupo político.

Meus próximos meses não alterarão o curso da minha vida política. Estou fortalecida para seguir na luta pelos grandes ideais. Continuarei minha rebeldia por mais espaço para as mulheres. Continuarei uma revolucionária sonhadora das boas causas, assim como definiu Paulo Cavalcanti, esse grande brasileiro de Pernambuco:

Não fazem mal ao revolucionário o devaneio e o sonho, porque a luta, em si mesma, é sempre um projeto de esperança, nunca o refúgio de ilusões e fracassos.

São palavras de Paulo Cavalcanti, esse grande brasileiro pernambucano.

Meu sonho de hoje, senhoras e senhores, será eleger Dilma Presidente. E, independente desse resultado em Mato Grosso, estarei me dedicando, sim, 100% a essa vitória para fazer dessa companheira a primeira mulher Presidente do Brasil. Como sempre afirmei, me sentirei presidente do Brasil com ela Presidente.

Como militante do PT de Mato Grosso, cobrarei coerência e ética na política e ficha limpa. Ficha limpa especialmente dos petistas que terão suas candidaturas registradas. Não a nenhuma candidatura que tenha caixa dois, especialmente no meu partido.

Repito o que já postei em meu *Twitter*.

A possibilidade de disputar a reeleição não me entristece, não me tornará uma pessoa amarga. Não busco o poder pelo poder, pois “uma revolucionária pode perder tudo: a família, a liberdade, até a vida. Menos a moral.

Não sou de mandar recados, mas estou zangada e recorro, para finalizar, a Aristóteles.

Aristóteles diz: “Qualquer pessoa pode zangar-se. Isso é fácil. Mas zangar-se com a pessoa certa, na hora certa, pelo motivo certo e da maneira certa; isso não é fácil”

E eles conseguiram fazer isso comigo de forma rasteira e desleal!

São muitas as mensagens de carinho e afeto que tenho recebido. Quero dizer ainda que continuarei dando minha parcela de contribuição política e humana por um Brasil cada vez melhor.

Quero repetir a mensagem da Vereadora Cristine Bernini, como se fosse uma mensagem de todas as mulheres mato-grossenses, sejam elas vereadoras, prefeitas, vice-prefeitas, mulheres do povo, mulheres da área urbana, trabalhadoras rurais, mulheres da área urbana e rural. Quero repetir, Cristine Bernini, o bilhete que você me mandou.

Disse ela:

As mulheres brasileiras esperam que este momento de dificuldade seja ultrapassado pela esperança de um novo amanhã! Continue sempre assim Senadora, decidida

e forte. Fortaleça-se no Senhor Jesus e na força do seu poder.

Com carinho, Cristine Bernini, Vereadora do PDT de Alto Taquari, Mato Grosso.

Recebi aqui também um bilhete dos companheiros e das companheiras que trabalham comigo, tanto os que trabalham no meu gabinete aqui em Brasília como aqueles do meu escritório, lá em Mato Grosso. É um bilhete de quatro linhas. Eles dizem o seguinte:

Senadora, para o povo de Mato Grosso, para o Brasil, o seu mandato tem sido assim como essa história; tente não chorar ao fazer seu discurso [já chorei!] e se chorar que seja pela diferença que representas na vida e na história de cada um de nós todos e, especialmente, dos homens e mulheres no nosso Estado de Mato Grosso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Obrigada, Presidente, pela sua paciência.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A  
SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(*Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.*)

Brasília, 07 de abril de 2010.

Nós, senadores da Bancada do Partido dos Trabalhadores, expressamos nosso apoio à candidatura à reeleição da senadora por Mato Grosso, Serys Slhessarenko.

Nos últimos sete anos, a senadora, que hoje é a segunda vice-presidência do Congresso Nacional, tem desempenhado um profícuo mandato, no sentido de colaborar com a sustentabilidade do Governo Lula, bem como tem desenvolvido, com brilhantismo, suas atividades parlamentares. Prova disso, são os numerosos prêmios que a mesma tem recebido, ao longo desses anos, fruto de projetos e trabalhos relevantes para o país.

A senadora Serys tem sido um exemplo na defesa de bandeiras importantes, como a Lei Maria da Penha, e na viabilização de obras estruturantes para o país, além da defesa intransigente de seu Estado, o Mato Grosso. Serys tem atuado em diferentes Comissões do Senado e presidido a Casa e o Congresso, quando convocada, sempre com habilidade e competência.

No ano em que a OEA – Organização dos Estados Americanos – declara, a pedido da própria senadora Serys, ser 2010, o Ano Internacional da Mulher na Política nas Américas, não podemos deixar de registrar nosso apoio irrestrito à reeleição da senadora.

O PT, em seus 30 anos de fundação, tem pautado sua história pela construção de um partido democrático, que abriga diversidade de ideias, mas que, na prática, mantém a unidade e a coesão, norteados, sempre, pela busca do fortalecimento de nosso país como Nação. Nesse ano, estamos nos preparando para um grande desafio, que é o de dar continuidade ao projeto de governo do nosso partido, iniciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que, agora, deverá ter seu legado de trabalho repassado à ministra Dilma Rousseff.

Com chances reais de eleger, pela primeira vez na história de nosso País, uma mulher na Presidência da República, julgamos importante a permanência da senadora Serys Slhessarenko como representante do estado do Mato Grosso, considerando sua larga experiência no trâmite da Casa.

Por isso, apoiamos a reeleição da Senadora Serys e solicitamos que o partido promova um amplo esforço, no sentido de se construir um entendimento que melhor atenda aos anseios e interesses de nosso país e do PT.

Esse ano será de grandes desafios eleitorais. Todos os nossos esforços devem ser envidados no sentido de elegermos Dilma Presidente e ampliarmos nossas bancadas federais e estaduais.

Em nome da preservação da unidade partidária, com o objetivo de reforçarmos nosso projeto maior, subscrevemos e reafirmamos nosso apoio à Senadora Serys.

*Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.*

*Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.*

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senadora Serys, a senhora é uma pessoa muito querida nossa, de todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sobre a mesa, comunicação que será lida.

É lida a seguinte:

## **COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Mato Grosso, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Democratas.

Nome Parlamentar: Jorge Yanai

Sala das Sessões, em 29 de abril de 2010.

*Assinatura*



**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Em votação os **Requerimentos de nºs 481 e 482, de 2010**, dos Senadores José Nery e Efraim Moraes, respectivamente, solicitando licença dos trabalhos da Casa, a fim de participarem da 23ª Sessão Plenária do Parlamento Mercosul, a realizar-se em Montevideu, Uruguai, nos dias 10 e 11 de maio do corrente.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Foi lido anteriormente o **Requerimento nº 414, de 2010**, do Senador Arthur Virgílio e outros Senadores, solicitando que o primeiro momento do período do Expediente da sessão do Senado Federal do dia 21 de junho seja destinado a homenagear os 15 anos da Rede Vida de Televisão.

Em votação o Requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra com muita honra ao Senador Pedro Simon.

*O Sr. Geraldo Mesquita Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Nery.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL – PA) – Com a palavra o Senador Pedro Simon, representante do Estado do Rio Grande do Sul.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, li um dia uma entrevista do grande poeta gaúcho Mário Quintana, quando lhe perguntaram em que outra profissão conseguiria se imaginar. A resposta de Mário Quintana foi: “...eu queria ser um pajem medieval.. Mas, isso não é nada. Pois, hoje, eu queria ser uma coisa mais louca: eu queria ser eu mesmo!”. “E quem é o senhor?” Foi a próxima e última pergunta feita ao poeta Quintana.

Quintana respondeu: “Eu não sou eu, sou o momento, passo.” – concluiu.

O meu pai, meu querido pai, velho libanês e lutador, queria que eu fosse médico. Diferente, portanto, do pajem da imaginação do poeta, embora a saúde hoje também se pareça, muitas vezes, com a dos tempos medievais, uma imaginação.

Eu, entretanto, percebi que para ser eu mesmo deveria seguir, desde muito cedo, quase desde criança, a vida pública.

Depois de viver tantos momentos na política, eu também percebo, mais uma vez como o poeta, querido Quintana, que eu não sou eu, sou o momento; o momento, e eu também passo.

Na política, meu querido presidente, já cheirei pólvora. Cheirei pólvora quando o momento era de luta pela liberdade. Já rasguei caminhos, rasguei caminhos quando o momento era de busca da democracia. Já marchei contra a corrente, marchei contra a corrente quando o momento era de defesa da nossa soberania.

Estariam a liberdade, a democracia e a soberania em risco no momento atual?

Eu penso que não. A soberania, quem sabe, quanto à globalização não respeita fronteiras. Quando o lucro perdeu, definitivamente, qualquer resquício de pudor. Quando se sabe que temos tudo o que pode a cobiça. Quando ainda não foram expulsos todos os vendilhões da Pátria. Se eu sou o momento e eu passo, e se eu ainda estou aqui, escolhido pelo povo do Rio Grande do Sul para representá-lo, qual é, então, o meu momento atual?

Sr. Presidente, como se num verdadeiro dilema de Shakespeare, quem sou eu afinal? Um eterno enquanto vivo, guardião da liberdade, da democracia e da soberania? Certamente que sim. Embora não haja cheiro de pólvora no ar, quem sabe tenhamos ainda muitos caminhos a rasgar, correntes a enfrentar.

Mas eu não tenho nenhuma dúvida de que o momento atual é o da defesa da ética e do combate à impunidade na realidade deste País. Quem sabe, no mesmo patamar da defesa da liberdade, da defesa da democracia e da soberania de outros momentos que nós vivemos ainda pouco tempo atrás.

A não ser, repito, alguns sinais de risco à soberania, não vejo, no campo da minha visão, inimigos evidentes à nossa liberdade e à nossa democracia. Nem vejo entrincheirados, assim acredito.

Mas, na questão ética, sim. Há inimigos visíveis e principalmente entrincheirados. A ética, normalmente, morre torturada nos bastidores. Repito: a ética, normalmente, morre torturada nos bastidores.

A falta de ética e a impunidade são os grandes males desse momento em nosso País. E ousar dizer que não só na política. Acho, entretanto, que o grande espelho onde se refletem os demais campos, é a falta de ética na política.

Os arranhões éticos, maiores ou menores, surgem quando a população perde a confiança nas suas instituições políticas e institucionais. Daí a sonegação; daí a

pirataria; daí o jeitinho brasileiro nem sempre legal, nem sempre moral, como a ocupação de espaços reservados a deficientes, o desrespeito a filas, o pagamento de propinas, ainda que de pequeno valor, para levar vantagem sobre os semelhantes, e assim por diante. É a Lei de Gerson: levar vantagem em tudo.

Se a política é o espelho na questão da ética, eu não vejo outro caminho que não uma mudança profunda no conteúdo e na forma de fazer política. Restaurar a legitimidade das nossas instituições. Mas é evidente este nosso momento, neste nosso momento que espero também seja passageiro, absolutamente e necessariamente, deve ser mudado. Mesmo o que está sendo protegido, mesmo o que esteja protegido pelo manto da lei, porque se coloca em xeque também o modo de fazer o nosso aparato legal. É legal? Como? Por quê?

É ético, por exemplo, as instituições financeiras obterem o maior lucro da nossa história, em um país com tamanha carga tributária, que afoga inúmeros pequenos e médios empreendimentos, e com tantos semelhantes ainda abaixo da linha da pobreza, sem terem, nem mesmo, o que comer? Eu pergunto: é ético as nossas instituições obterem o maior lucro da nossa história?

É ético também, ainda se referindo, e comparando, com milhões de caminhantes, caminhantes dos corredores da morte pela fome, festas como a noticiada na coluna sintomaticamente chamada “Gente Boa”, do jornal *O Globo*, do dia 3 de maio último?

Para convivas ilustres? Sim!

Para comemorar o aniversário de alguns de seus notáveis? Não!

Para “celebrar o casamento entre dois cachorros... numa passarela de dez metros, decorada com motivos caninos. Bruna e Luy, os totós, vão se casar de vestido branco e fraque”.

Seus donos gastaram uma fortuna para a festa. Serão 800 convidados na tal “celebração”, ainda que com uma ponta de ironia, divulgada pelo colunista, que consumirão o equivalente, nos custos a mais de dez toneladas de arroz, o mesmo arroz que poderia saciar a fome de tantos brasileiros, que nem sabem se chegarão vivos até o momento da grande “celebração” no próximo dia 15.

Detalhe: o “casamento” dos dois “totós”, ainda segundo a notícia, será realizado aos pés “do altar com a imagem de São Francisco de Assis”. Pobre São Francisco! Que ética é essa? Quem sabe um acinte, um deboche à própria ética.

O primeiro caso, o dos lucros financeiros, é decorrência direta de políticas geradas no setor público, nas decisões de política de governo. O segundo, o do

casamento dos dois “totós”, poderia ser considerado um reflexo do primeiro. A sociedade, em estado de anomia social, faz as suas próprias “leis”, ainda que deturpando costumes antes considerados éticos e morais.

Eu ousou dizer, também, que os maiores desvios de conduta, hoje, são legalizados. Repito: os maiores desvios de conduta hoje são legalizados. As privatizações, por exemplo, ontem e hoje – no Governo de ontem e no Governo de hoje –, são cantadas, em prosa e verso, como procedimentos legais dentro da legislação vigente. E é verdade. Mas, os desvios se deram na condução do processo, e a lei propiciou todas as lacunas para que, depois, se praticasse o desvio ético e se construísse, ato contínuo, o discurso da retidão.

Os desvios da privatização aconteceram, por exemplo, na avaliação dos ativos, porque o método legal deu margem para a construção de cenários. Método e cenários que permitem o subjetivismo na identificação de indicadores. Que superestimam custos. Que subestimam as receitas e que diminuem, como decorrência, os preços mínimos. Deram-se, também, na montagem dos modelos de privatização, muitas vezes já direcionados para compradores anteriormente identificados, anteriormente privilegiados, e assim por diante.

Dentro desse contexto, as privatizações foram legais?

Difícil dizer que não, embora quase impossível dizer que transcorreram nos limites da ética. “Nos limites da irresponsabilidade”, não preciso dizer eu. Quem fez essa afirmação foi um dos atores mais privilegiados, um dos Ministros da privatização, pois, apesar das gravações, ele, Ministro, e todos os demais participantes daquele processo foram inocentados. Mas quem, até hoje, se considerados todos os altos escalões do Governo, foi condenado por desvios de recursos? Quem devolveu, até hoje, algum recurso público desviado para contas particulares? Poucos, para ser otimista. Quantos não sei.

O Governador de Brasília foi detido por dois meses, na verdade, por tentar obstruir os trabalhos da Justiça. Não sei se devolveu; duvido que vá devolver.

É triste observar que o dinheiro público desviado é utilizado para comprar os melhores advogados, para que o corrupto não seja preso e para que o mesmo dinheiro não seja devolvido.

Não nego que a ilegalidade tem de ser investigada. Ao contrário. Mas o que não podemos deixar de lado, também, neste nosso momento político, é como as leis são formuladas, votadas e colocadas em vigor. A que preço? Com que interesses? A fachada legal pode não significar, por princípio, nem ética nem moralidade.

Nos últimos tempos, ou momentos que temos vivido, o preço da lei tem sido o custo da campanha, mais os “lucros” do mensaleiro. Eu repito: nos últimos tempos, o preço da lei tem sido o custo da campanha mais os “lucros” do mensaleiro. Não têm sido analisados, ou investigados, como devido, os interesses que estão embutidos nos financiamentos de campanha.

Não se trata, evidentemente, de “almoços de graça”. Os financiamentos de campanha, na verdade, são hoje algo como que investimentos, quase sempre de altíssimo retorno aos “investidores”. Quase sem riscos, eu diria. Esse mesmo retorno volta na forma de obras públicas superfaturadas, ou nas decisões de governo.

Pior: esse “investimento” travestido de financiamento de campanha eleitoral não é feito com recursos próprios. Ele vem com o superfaturamento das obras públicas, inseridas nos orçamentos, ou do resultado financeiro da inclusão de interesses específicos, ora nos projetos de lei, ora nas emendas parlamentares.

Não estou aqui me referindo ao financiamento do chamado caixa dois. Na época do mensalão, muita gente disse: “Não, não é corrupção; é caixa dois, que todo mundo usa”, que é o dinheiro paralelo, não contabilizado. Estou falando do financiamento legal, ainda assim, muitas vezes, não moral. É preciso que se avalie a possível correlação entre o eleito, o financiador de sua campanha e os projetos de lei ou emendas que ele apresentará depois da posse, quais são os verdadeiros interesses que estão embutidos nas “nobres” propostas.

Hoje, quando um projeto é apresentado, ele segue, antes dos respectivos plenários, para as comissões temáticas e para a Comissão de Constituição e Justiça. Em outras palavras, ele é analisado segundo a sua constitucionalidade e a sua juridicidade, a técnica legislativa e a sua importância intrínseca. A sua importância vertical enquanto proposta para um segmento e horizontal no conjunto de todos os demais. O que não se avalia é a sua consistência ética: como surgiu a ideia, se atende a interesses individuais ou de grupos específicos, ou de conjuntos da coletividade, se há outros interesses, ainda que escusos, na decisão de propor tal mudança e assim por diante. Por exemplo, não seria o caso de avaliarmos quais são e serão as verdadeiras intenções embutidas em projetos e emendas relativas ao pré-sal, em discussão neste momento no Congresso Nacional?

Como e por intermédio de quem agem as empresas as empresas interessadas no petróleo brasileiro? Como apareceu uma emenda, aceita na última hora, contrária aos interesses do povo brasileiro? Muitas vezes os interesses individuais ou de grupos são mais

do que evidentes; outras vezes, nem tanto. Seria o caso de criarmos uma comissão permanente de ética exclusivamente para avaliar os aspectos da moralidade em cada proposta legislativa? A realidade diz que sim; a experiência diz que sem outras mudanças não, não adianta.

Não nego que seria – quem sabe? – uma desmoralização ainda maior do processo legislativo propor que uma comissão de “éticos” analisasse propostas de parlamentares porque, em princípio, seriam consideradas suspeitas. Mas as respectivas Casas já têm as suas comissões de ética e, como se sabe, e principalmente pelas experiências recentes, nem sempre a ética move a própria discussão da existência ou não dos princípios éticos. A ética também nas comissões de ética dependem de interesses nem sempre éticos.

Como seria então possível a uma comissão de ética analisar propostas legislativas? Obviamente, para ser isenta, teria que ser composta por pessoas que não integrassem as respectivas Casas legislativas. Mas quem escolheria ou quem elegeria esses mesmos integrantes? Qual o método de escolha? A quem recorrer? Tempos atrás, se diria, “só se for ao Papa”. O Sumo Pontífice sempre foi considerado, até mesmo pelo dogma da infalibilidade, um dos últimos guardiões da seriedade. Mas, pelo que se vê nos jornais neste momento, tem sido colocada em xeque até mesmo a realidade do que diz o Papa.

Que diferença havia ou haveria entre os “eleitos” para fazer leis, e os escolhidos, ou também eleitos, encarregados de analisar os seus princípios éticos? A escolha, neste caso, seria isenta? O que nos garantiria essa isenção? Quem sabe? Porque o voto, hoje, é visto como uma busca de solução de cada problema individual, e não da coletividade. O que jamais pode ser esquecido é que a ética deve, ou deveria ser, um atributo pético para quem escolhe o caminho da vida pública. A política, se escolher uma rima, tem que ser com sacerdócio, não com negócio. Repito: a política, se escolher uma rima, tem que ser com sacerdócio, e não com negócio.

É evidente que essa comissão permanente de ética para avaliar propostas legislativa é, apenas, de uma ideia, teórica, porque se cada proposição já viesse envolvida com suspeita ética, aí, sim, os legisladores estariam abaixo do rodapé da legitimidade da confiança popular. E a falta de princípios éticos não pode ser generalizada.

Mas não se pode negar que as mudanças necessárias para a moralização da atividade legislativa, tão reclamada, não virão de dentro para fora. A atuação das atuais Comissões de Ética é o exemplo mais fiel

de que nada se pode esperar enquanto as investigações forem apenas “intestinas”, internas.

Aí também se enquadram todas as mudanças na chamada “reforma política”. Como diria o mestre Lampedusa, se ele analisasse o nosso momento político e acreditasse no discurso da “reforma política”: “Tudo muda para que tudo permaneça como está”.

Essa minha ideia serve – quem sabe? – para ilustrar a necessidade de uma constituinte exclusiva para analisar e propor a tão desejada reforma política. Continuo colocando em xeque os critérios da escolha dos seus integrantes. Como garantir a necessária isenção? Eles seriam escolhidos pelos mesmos critérios, e com os mesmos vícios, das eleições atuais? De nada adiantaria, pois!

Talvez tenhamos, infelizmente, que imaginar uma verdadeira reforma que inclua critérios de atuação moral possível apenas ao longo do prazo, não que o Brasil não tenha indicações suficientemente éticas para elaborar uma carta de princípios moldada pela moralidade. Aliás, poderiam ser milhões os possíveis integrantes da tal Assembleia, no conjunto da própria sociedade. É preciso, porém, quebrar o vício que ora eleger parlamentares sobre quem pairam dúvidas de natureza ética, ora aqueles que não são imunes às luzes foscas do poder.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permite-me, Senador Pedro Simon?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Pois não.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Quero brevemente, dada a preocupação que V. Ex<sup>a</sup> apresenta sobre a ética na política, os procedimentos, tendo em conta, sobretudo, a atenção que V. Ex<sup>a</sup> tem tido para com o projeto de lei de iniciativa popular de mais de 1,6 milhão assinaturas sobre a ficha limpa e a atenção com que V. Ex<sup>a</sup> tem acompanhado a votação na Câmara, gostaria, tendo em conta a presença do Senador Renan Calheiros, de fazer uma sugestão aberta, que, aliás já tenho feito: acho que seria próprio que o Senador Demóstenes Torres o indicasse Relator desse projeto. V. Ex<sup>a</sup> já me disse que poderia ser o Senador Antonio Carlos Valadares, mas reitero que acho que V. Ex<sup>a</sup> seria a pessoa mais bem preparada para fazer a apreciação desse projeto que V. Ex<sup>a</sup> acompanha com tanta atenção. Ainda há poucos dias, fui testemunha de que a Comissão de Justiça e Paz da OAB e todas as entidades interessadas nesse projeto têm procurado V. Ex<sup>a</sup>, assim como muitos de nós Senadores. Mas eu queria aqui fazer um apelo a todos nós Senadores para que, uma vez apreciada e votada, pois vai se completar na próxima semana a votação deste projeto, possamos todos realizar um esforço para que

votemos com rapidez na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário do Senado. Então, esse é o registro que gostaria de fazer relacionado ao tema de seu pronunciamento. Muito obrigado.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte e, logo ao final da minha parte expositiva, eu voltarei a este assunto, porque, também, para honra minha, chegou ao plenário o Senador Renan e gostaria de dialogar com S. Ex<sup>a</sup> exatamente sobre esse assunto, não sobre a relatoria, mas sobre a votação. Fique tranquilo. Com relação à relatoria, já sei que nem do lado de lá nem do lado de cá existe interesse nesse sentido.

Insisto na Assembleia exclusiva para a reforma política. Mas insisto também que os eleitos para a mesma Assembleia ou para o próprio Parlamento ou ainda para todos os cargos eletivos tenham ficha limpa. Ou como se dizia num outro momento do passado: tenham o nome limpo na praça. E, mesmo assim, se não forem imunes às tais luzes do poder, que se submetam, depois de eleitos, a comissões de ética realmente preocupadas com a moralidade pública.

Mas como imaginar fichas limpas, se até a decisão de colocar em votação uma proposta que contém a assinatura de mais de 1,6 milhão de eleitores depende de quem não necessariamente quer a mudança? Daí a necessidade da continuidade da pressão popular. De fora para dentro. Eu não diria de baixo para cima, porque eu não posso atribuir, no caso, hierarquia. Todos estão no mesmo patamar de importância: o eleito e o eleitor.

É preciso que todos os agentes públicos, além dos Parlamentares, tenham seus sigilos bancários realmente abertos e disponíveis. A organização política não pode se dirigir ao Congresso com espírito de investidor. Não negociar questões que são, por princípio, um direito. Não há retornos, mas direitos. É a sociedade moralizadora que tem de contaminar o Estado corrupto, e não o contrário. A sociedade tem de exercer o sagrado direito de cobrar, até mesmo para coibir interesses individuais que investem nos candidatos, ainda que travestidos de financiadores de campanhas ou de mantenedores de mensalões.

Não é à toa que vozes poderosas são contrárias ao financiamento público das campanhas. Confundem o grande público, alardeando que seria mais um gasto público desnecessário, que iria, ainda mais, sangrar os cofres, já vazios, para a saúde, a educação e a infraestrutura. São os discípulos das lições de Lampedusa: pregam a mudança desde que tudo permaneça como está.

Eu não tenho dúvida de que o financiamento público de campanha seria muito menos dispendioso



para a população do que o modelo atual. Repito: é falácia a história de dinheiro particular no financiamento de campanhas. É mentira. Pelo menos, na sua maior proporção. O financiamento de campanha vem, em grande proporção, do superfaturamento de obras públicas. Dinheiro público, portanto. Só que mais caro! O mesmo dinheiro que falta na saúde, na educação, na infraestrutura, no combate à fome, à miséria, à violência, como alegam os que atacam a mudança do atual modelo de financiamento. O financiamento público não seria apenas menos dispendioso. Ele democratizaria o processo eletivo.

O modelo atual tornou as eleições quase impeditivas para quem tem poucos recursos. Está lá o Líder, o Secretário-Geral do PT nacional dizendo que não é mais candidato, que não tem condições de fazer campanha nos métodos atuais, não tem como arregimentar a necessidade dos milhões para fazer campanha, porque ele não tem esse estilo e, por isso, está deixando a campanha política.

Repito: o financiamento público não seria apenas menos dispendioso, democratizaria o processo seletivo. Como eu disse, o modelo atual tornou as eleições quase impeditivas para quem tem poucos recursos. Elege-se, muitas vezes, quem tem muito dinheiro, ou que tem as portas abertas para se submeter ao esquema de investimento dos financiadores de campanha, que são, na verdade, repassadores de recursos públicos. Melhor seria se todos tivessem condições semelhantes de eleição. Eleger-se-iam os candidatos mais representativos da sociedade. Os de melhores ideias e não os de melhores bolsos. Ou, pior ainda, os que buscam a imunidade para ritmar com impunidade. As eleições seriam, portanto, a construção de um novo espelho, refletiriam com melhor precisão os anseios da população. O Parlamento como refletor e reflexo da sociedade.

Se esse é o meu momento, como diria, de novo, o poeta, que eu passe o mais breve possível, porque eu desejo – tenho certeza de que eu e outros quase 200 milhões de brasileiros – é que se restaure imediatamente a lisura no trato da coisa pública, como condição e como princípio para quem decide pela vida política.

A realidade teima em nos sufocar no pessimismo, mas a esperança sempre nos socorre com o oxigênio do otimismo.

Nesse momento, tenta-se folclorizar quem defende a ética na política, um jurássico, um pajem medieval. Não importa, nós todos somos o momento. O poeta nos inspira dizer que é loucura mais que saudável essa de sermos nós mesmos. O que importa é que passemos um país melhor para os que virão depois de nós, ou

que se já vieram, porque há uma realidade que indica a premência da mudança. Que se mude então e, assim, como dizia o poeta, passaremos!

Eu aproveito a presença do meu Líder para dialogar com S. Ex<sup>a</sup>, se me permitir. Quero dizer que estou vivendo um momento muito feliz, Senador, com a atuação da Câmara dos Deputados. Eu não tinha nenhuma esperança nesse projeto de iniciativa popular, com 1,5 milhão de assinaturas, na Câmara dos Deputados, mas estou sendo surpreendido agradavelmente.

Primeiro, com o comportamento do Presidente da Câmara e ilustre Presidente do nosso Partido, Michel Temer, que se comprometeu com as forças que compõem a luta pela aprovação desse projeto. Segundo, todos têm se comportado com a maior elegância e com o maior esforço. Terceiro, com os líderes. S. Ex<sup>a</sup> tem se reunido com os líderes, tem debatido, tem analisado e tem levado a matéria ao final. Ontem, o projeto quase foi votado. O substitutivo do ilustre Secretário-Geral do PT já foi aprovado. Muitas das emendas que deformavam o projeto foram excluídas ontem. Está num caminho que leva a crer que, até a próxima terça-feira, o projeto será aprovado. Não é o ideal. Eu falo para V. Ex<sup>a</sup> que, entre este projeto e o que eu defendo, há uma diferença muito grande, mas eu reconheço que já é o início. Nós podemos dizer que o projeto que a Câmara está em vésperas de aprovar e que, ao que tudo indica, aprovará na próxima terça-feira, já é um início.

É algo realmente positivo que mostra que nós estamos no caminho para terminar com a chamada impunidade, esse absurdo. Se nós formos analisar, no fundo, no fundo, o Judiciário é mais responsável do que nós porque ele não funciona. Durante muito e muito tempo, a culpa era nossa porque, se havia um processo contra um Deputado ou contra um Senador, o Procurador dava entrada na Mesa da Câmara ou do Senado, a Mesa guardava-o na gaveta e não o colocava para ser votado em plenário, e o Congresso não dava licença. Logo, não poderia acontecer nada. Então, a culpa era do Congresso. Mas isso já mudou. O Congresso já mudou. O Procurador-Geral da República não precisa de licença do Senado para processar um Senador, e o Procurador-Geral da República não precisa da licença da Câmara para processar um Deputado. Então, a coisa não anda porque não anda.

Esse projeto da Câmara é o início. É altamente positivo. E é um movimento...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Se ele for aprovado – e parece que será aprovado –, que ele passe no Senado com rapidez, urgência urgentíssima e sem emenda. Não é o que a gente quer. Eu, pelo

menos, sou obrigado... Vim para esta tribuna para dizer que não é o que imagino, mas é o possível, porque sabe V. Ex<sup>a</sup> muito melhor do que eu que ele tem de ser aprovado até o dia 5; ele tem de ser lei até o dia 5, para que possa ser usado na próxima eleição.

Falando desta tribuna, ainda antes da decisão da Câmara, o Senador Arthur Virgílio, do PSDB, disse que procuraria V. Ex<sup>a</sup>, no sentido de que os líderes chegassem a este acordo, de votar o projeto na terça-feira e vir a esta Casa. E nós, com urgência urgentíssima, sem emenda, vamos assumir essa responsabilidade. Quer dizer, a Câmara votou porque nós apresentamos emendas. Nós discutimos. Voltar para a Câmara é o mesmo que dizer que não queremos o projeto. Então, vamos votá-lo como vier. É um avanço. Não é o ideal, mas é positivo. Foi aprovado por 350 contra 45. Foi uma votação espetacular. Então, há uma expectativa nesse sentido. As lideranças irão procurar, ou já devem ter procurado, V. Ex<sup>a</sup>.

O apelo que faço a V. Ex<sup>a</sup>, tenho certeza...

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL – PA) – Senador Pedro Simon, quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento e dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, quanto a esse tema que o senhor trata neste momento, dialogando com o Senador Renan Calheiros, tratei, nesta tarde, desse assunto com o Senador Presidente José Sarney. Ele me disse do esforço que fará imediatamente para que, com a chegada do projeto ao Senado, tenhamos aqui um rito quase que sumário na apreciação e votação da matéria. Eu creio que é uma matéria que contará com V. Ex<sup>a</sup>, que está solicitando a participação e o apoio de todos os líderes partidários para a aprovação do projeto Ficha Limpa.

Quero também consultar V. Ex<sup>a</sup> se poderia presidir a sessão a partir deste momento, em razão de compromissos inadiáveis, e para que os demais oradores, dentre os quais o Senador Renan Calheiros, possam usar da palavra.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu posso encerrar?

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL – PA) – V. Ex<sup>a</sup> pode concluir.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Posso concluir.

Então, veja V. Ex<sup>a</sup>, Senador Renan...

**O Sr. Renan Calheiros** (PMDB – AL) – Senador Pedro...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Já lhe darei, com o maior prazer.

O próprio Presidente está dizendo que o Presidente Sarney já concordou. Então, a figura chave é a de V. Ex<sup>a</sup>. No momento em que o Presidente Sarney já concordou, no momento em que o líder do maior

partido já concordou, se V. Ex<sup>a</sup> concordar, a grande manchete de amanhã, com a palavra de V. Ex<sup>a</sup>, é que a Câmara volte a votar. No que depender do Senado, votam terça lá, quarta-feira votamos aqui e o Presidente pode sancionar.

**O Sr. Renan Calheiros** (PMDB – AL) – Não, Senador Pedro Simon, eu entendo que não só o PMDB, mas todos os partidos concordarão. E os líderes partidários expressam as vontades das suas bancadas. Então, o PMDB já tomou iniciativas...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – É verdade.

**O Sr. Renan Calheiros** (PMDB – AL) – ...no Senado Federal com relação a essa matéria.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – E tem razão V. Ex<sup>a</sup>. O projeto já foi votado aqui e está lá na Câmara. É verdade.

**O Sr. Renan Calheiros** (PMDB – AL) – O projeto já foi votado aqui, iniciativa do PMDB.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – É verdade.

**O Sr. Renan Calheiros** (PMDB – AL) – E é assim, o PMDB se compromete com este rito que agora V. Ex<sup>a</sup> defende: tão logo votemos na Câmara, nós precisamos votar, sim, também aqui, no Senado Federal. Conte comigo!

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Agradeço, emocionado, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Acho que estamos vivendo um momento muito importante. No momento em que V. Ex<sup>a</sup> diz que o Presidente Sarney já concordou; no momento em que o líder do maior do partido e o Líder da Maioria concordam; no momento em que a oposição diz que concorda, hoje é um momento importante. Quer dizer, tudo leva a crer que, na terça-feira, vota a Câmara. A única coisa que pode acontecer... Muitas vezes, os Deputados mexem comigo, Senador, quando eu digo: “Nós, do Senado, já votamos verba pública para campanha, voto distrital e uma série de projetos e está tudo parado na gaveta”. Eles dizem para mim o seguinte: “É que vocês confiam no patriotismo da Câmara. Vocês sabem que fica na nossa gaveta”. (*Risos*.)

Isso, pelo menos, eles vão ficar sabendo que, se eles votarem lá, não vai ficar na nossa gaveta. Aqui, vai ser aprovado.

Acho que esta é uma hora muito importante. É um momento muito, muito, muito significativo este, em que nós, com a palavra do Senador Renan, com a palavra do Presidente Sarney e com a palavra do Líder Arthur Virgílio, podemos dizer: no Senado, se for aprovado na Câmara na terça, na quarta-feira nós aprovamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL – PA) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Convido V. Ex<sup>a</sup> para assumir a Presidência dos trabalhos. E tenho a convicção e a certeza de que aqui construiremos um acordo, com todos os líderes, com os partidos, para aprovação, de forma imediata, do projeto Ficha Limpa. *(Pausa.)*

*O Sr. José Nery deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.*

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Com a palavra, o Senador Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senado Federal, ao aprovar em plenário, a Medida Provisória nº 472, mais uma vez demonstrou a sua plena capacidade de deliberar sobre assunto de interesse do País. De fato, a Medida Provisória nº 472 versou sobre assuntos de relevância para a economia brasileira, muitos deles, Sr. Presidente, inclusive, relacionados ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

De acordo com o texto aprovado, diversos setores da produção nacional serão estimulados por meio de uma política de incentivos fiscais e da renegociação de débitos, como no caso dos pequenos agricultores do Nordeste.

Cabe registrar, Sr. Presidente, ainda, que os Senadores participaram ativamente da construção do texto final. Foram apresentadas, no total, quase cinquenta emendas, que visaram ao aperfeiçoamento da medida provisória. Tudo isso exigiu do Relator da matéria, Senador Romero Jucá, estudo aprofundado e diálogo permanente com os partidos, com as lideranças, sobre o conjunto dessas emendas.

Dos temas aprovados na Medida Provisória nº 472, eu gostaria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de destacar os dispositivos que irão favorecer milhares de pequenos agricultores do Nordeste que desejam solucionar o impasse de suas dívidas.

Desde o início, ainda na tramitação da Medida Provisória nº 471, venho lutando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para que a renegociação das dívidas dos agricultores do Nordeste fosse concretizada, resolvida definitivamente. Eu estive pessoalmente com o Presidente Lula e com o Ministro da Fazenda para que pudessemos, de maneira equilibrada e justa, encontrar uma solução para esse endividamento, sobretudo no Nordeste. Aliás, Sr. Presidente, Srs. Senadores, encontrar um caminho para essa renegociação foi um compromisso assumido pelo próprio Presidente Lula quando estivemos em Arapiraca, uma vez, e, no ano

passado, em Palmeiras dos Índios, quando inaugurou a adutora Helenildo Ribeiro.

Aqui mesmo, Sr. Presidente, neste plenário, afirmei recentemente que, na qualidade de Líder do PMDB, não seria possível votar qualquer matéria no Senado sem que tivéssemos uma definição para os débitos desses pequenos agricultores, conforme havia indicado o Presidente da República. Essa posição que adotamos em favor dos pequenos agricultores do Nordeste, dada sua dimensão suprapartidária, foi imediatamente acolhida pelos líderes do Senado, o que, sem dúvida nenhuma, facilitou enormemente a aprovação neste plenário. Com a aprovação da Medida Provisória nº 472, asseguramos a remissão, o perdão, de quase 80 mil operações rurais com saldo devedor de até R\$10 mil. Dos pequenos, pequeninhos, agricultores. O restante dessas operações, até o limite de R\$35 mil, terá condições especiais para pagamento, com desconto de até 85%.

Há, Sr. Presidente, Srs. Senadores, um estoque de quase R\$220 mil operações rurais cujos débitos não foram ainda renegociados. Pois bem, desse total de quase 220 mil operações, conseguimos aprovar na MP nº 472 a anistia de 185 mil operações rurais, ou seja, de 85% quase do estoque hoje existente.

O restante dessas operações ainda não renegociadas poderá ser quitado mediante condições também especiais, muito especiais.

Aprovamos a suspensão das execuções judiciais, que estavam, verdadeiramente, apavorando os pequenos agricultores. A execução, todos sabemos, é uma medida extrema que, no caso da agricultura, agrava ainda mais o quadro do endividamento, condenando o pequeno agricultor a abandonar a sua atividade, com reflexos negativos para a economia das regiões mais pobres.

Destaco ainda, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a aprovação, na Medida Provisória nº 472, da prorrogação da subvenção econômica concedida aos pequenos e médios produtores de cana, fornecedores de cana, que são aqueles pequenos produtores, Sr. Presidente, que entregam a sua cana às usinas de açúcar, fornecem cana para as usinas de açúcar.

Em todos os momentos da negociação política, eu defendi a prorrogação dessa subvenção, porque conheço, Sr. Presidente e Srs. Senadores, muito de perto, as dificuldades financeiras e climáticas enfrentadas por esses pequenos e médios agricultores, fornecedores de cana de açúcar. A subvenção representará um incentivo de R\$5,00 por tonelada. Isso será fundamental para o Nordeste e para Alagoas.

Nesse particular, Sr. Presidente, eu não posso deixar de ressaltar, mais uma vez, o empenho do Se-



nador José Agripino, que, a exemplo do que fizemos no PMDB, orientou firmemente a bancada do DEM para apoiar a prorrogação da subvenção à cana de açúcar no Nordeste.

Outro ponto importante é que, na Medida Provisória nº 472, excluimos o pagamento de multas por atraso no pagamento das dívidas, o que, na prática, ajudará significativamente a solução dos débitos dos agricultores.

Conseguimos avançar também na solução das dívidas relativas às operações que estavam inscritas na dívida ativa da União, porque o Senador Romero Jucá, na presença de todos nós, assumiu o compromisso de que não teria sentido, absolutamente nenhum sentido, que essa remissão pudesse ser feita com os recursos que foram emprestados pelo Banco do Nordeste e não pudesse, em condições iguais, ser feita com os recursos que foram emprestados pelo Banco do Brasil.

Por fim, Sr. Presidente, nós conseguimos aprovar, na medida provisória, dispositivo que vai, finalmente, desburocratizar a transferência de recursos da União para os Municípios no Programa Territórios da Cidadania. Essa é uma luta antiga dos prefeitos, principalmente daqueles Municípios mais fragilizados financeiramente. A medida, portanto, irá beneficiar Municípios com até 50 mil habitantes, a maioria situada em áreas rurais pobres, com baixa densidade demográfica e baixos índices sociais. Esses Municípios mais pobres ficavam impedidos de receber recursos do Programa Territórios da Cidadania porque, Sr. Presidente e Srs. Senadores, estavam inscritos em cadastros restritivos da União, como o Cauc, por exemplo.

Em suma, o Senado fez a sua parte. Demos um passo importante, muito importante mesmo, para solucionar o impasse da dívida dos pequenos agricultores nordestinos. Esperamos agora, Sr. Presidente, que a Câmara dos Deputados aprove o texto do Senado Federal, de maneira que essas regras possam entrar em vigor o mais rapidamente possível.

Gostaria, finalmente, de registrar também que estivemos, ontem – eu, a Reitora da Universidade Federal de Alagoas, professora Ana Deyse, Deputados Federais, vários prefeitos da região norte do nosso Estado –, em audiência com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, e a Secretária de Ensino Superior, Dr<sup>a</sup> Maria Paula Dallari. Nós fomos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tratar da implantação, no Município de Porto Calvo, do *Campus* do Litoral Norte da Universidade Federal de Alagoas.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a interiorização do ensino público e de qualidade em Alagoas deve ser, Sr. Presidente, cada vez mais incentivada. Cerca de 68% dos

alunos do ensino médio de Alagoas estão no interior do Estado.

Diante desse quadro, o Prefeito Carlos Eurico – Kaíka, como é conhecido, de Porto Calvo – irá doar terreno da prefeitura, como contrapartida para a construção do *Campus* do Litoral Norte da UFAL, em Alagoas, demonstrando, Sr. Presidente, sensibilidade política para um desejo que é de toda a população da região norte do Estado.

Tão logo o Governo Federal inicie a implantação do *Campus* do Litoral Norte, tenho o compromisso de incluir no Orçamento da União os recursos que irão reforçar as ações de contratação de novos professores, aquisição de equipamentos, dentre outras coisas.

Por falar, Sr. Presidente, na interiorização do ensino público universitário de Alagoas, no último dia 28 de abril – me permita citar, aqui, um momento que considero histórico, do ponto de vista dessa interiorização do ensino universitário, do ensino de nível superior –, aconteceu uma coisa que eu gostaria de registrar. José Antonio de Albuquerque Filho, de 23 anos, aluno do Polo Palmeira dos Índios, colou grau em Serviço Social. É, Sr. Presidente, o primeiro formando do *Campus* de Palmeira dos Índios e, sendo uma pessoa com deficiência visual, não recuou diante das dificuldades. E, mais importante, Sr. Presidente e Srs. Senadores, esse alagoano do interior precisou se formar antecipadamente, em relação à sua turma, porque foi nomeado em concurso público que havia prestado para a Prefeitura de Aracaju.

Portanto, parabéns ao José Antonio de Albuquerque, parabéns à Universidade Federal de Alagoas, aos seus professores e servidores, que têm prestado valiosos serviços à comunidade alagoana, principalmente no interior do Estado.

Eu queria, Sr. Presidente, agradecer a V. Ex<sup>a</sup> pela deferência de estar, a esta hora, presidindo esta sessão do Senado Federal para que outros Senadores, dentre eles eu, pudéssemos fazer esta intervenção, esta exposição e comunicar esses fatos ao povo brasileiro, especialmente à população do meu Estado.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2010** (nº 5.468/2009, na Casa de origem, do Deputado Regis de Oliveira), que *altera a redação do inciso I do § 5º do art. 897 e acresce § 7º ao art. 899, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.*

É o seguinte o Projeto:



# PROJETO DE LEI DA CÂMARA

## Nº 46, DE 2010

(nº 5.468/2009, na Casa de origem, do Deputado Regis de Oliveira)

Altera a redação do inciso I do § 5º do art. 897 e acresce § 7º ao art. 899, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso I do § 5º do art. 897 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 897. ....

.....

§ 5º .....

I - obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, da petição inicial, da contestação, da decisão originária, do depósito recursal referente ao recurso que se pretende destrancar, da comprovação do recolhimento das custas e do depósito recursal a que se refere o § 7º do art. 899 desta Consolidação;

..... " (NR)

Art. 2º O art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

**"Art. 899. ....**

**§ 7º No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar." (NR)**

**Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

### **PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.468, DE 2009**

Altera a redação do inciso I do § 5º do art. 897 e acresce parágrafo ao art. 899, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º - O inciso I do parágrafo 5.º do art. 897 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art.897.....**

**§5º.....**

**I - obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, da petição inicial, da contestação, da decisão originária, da comprovação do depósito recursal, do recolhimento das custas e do comprovante do recolhimento do depósito recursal a que alude o § 7º do art. 899 da CLT;"**

**(NR)**

Art. 2.º - O art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar acrescido do § 7.º, com a seguinte redação:

**"Art.899.....**

**§ 7º. No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar."**

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O presente projeto de lei tem por escopo impor à parte ônus do recolhimento de depósito recursal, no âmbito da Justiça do Trabalho, no ato da interposição do agravo de instrumento contra despacho que nega seguimento aos recursos ordinário e de revista.

O art. 40 da Lei n.º 8.177, de 1.º de março de 1991, estabelece que o depósito recursal de que trata o artigo 899 da Consolidação das Leis do Trabalho é devido na interposição do recurso ordinário, do recurso de revista, dos embargos e do recurso extraordinário, sendo devido a cada novo recurso interposto no decorrer do processo.

O Tribunal Superior do Trabalho, pela Resolução Administrativa n.º 3, de 12/3/1993, interpretando o art. 8º da Lei nº 8.542, de 23.12.92 (DOU de 24.12.92), que trata do depósito para recurso nas ações na Justiça do Trabalho, após ressaltar que o referido depósito não tem natureza jurídica de taxa de recurso, mas de garantia do juízo recursal, estabeleceu: "a) depositado o valor total da condenação, nenhum depósito será exigido nos recursos das decisões posteriores, salvo se o valor da condenação vier a ser ampliado; b) se o valor constante do primeiro depósito, efetuado no limite legal, é inferior ao da condenação, será devida complementação de depósito em recurso posterior, observado o valor nominal remanescente da condenação e/ou os limites legais para cada novo recurso."

Verifica-se que o legislador buscou impor ao recorrente o ônus do depósito recursal a cada recurso interposto, visando não só a garantia do juízo mas também evitar a interposição de recursos protelatórios. A exceção a essa regra é o recurso de agravo de instrumento.

Na atualidade, verifica-se o uso abusivo do agravo de instrumento, com o nítido intuito da parte agravante de procrastinar o andamento do feito, já que se insurge, na maioria absoluta, contra óbice processual expressamente previsto em lei, com base em argumentação totalmente infundada, que só contribui para a perpetuação da lide e o assoberbamento do Poder Judiciário.

Nos anos de 2006, 2007 e 2008, foram processados no Tribunal Superior do Trabalho os seguintes quantitativos de agravos de instrumento e recursos de revista:

Ano	Recurso de Revista	Agravo de Instrumento em Recurso de Revista
2006	32.362	92.661
2007	25.636	66.908
2008	46.922	139.718

Ressalte-se que a proposição não restringe o exercício do direito de defesa, mas, sim, a interposição de recurso desfundamentado e protelatório, com a finalidade justamente de coibir o abuso da parte no exercício do direito de recorrer, fato que acarreta sério comprometimento na entrega definitiva da prestação jurisdicional, na medida em que cria uma sobrecarga de processo nos tribunais, já tão assoberbados com milhares de feitos.

Diante desse contexto, verifica-se a necessidade de criação de medida para coibir o uso abusivo do referido recurso, consubstanciada na imposição à parte da obrigatoriedade de recolhimento de depósito recursal.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2009.

**Deputado Regis de Oliveira**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....  
Art. 897 - Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: (Redação dada pela Lei nº 8.432, 11.6.1992)  
.....

§ 5º Sob pena de não conhecimento, as partes promoverão a formação do instrumento do agravo de modo a possibilitar, caso provido, o imediato julgamento do recurso denegado, instruindo a petição de interposição: (Incluído pela Lei nº 9.756, de 17.12.1998)

I - obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, da petição inicial, da contestação, da decisão originária, da comprovação do depósito recursal e do recolhimento das custas; (Incluído pela Lei nº 9.756, de 17.12.1998)  
.....

Art. 899 - Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória até a penhora. (Redação dada pela Lei nº 5.442, de 24.5.1968) **Atenção:** (Vide Lei nº 7.701, de 1988)

§ 1º Sendo a condenação de valor até 10 (dez) vezes o salário-mínimo regional, nos dissídios individuais, só será admitido o recurso inclusive o extraordinário, mediante prévio depósito da respectiva importância. Transitada em julgado a decisão recorrida, ordenar-se-á o levantamento imediato da importância de depósito, em favor da parte vencedora, por simples despacho do juiz. (Redação dada pela Lei nº 5.442, 24.5.1968)

§ 2º Tratando-se de condenação de valor indeterminado, o depósito corresponderá ao que for arbitrado, para efeito de custas, pela Junta ou Juízo de Direito, até o limite de 10 (dez) vezes o salário-mínimo da região. (Redação dada pela Lei nº 5.442, 24.5.1968)

~~§ 3º - Na hipótese de se discutir, no recurso, matéria já decidida através de prejulgado do Tribunal Superior do Trabalho, o depósito poderá levantar-se, de imediato, pelo vencedor. (Redação dada pela Lei nº 5.442, 24.5.1968) (Revogado pela Lei nº 7.033, de 5.10.1982)~~

§ 4º - O depósito de que trata o § 1º far-se-á na conta vinculada do empregado a que se refere o art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, aplicando-se-lhe os preceitos dessa Lei observado, quanto ao respectivo levantamento, o disposto no § 1º. (Redação dada pela Lei nº 5.442, 24.5.1968)

§ 5º - Se o empregado ainda não tiver conta vinculada aberta em seu nome, nos termos do art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, a empresa procederá à respectiva abertura, para efeito do disposto no § 2º. (Redação dada pela Lei nº 5.442, 24.5.1968)

§ 6º - Quando o valor da condenação, ou o arbitrado para fins de custas, exceder o limite de 10 (dez) vezes o salário-mínimo da região, o depósito para fins de recursos será limitado a este valor. (Incluído pela Lei nº 5.442, 24.5.1968)  
.....

(As Comissões de Assuntos Sociais e nos termos do art. 49, I, à de Constituição, Justiça e Cidadania.)



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS)

– A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno, o Projeto será apreciado pelas Comissões de Assuntos Sociais; e, nos termos do art. 49, I, da referida Norma Interna, de Constituição, Justiça e Cidadania, podendo receber emendas perante a primeira comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS)

– O Srs. Senadores Arthur Virgílio, Gerson Camata, Acir Gurgacz e José Nery enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem

apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nada menos de 11 medalhas, quatro delas de Ouro, eis o excelente saldo obtido pelos atletas brasileiros que participaram do Campeonato Sul-Americano de Boxe Olímpico de 2010, realizado em Medellín.

Além das quatro Medalhas de Ouro, nossos atletas trouxeram da Colômbia duas de Prata e cinco de bronze. Se analisado friamente, esse desempenho é positivo.

As congratulações, que estou requerendo ao Senado, premiam sobretudo o esforço individual dos nossos concorrentes, bem como pelas condições em que conquistaram tantas vitórias.

Cumprimento todos os atletas vitoriosos e a Federação Brasileira de Boxe.

Como segundo assunto, gostaria de dizer que desde o dia 1º, o jornal *Amazonas Em Tempo*, de Manaus, participa e incentiva seus leitores, instando-os à doação de Medula Óssea, mediante inscrição no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea.

Como o próprio jornal registra, e eu aplaudo, eis aí *um gesto simples, que pode salvar vidas*.

À frase, acrescento: *um belo e simples gesto!*

O importante jornal amazonense soma seu prestígio e sua presença diária nos lares da Capital do meu Estado, engajando-se, assim, em meritório chamamento da população do meu Estado, visando à vida.

O jornal *Em Tempo* explica que, para se cadastrar como doador será necessário um simples exame de sangue. Pouca gente sabe disso, daí a relevância da iniciativa daquele diário.

A idéia nasceu desde que foi lançada em Manaus campanha para doação de medula óssea levada a efeito pela família da pequena paciente Rishelly de Souza Silva, de apenas 6 anos, cuja sobrevivên-

cia vai depender do gesto humanitário da população amazonense.

Rishelly, de tenra idade, e apenas uma entre centenas de pacientes que dependem de transplante de medula. A campanha de cadastro de doadores no Amazonas já tem numerosos inscritos.

Para se avaliar a relevância do gesto de doar órgãos, basta lembrar o sentimento que envolve o drama de saúde da pequena Rishelly. Ela, de seis aninhos, está sob tratamento para Leucemia Mieloide Aguda (LMA), no Hemocentro do Amazonas-HEMOAM.

Desde dezembro de 2009, a pequenina amazonense luta contra a doença e há três anos passou a ter acompanhamento para Púrpura Trombocitopênica Idiopática. Trata-se de doença que, entre outros inconvenientes, acarreta a redução drástica do número de plaquetas no sangue. Em qualquer pessoa, o número de plaquetas deve situar-se entre o mínimo de 150 mil e o máximo de 450 mil. Com a Púrpura, o número de plaquetas chega a descer a menos de 25 mil, causando até sangramento pelas narinas, além de manchas roxas pelo corpo, principalmente nos membros superiores e inferiores, a qualquer pequeno choque.

Cumprimento o jornal *Amazonas Em Tempo* pela bela e meritória iniciativa.

Como terceiro assunto, gostaria de registrar que os funcionários do Ministério do Trabalho e Emprego estão em greve há mais de 50 dias. Reivindicam aumento salarial e queixam-se da falta de diálogo com seus superiores, que se negam a ouvi-los.

Sem entrar no mérito das postulações desses servidores, transmito o apelo que fazem. Eles querem apenas que o Ministro, pelo seu Secretário-Geral, abra um canal para ouvir os reclamos e as justificativas dos motivos que os levaram ao movimento grevista.

Por isso, entendendo que o diálogo é indispensável, transmito ao Ministro Carlos Luppi, para que ele e seus assessores ouçam o que os servidores têm a dizer.

É o que espero.

Por último, como quarto assunto, quero dizer que o modelo de terceirização da gestão de hospitais, da Saúde em geral, deu muito certo na cidade de São Paulo. E agora deverá ser aplicado em nove cidades pobres do Amazonas, um Estado, como lembrei aqui na última sexta-feira, extremamente carente nessa área.

Com recomendação do Banco Mundial, essa experiência é conduzida por Organizações Sociais de Saúde-OSS. O sistema permite que contratações de funcionários e de serviços sigam normas diferenciadas, para maior agilidade. As entidades trabalham com metas estabelecidas em contratos.

Li esta manhã informações do coordenador do Projeto de Desenvolvimento Regional para a Zona Franca Verde, Dr. Laércio Cavalcanti. Ele diz que as entidades a serem contratadas serão escolhidas via chamada pública, em jornais de grande circulação.

No Amazonas, a experiência vai cuidar da saúde das populações de Atalaia do Norte, Amaturá, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antonio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tocantins.

Para executar essa terceirização, serão empregados recursos de R\$ 92,5 milhões, dos governos do Estado e da União.

O que está em vias de ser implantado no Amazonas é uma experiência vitoriosa na cidade de São Paulo. Entidades sem fins lucrativos, as OSS baseiam-se em modelo criado na Espanha.

Para uma idéia do funcionamento dessa iniciativa, reproduzo a seguir o que publica hoje o jornal O Estado de S.Paulo:

O modelo de gerenciar os serviços públicos de saúde por meio de organizações privadas sem fins lucrativos conhecidas como OSS nasceu sob controvérsias - centradas no risco de descontrole em razão de o Estado se retirar da gerência dos hospitais. Hoje, porém, é bem aceito e aplicado por diferentes gestores como uma das alternativas viáveis de administrar a saúde pública, avaliaram pesquisadores.

“Os aspectos positivos são a flexibilidade em relação aos recursos humanos e as metas estabelecidas via contrato de gestão”, afirmou Nivaldo Carneiro Júnior, da Associação Paulista de Saúde Pública. “Ela favorece a ampliação da gestão pública, mas tem de ser aplicado de acordo com a capacidade local.”

Christian Alcântara, professor da Universidade Federal do Paraná, destaca que os gestores correm o risco de perder o know-how sobre como administrar a saúde. “Se o modelo não for acompanhado, pode fragilizar a gestão.” Ele destaca ainda que há poucos estudos sobre o tema e que a maioria tem participação de quem o implantou. “Isso traz um viés às análises”, afirma.

“Nenhum modelo é perfeito. As OSS de São Paulo são sólidas, mas nem todos os Estados têm isso. Não quer dizer que será possível reproduzir o modelo em outros locais”, afirmou a irmã Monique Bourget, da OSS Santa Marcelina, uma das mais antigas do Estado de SP.

Enfim, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, o que se vai tentar no meu Estado é mais um esforço para a tentativa de se alterar

o quadro caótico dos serviços de Saúde no Amazonas. Que o Governador Omar Aziz seja exitoso na empreitada.

Faço votos para que a iniciativa dê os resultados que todos esperamos.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR.SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Assunto: GREVE NO MTE

Ilustríssimo Senador Artur Virgílio,

Venho pedir o seu apoio em defesa dos direitos dos servidores federais do ministério do trabalho que estão em greve há mais de cinquenta dias (duas greves seguidas)! o governo tem colocado um ser humano que tem nos tratado com desprezo e arrogância, o duvanier, ele tem agido com truculência e tem passado por cima de nossos direitos, inclusive reconheceu que nossa reivindicação é legal, mas o argumento dele é totalmente político! portanto não suportamos mais esta situação pois o nosso salário é o pior de toda a administração pública federal! passamos mais 35 dias parados em novembro de 2009 e encerramos a greve por acreditar no governo, o qual dizia que iria negociar, mas simplesmente nos enganou! por isso estamos novamente em greve!

Por que será que o governo atende a vários órgãos federais, como o Ibama, INSS e outros com certa facilidade e em relação a nós, nos trata com desdém! por isso peço que faça um pronunciamento na Câmara em nossa defesa pois já que o argumento do governo é totalmente político então vamos também usar as armas políticas que dispomos! por favor nos ajude! os servidores públicos do mte contam com o seu apoio!

**ANEXOS**

Matéria publicada em 3 de maio de 2010 pelo Jornal “O Estado de S.Paulo Municípios pobres do AM terceirizam gestão de Saúde Entidades privadas trabalham com metas estabelecidas em contrato 03 de maio de 2010 | 9h 02 O ESTADO DE S.PAULO

Fabiane Leite

Dez anos depois de o Estado de São Paulo terceirizar a gestão de hospitais para entidades privadas sem fins lucrativos, classificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS), o modelo já está presente em pelo menos outros sete Estados e agora responderá pelo gerenciamento dos orçamentos de nove cidades pobres da região do Alto Solimões, no Amazonas, reunidas em consórcio.

Essa deverá ser a primeira experiência de gestão global de orçamentos pelo modelo, pois hoje as entidades apenas gerenciam serviços de saúde - como ocorre em 62 serviços paulistas - ou grupos de unidades de saúde, como ocorre na cidade de São Paulo, onde pelo menos cinco milhões de pessoas já são atendidas pelo sistema.

A proposta foi apresentada pelo Banco Mundial, que apoia o modelo no Brasil, em recente congresso do Conselho Nacional de Secretários de Administração, em Brasília. “A ideia é que a OSS receba e administre os recursos”, afirma André Medici, economista do Banco Mundial que lidera o projeto.

O modelo de gestão por OSS permite que as contratações de funcionários não tenham de ocorrer via concurso público nem os salários ofertados tenham de seguir a legislação municipal. Além disso, as compras não necessitam de licitação. E todas as entidades trabalham com metas estabelecidas em contrato.

#### “Trabalho de rede”

Segundo Laércio Cavalcanti, coordenador do Projeto de Desenvolvimento Regional do Amazonas para a Zona Franca Verde (Proderam), do governo do Amazonas, a OSS, que será escolhida via chamada pública em jornais de grande circulação, cuidará dos orçamentos dos municípios de Atalaia do Norte, Amaturá, Benjamim Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins, além de recursos do Estado e do governo federal repassados, movimentando anualmente R\$ 92,5 milhões.

“A ideia é um trabalho de rede via OSS, que contratará profissionais para atuar em todos os municípios”, afirmou. “Assim teremos condições de oferecer um atendimento adequado.”

Estados e municípios são autônomos, mas a mudança não tem o apoio institucional do Ministério da Saúde. A pasta defende outro modelo, estatal, para garantir mais autonomia aos serviços de saúde, as fundações estatais, paralisado no Congresso e criticado por servidores públicos.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não é novidade que há muito tempo remédios falsificados, de venda controlada ou não, circulam pelo mundo. O fato novo é que esse comércio disparou nos últimos anos, com o surgimento da Internet e a entrada do crime organizado nesse tipo de comércio.

Pesquisas internacionais indicam que, desde 2005, a venda online de anabolizantes, medicamentos para emagrecer, provocar abortos e para tratar de disfunção erétil triplicou entre 2005 e 2009, em esca-

la mundial. O pior é que no máximo 20 por cento dos remédios de uso controlado vendidos na Internet são verdadeiros. Os principais ingredientes empregados em sua fabricação são farinha de trigo e bicarbonato de sódio.

Um relatório divulgado em 2007 pela Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, que trabalha para a ONU, relaciona algumas das catástrofes provocadas pelos remédios falsificados. Durante a década de 1990, xaropes adulterados causaram a morte de centenas de crianças em Bangladesh, Nigéria e Índia. Em 1995, na África, vacinas falsificadas mataram 2.500 crianças em vários países. E na China, entre 2005 e 2006, centenas de pessoas morreram depois de ingerir medicamentos veterinários “adaptados” ilegalmente para uso humano. Dos 12 principais remédios contra a malária usados no mundo, 8 já são falsificados em laboratórios clandestinos.

Imagens divulgadas pela Interpol no ano passado mostram como são essas fábricas. A agência de polícia internacional, em colaboração com policiais colombianos, descobriu laboratórios em Bogotá e em outras 3 cidades da Colômbia, todas próximas da fronteira com o Brasil. Neles, remédios de marcas famosas, alguns usados no tratamento de câncer e de hipertensão, além de estimulantes sexuais, eram produzidos em péssimas condições de higiene, com máquinas primitivas, em meio à sujeira. Além disso, eram todos ineficazes, feitos à base de farinhas de cereais. Fábricas semelhantes existem no Paraguai, na China e na Índia, entre outros países.

A investigação permitiu à Polícia Federal descobrir uma nova rota de entrada de remédios falsificados em território brasileiro. Fabricados na Colômbia, os remédios são levados de avião para a Bolívia, e entram no Brasil em caminhões que os levam até Cuiabá, em Mato Grosso. De lá, são distribuídos para as grandes cidades.

A nova rota junta-se a outra, mais antiga, que começa no Paraguai, com o transporte dos remédios feito em barcos que atravessam o Lago de Itaipu e o Rio Paraná, tendo como destino Foz do Iguaçu e Guaíra, no Paraná.

Os medicamentos falsificados são vendidos em farmácias, camelôs, e cada vez mais pela Internet. Prova disso é que, no ano passado, um site noticioso conseguiu encomendar, por e-mail, o Cytotec, nome comercial do remédio que contém o princípio ativo misoprostol, substância abortiva. O misoprostol, que serve para induzir o parto em mulheres com dificuldades de dilatação e para expulsar fetos depois de abortos naturais, desde 1998 só está liberado no Brasil para uso hospitalar. Os repórteres do site compraram, por

370 reais, quatro comprimidos de Cytotec e um de mifepristone, outro abortivo – entregues pelos Correios, numa caixa de CD.

Mais recentemente, a reportagem de uma revista também encomendou, usando o mesmo método, além do Cytotec, o Acomplia, remédio para emagrecer cujo princípio ativo é o rimonabanto. Proibido em 2007 nos Estados Unidos, e um ano depois no Brasil e na Europa, o Acomplia é responsabilizado por casos de suicídio, já que leva à depressão profunda. Entregues por um motoboy, dentro de uma caixa de telefone celular, os remédios eram fabricados no Paraguai e na Índia. A caixa continha também um “manual”, ensinando como provocar o aborto.

O crescimento do comércio ilegal pela Internet pode ser comprovado pelos números da Anvisa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Três anos atrás, em 2007, foram apreendidas 2 toneladas de remédios de uso controlado que seriam vendidas na rede. Em 2009, a quantidade subiu para 28 toneladas. Não há estatísticas sobre o número de sites no Brasil que vendem remédios ilegalmente, mas são pelo menos centenas.

E é para eles que, segundo a OMS, Organização Mundial da Saúde, o crime organizado está migrando. Não é à toa, já que cálculos da Organização mostram que 1 quilo de medicamento feito à base de farinha – ou de outras substâncias não tão inofensivas – rende até 75 mil dólares para o vendedor, enquanto 1 quilo de heroína proporciona um lucro de 3 mil dólares. Em 2008, a Polícia Federal encontrou medicamentos falsificados em pelo menos 10 por cento das apreensões de armas e drogas.

As dimensões desse comércio ilegal também podem ser avaliadas pelos resultados da chamada “Operação Virtua”, realizada pela Polícia Federal em junho de 2009. Ela consumiu 6 meses de investigação, com o monitoramento de 40 sites, e tirou do mercado mais de 4.500 caixas de medicamentos, entre abortivos, anabolizantes, drogas para lipoaspiração e remédios para disfunção erétil, que eram vendidos ilegalmente pela Internet. Foram presas 11 pessoas em 9 Estados, do Ceará ao Rio Grande do Sul. Elas mantinham 36 sites que funcionavam como farmácias virtuais. Os clientes faziam os pedidos, recebiam as mercadorias pelos Correios e pagavam por boleto bancário.

Ações da Polícia Federal, combinadas com a fiscalização da Anvisa, revelam apenas a ponta de um iceberg que cresce a cada dia. Em 2007, o relatório da ONU sobre o comércio ilegal de remédios recomendou um plano de ação global, que envolvesse organizações governamentais, funcionários da área de saúde, representantes da indústria farmacêutica, da sociedade

civil e da Organização Mundial da Saúde. Mas pouco foi feito até agora para deter um tráfico que se tornou mais lucrativo que o de entorpecentes, e constitui uma grave ameaça à saúde da população. É preciso que a OMS, junto com outros organismos internacionais, mobilize governos e fabricantes de produtos legítimos para montar uma estratégia coordenada de combate a esse crime abominável.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. ACIR GURGACZ** (PR – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, é com muita honra que ocupo essa Tribuna para homenagear a COMISSÃO RONDON que neste ano completa 100 anos, conforme publicou o jornal Alto Madeira na sua edição de 19/01/2010, numa série de artigos subscritos pelo Professor Abnael Machado de Lima com o título: “Cem anos da Comissão Rondon no Espaço Geográfico Atualmente Limitado pelo Estado de Rondônia 1909/2009”. Essa Comissão teve início no dia 31/12/1909, até então o General Rondon havia construído linhas telegráficas do triângulo mineiro até Cuiabá inicialmente como auxiliar do General Carneiro.

Depois desse projeto de linha telegráfica assumiu o lugar do General Carneiro. Teve uma grande luta de levar a construção da linha telegráfica do Araguaia até Cuiabá, notadamente pela limitação de recursos ele praticamente usava como sistema de transporte o lombo de burro. Pode-se imaginar o grande sacrifício que era esse trabalho. De Cuiabá foi levada a linha telegráfica até Corumbá – MT, quando o General Rondon chegou com a linha telegráfica ele cumpriu uma etapa do programa.

Recolheu-se ao Rio e estava descansando, tinha outros projetos em mente para desenvolver inclusive havia sido convidado pelo então Ministro da Agricultura Lauro Müller para construir o Porto de Corumbá, isto é narrado por Rondon através da obra de Esther de Viveiros denominada: “Rondon conta sua vida”, discorro parte do texto:

“Quando me recolhi ao Rio de Janeiro, por haver terminado a construção da rede telegráfica nas fronteiras paraguaias e bolivianas (1900 a 1906), já encontrei a notícia de que seria eu encarregado de uma Comissão ainda mais difícil. Desde 1892, vinha Francisco Behring clamando pela extensão das linhas telegráficas ao vale amazônico, como de vital importância. E a crise passada viera acentuar a necessidade de levar as comunicações por meio dos sinais Morse, até àquelas longínquas paragens.

Planejava o Presidente Afonso Pena a execução de medidas que consolidassem a incorporação ao



Brasil dos territórios ao Acre, do Purus e do Juruá. E desejava que a tomada de posse desse sertão fosse feita dentro de um ponto de vista que, aliás, foi sempre o meu: serem a exploração científica do território e a sua incorporação ao mundo civilizado elementos convergentes de um só objetivo. Assim, os trabalhos de reconhecimento e determinações geográficas, o estudo das riquezas minerais, da constituição do solo, do clima, das florestas, dos rios caminhariam, pari-passo, com os trabalhos da construção da linha telegráfica, do traçado de estradas de penetração, do lançamento de futuros centros de povoação, da instalação das primeiras lavouras e dos primeiros núcleos de criação de gado. Só assim pudera eu, na exploração anterior, entregar à Pátria não só um território até aí desconhecido como também as populações desse território já mansamente afeiçoado à nossa gente, aptas para prosseguir espontaneamente na sua evolução.

Mandou o Presidente Afonso Pena chamar-me e expôs em largos traços o que se pensava.

— Acha exequível semelhante projeto, naquelas zonas despovoadas de recursos próprios?

— É só querer, respondi.

— Pois eu quero, e confio-lhe a execução desse trabalho, como plenos poderes, tratando o Sr. do assunto diretamente comigo.

Havia eu recebido dois convites: um do Dr. Teixeira Soares, para estudar o traçado do prolongamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, de Jupiá a Cuiabá; o outro do Dr. Calmon, então Ministro da Viação, para a construção do porto de Corumbá. Prefiri a tarefa mais árdua, a que me confiava o Presidente, uma linha tronco de Mato Grosso ao vale do rio Madeira, a ser estendida a Manaus, ao Acre, ao Purus e ao Juruá.

É que o ponto de vista do Presidente Afonso Pena era o meu — o único que poderia impedir, na penetração das terras dos índios, as calamidades que caem sobre as populações locais, quando a territórios chegam estradas ou quando nêles se realizam explorações”.

Com o apoio do Presidente Afonso Pena a linha telegráfica foi concluída de Porto Velho a Cuiabá pela Comissão por ele criada denominada: “Comissão Rondon”, é preciso destacar que a “Comissão Rondon” foi uma obra criada pelo Presidente Afonso Pena e executada pelo General Rondon, com sacrifício e muito sofrimento. O General Rondon como executor da obra merecidamente foi muito homenageado e lembrado e o Presidente Afonso Pena totalmente esquecido.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a homenagem feita por Rondon e as lembranças devem ser estendidas ao Presidente Afonso Pena, nesse momento também o homenageio. É preciso destacar e situar no

tempo em que a “Comissão Rondon” foi criada o grande mineiro Afonso Pena com sua visão de estadista teve o alcance de conceber a busca da integração do País pelo que havido de moderno na época. A região do Juruá — Purus, bem como, o Estado do Amazonas, na época totalmente isolado do resto do País, se houvesse uma invasão estrangeira nessas áreas a capital do Rio de Janeiro não ficaria sabendo.

Como uma viagem da região de fronteira do Peru a Bolívia ao Rio de Janeiro levava meses, Afonso Pena teve a visão de buscar e encurtar as distâncias da região de fronteira com o Rio de Janeiro. É preciso assinalar que o projeto Afonso Pena com a Comissão Rondon foi tão grande e importante como foi o projeto de construção de Brasília em épocas recentes. Também um grande projeto incentivado pelo Governo Vargas através de uma meta denominada “Marcha para o oeste”, nela temos a operação executada pelo então Ministro João Alberto de Barros, que através da Fundação Brasil Central promoveu à grande e histórica missão denominada “Expedição Roncador - Xingu”.

Essa Expedição foi chefiada pelo Ministro João Alberto Lins de Barros, a ela passou integrar os irmãos Villas Boas Orlando e Cláudio, que fizeram um grande trabalho de pacificação indígena, principalmente dos índios xavantes. O sertanista Orlando Villas Boas em data recente escreveu um livro denominado “Marcha para o Oeste”, onde ele descreve todo o trabalho de penetração na região do Xingu entrando pelo rio Kuluene. Foi uma obra visitada pelo Presidente Getúlio Vargas. Um grande número de campos de pouso foi construídos pela equipe Villas Boas nas margens do rio Kuluene, e os aviões da FAB davam plena assistência aos expedicionários.

Essa Expedição está bem relatada pelo ex-expedicionário Acary de Passos Oliveira no livro em que ele escreveu contando a história da Expedição histórica Roncador - Xingu. Nessa história da “Marcha para o oeste” também se insere a construção de Goiânia, que foi muito apoiada pelo Presidente Getúlio Vargas prestigiando o seu companheiro da Revolução de 30, Pedro Ludovico Teixeira, que fez um grande trabalho em Goiás, transformando e tirando Goiás do grande atraso que vivia.

Também nesse contexto da “Marcha para o oeste”, foram criados os territórios federais em 1943, o que é preciso destacar e homenagear é o grande Presidente Afonso Pena. Em Rondônia deveria ter monumentos homenageando todos os grandes brasileiros que apoiaram a colonização da região, são eles: Afonso Pena até aqui esquecido, General Rondon que construiu a linha telegráfica Cuiabá ao Rio Madeira, Getúlio Vargas que desenvolveu o seu programa “Marcha para o oes-



te” que criou os territórios e mais recente o Presidente Juscelino Kubitschek que construiu a rodovia Brasília – Acre ou BR-29 na época, sendo que, a Brasília – Acre beneficiou o território de Rondônia de Vilhena a Abunã com mais mil quilômetros de extensão.

O que é preciso destacar tanto quanto a Brasília – Acre na época foi a linha telegráfica que beneficiou a região do Guaporé. Rondon defendia as obras da linha telegráfica que sempre eram atacadas pela oposição e a imprensa do Rio que bradava contra as despesas elevadas da linha telegráficas. Rondon que era um nacionalista e desenvolvimentista pregava que a linha telegráfica iria trazer para a região por ela beneficiada progresso, desenvolvimento, povoamento, pois, a região era totalmente desabitada e desconhecida.

Era o que muita gente lembrava na época que era um sertão bruto e selvagem. Com varias tribos de índios rebeldes que nas obras de implantação das telegráficas atacaram até o General Rondon, ele que tinha o seu lema de paz: “Morrer, se preciso for, matar, nunca”. Rondon muito combatido pelos gastos da linha telegráfica e fiel a sua convicção religiosa positivista, sempre dizia que a linha telegráfica iria levar o progresso para a região e torná-la conhecida integrando-a ao País.

Previu mais, que no futuro em torno de cada estação telegráfica surgiria cidades, nós hoje temos em Rondônia a chegada do futuro, e, o futuro chegou, em Vilhena era uma estação telegráfica hoje é uma grande cidade, Pimenta Bueno da mesma forma hoje uma cidade que na época a linha telegráfica era chamada de José Bonifácio, como também em Ji-Paraná temos uma estação telegráfica chamada Afonso Pena em torno dela a grande cidade de Ji-Paraná, em Jarú temos outra estação telegráfica em torno da mesma cidade de Jarú, em Ariquemes temos a estação telegráfica e hoje a grande cidade de Ariquemes. Rondon foi profético, estão lá ainda às estações telegráficas e as grandes cidades de Rondônia.

É com muita emoção que homenageio a Comissão Rondon, pois ela é a certidão de nascimento do meu Estado de Rondônia. A previsão desenvolvimentista do General Rondon prevendo que ao lado de cada estação telegráfica surgiria uma cidade, foi muito além, porque ao lado dos trabalhos da Comissão Rondon surgiu o meu Estado de Rondônia. Com toda sua pujança e suas riquezas, pois, a região de Rondônia é uma das mais ricas do País com todo o seu potencial mineral, madeireiro, e uns cem números de riquezas. A construção da linha telegráfica foi uma grande epopéia de trabalho e sacrifício, feita com os braços dos integrantes da comissão.

A malária fazendo vítimas em grande número, o médico prestava assistência que podia, era o Dr. Joaquim Augusto Tanajura. Em uma de suas inúmeras missões o Dr. Tanajura foi obrigado a deslocar-se mais ou menos 70 quilômetros para atender uma vítima de ataque indígena na região de Jurema, tratava-se de um soldado que foi flechado no peito e dele o tratou salvando sua vida. A Comissão Rondon enfrentou grandes dificuldades dentro do próprio exército, o Ministério da Guerra não promoveu seus integrantes, o próprio Rondon teve suas promoções sabotadas.

Foi então, que ele criou o escritório central no Rio de Janeiro para apoiar a Comissão Rondon fazendo as compras do que ela precisava, bem como, divulgando o seu trabalho. O seu dirigente era o Coronel Amílcar Armando Botelho Magalhães, foi o grande braço direito de Rondon, ele produzia informações e passava para as pessoas do Rio de Janeiro como os Deputados, Senadores, Jornais, dando conta do trabalho desenvolvido pela Comissão. Havia setores no Rio de Janeiro que não acreditavam na epopéia da “Comissão Rondon”, foi preciso o General Rondon se deslocar fazendo conferências para divulgar o trabalho da comissão, isso foi em 1910. Leio parte do texto:

“As conferências de 1910 foram um ensaio para a elaboradíssima série de conferências proferidas por Rondon no Rio de Janeiro em 1915. Retornando à capital após a inauguração da linha tronco de Cuiabá ao rio Madeira, durante uma semana Rondon falou para multidões que o ouviram em pé no Teatro Fênix. A razão oficial para o evento foi a homenagem da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro a Rondon. O Jornal do Comércio de 6 de outubro de 1915 descreveu como deslumbrantes as festividades da noite de abertura.

Os poderosos do Rio compareceram em massa. O presidente e o vice-presidente da República, importantes generais, o prefeito do Rio de Janeiro, senadores e deputados, vários embaixadores, entre eles o dos Estados Unidos, assistiram às três conferências. Foram-lhes apresentados um espetáculo multirnída ilustrando as palavras de Rondon com uma longa exibição de slides e um documentário filmado pela comissão.

Essas conferências de 1915, embora as duas primeiras tivessem a expedição Roosevelt-Rondon por tema, Rondon as usou para descrever e louvar os êxitos da comissão e apregoar seu projeto de desenvolvimento. A terceira versou exclusivamente sobre as atividades da comissão, e nela Rondon pregou o evangelho da povoação e do desenvolvimento do noroeste do Brasil. Discorreu pormenorizadamente sobre as estradas construídas pela comissão e sobre outros projetos de infra-estrutura. Falou dos problemas cotidianos do projeto, mas também fez questão de sem-

pre os associar ao objetivo maior do desenvolvimento orientado pelo Estado.

Cultivar pastagens, criar animais e aumentar a produção agrícola nas terras de propriedade da comissão eram atividades que serviriam de atrativo aos novos colonos que se dedicassem a desenvolver o sertão, para que o noroeste brasileiro logo estivesse repleto de lavouras, fazendas de gado e outros centros dedicados à extração de recursos florestais. Em parte anterior dessa conferência, Rondon citara nada menos do que a autoridade de Theodore Roosevelt, que, segundo o conferencista, enaltecera as belezas naturais ao longo da linha telegráfica e, perspicaz como era, comentara satisfeito que a indústria humana moldaria aquela área e em breve os brasileiros estariam em condições de beneficiar-se das facilidades proporcionadas por aquele clima salutar e ameno, por aquelas terras férteis, pelas comunicações fluviais e pelo uso da quase ilimitada força hidráulica, capaz de mover inúmeras fábricas e ferrovias elétricas, que poderiam ser instaladas quase sem problemas para fazer a ligação com Cuiabá e outros centros de comércio ou para fazer intercâmbio com o resto do mundo”.

O mais importante é que Rondon mostrava o apoio dado pela Comissão a afixação de colonos da região com aberturas de roças e a criação de animais, era a concretização do objetivo desenvolvimentista pelo qual foi criada a Comissão. Essas conferências no Rio de Janeiro e São Paulo vendo a linha telegráfica sendo concluída foi o apogeu de Rondon. Com centenas de homenagens a partir da Câmara Municipal de Santo Antônio no Rio Madeira que outorgou a Rondon uma medalha de ouro comemorativa da conclusão dos trabalhos da linha telegráfica.

Sendo Rondon oficial legalista não aderiu ao movimento de 1930, que derrubou o Presidente Washington Luiz, esse movimento prendeu o General Rondon e cogitou de extinguir a Comissão Rondon com a linha telegráfica os argumentos eram fortes contra a linha telegráfica. Primeiro não havia quem usasse a linha para expedir telegramas, desta maneira na relação custo benefício da linha telegráfica não alavancava dinheiro na proporção dos milhões investidos nela.

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores,

O grande trabalho da linha era o grande desbravamento da região levando a civilização para uma região isolada e totalmente esquecida, desintegrada do restante do País. Outro argumento pesado contra a linha telegráfica foi o surgimento da tecnologia, com as comunicações feito sistema de rádio telegrafia. Esse sistema tornou a linha telegráfica totalmente obsoleta, esse fato fez com que a assistência a linha fosse

abandonada. O seu pessoal foi esquecido na mata, passando fome e não recebendo os seus salários, como relata o autor Todd Diacon.

Tal a desassistência que foi devotada a linha telegráfica, foi um trabalho que representou um grande heroísmo de seus executores para em seguida serem abandonada. E, Rondon sendo perseguido pela Revolução de 30 foi ser chefe do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), mas, a semente do desenvolvimento da região com a linha telegráfica estava lançada. Todd Diacon conclui em seu livro “Rondon Perfis Brasileiros”:

#### “O LEGADO DA LINHA SOLITÁRIA

Aninhado entre duas movimentadas ruas do bairro carioca do Botafogo, o Museu do índio é um lugar encantador para se estudar Rondon e seu legado. Outrora residência de um barão do café, o museu assenta-se à sombra do Corcovado. Dos portões para fora, motoristas irritados buzina impotentes contra o tráfego congestionado. Lá dentro, estudantes brincam de pega-pega enquanto esperam para visitar o acervo do museu, acompanhados pelos professores. Passarinhos fazem serenata para os estudiosos que consultam os arquivos. Nos dias quentes, funcionários e pesquisadores procuram a sombra fresca das árvores altas durante os intervalos. No inverno, descansam em bancos estrategicamente posicionados para receber a rejuvenescedora luz do sol.

Na biblioteca do museu, as prateleiras vergam sob o peso de duas coleções completas, com cerca de cinquenta volumes publicados, da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Esses volumes prestam silenciosa homenagem aos grandiosos objetivos do projeto de Rondon. Estudos geográficos, relatórios de explorações de minérios, primeiras etnografias, levantamentos botânicos, relatórios médicos e atualizações gerais sobre a construção competem por espaço na estante. À primeira vista, dão a impressão de uma vital, bem-sucedida e poderosa incursão do Estado central no mais recôndito sertão do Brasil. Vistos no confortável ambiente do Rio de Janeiro e da sala de leitura da biblioteca do Museu do índio, esses estudos fazem pensar que Cândido Mariano da Silva Rondon realmente incorporou (ou conquistou, dependendo da interpretação que se dê) terras e povos distantes.

Mas três relatórios da comissão não publicados, guardados em condições bem mais precárias a alguns quilômetros dali, no Museu Histórico do Exército, no Forte Copacabana, contam uma história muito diferente. Informando sobre o estado da linha telegráfica na década de 1920 e no início dos anos 30, esses relatórios, um deles redigido pelo próprio Rondon, descrevem uma situação especialmente precária na qual

a manutenção da linha não conseguiu deter o avanço incessante da selva amazônica. Em vez dos milhares de migrantes que lá estariam colonizando a região como predissera Rondon, apenas algumas dezenas de solitários funcionários do telégrafo levavam uma vida difícil, atormentados pela fome, pela doença e pelo medo de ataques indígenas. Não fosse pela linha telegráfica, escreveu um funcionário em 1932, a região seria totalmente abandonada. A ele, só restava torcer para que os líderes do país que assumiram o poder na Revolução de 30 retificassem a lamentável situação”.

Desejo nesta oportunidade homenagear o escritor Todd Diacon, com sua obra denominada: “Rondon Perfis Brasileiros”, essa obra muda inteiramente as mentiras que eram contadas em Rondônia sobre a “Comissão Rondon”, aliás, as obras da “Comissão Rondon” e o seu grande trabalho nunca foram divulgados em Porto Velho. Os acervos da “Comissão Rondon” se encontram na Casa de Rui Barbosa no Rio de Janeiro, ninguém de Rondônia tem acesso a essa obra, ou seja, ninguém de Rondônia procura a Casa de Rui Barbosa no Rio para pesquisa e ninguém da Casa de Rui Barbosa vai a Porto Velho.

Trata-se de uma falta de divulgação completa, caberia aos órgãos culturais de Rondônia solicitar as transferências desses acervos para o Estado, do jeito que está o acervo vai deteriorar no tempo e a falta de interesse dos responsáveis pela obra de Rondon promovendo o seu total abandono. Também o Museu do Índio localizado no Rio de Janeiro, conforme relata Todd Diacon, deveria ser transferido para Rondônia. É uma medida que os órgãos culturais do Estado deveriam dedicar-se, na medida do possível eu me coloco a disposição das partes interessadas do meu Estado para transferirmos a acervo de Rondon.

Entendo que a Universidade de Rondônia deveria se interessar para transferir esse acervo do Rio de Janeiro para Porto Velho, e também o Professor Abanel Machado de Lima que muito se interessa pela obra de Rondon, para trabalhar pela transferência do acervo de Rondon da Casa de Rui Barbosa e do Museu do Índio do Rio, conforme menciona Todd Diacon. Na medida do possível me coloco à disposição para que essa transferência se efetive em benefício do nosso Estado e de sua juventude.

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores,

O Professor Abnael Machado de Lima, (membro fundador da Academia de Letras de Rondônia), e profundo conhecedor da história de Rondônia elaborou estudos sobre a “Comissão Rondon”, publicados

no jornal Alto Madeira o brilhante estudo que integro nesse pronunciamento:

Cem Anos da Comissão Rondon no Espaço Geográfico Atualmente Limitado pelo Estado de Rondônia 1909/2009

No último dia 31 de Dezembro de 2009, fez cem anos que o tenente coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, Via fluvial, descendo o rio Jamarí e subindo o rio Madeira chegou ao povoado de Santo Antônio, dando por concluídos os trabalhos da 3ª expedição da Comissão Rondon construtora da Linha Telegráfica Estratégica de Mato Grosso/Amazonas, iniciados em 2 de junho de 1909 no Porto Telegráfico do rio Jurueña.

O projeto de execução dos trabalhos elaborados, com base nas cartas geográficas existentes nas quais as cabeceiras do rio Jamarí localizavam-se nos Campos Gerais dos Rareeis (atual Vilhena), estabeleceu o trajeto a ser percorrido até alcançar o rio Madeira, a seguinte rota; partindo do Posto ao rio Jurueña na direção do Norte, rumo a serra do Norte, desta prosseguindo até o curso médio do rio Jamarí, do qual seguindo o rumo do Oeste até alcançar as cabeceiras do rio Jaci - Paraná, por este descendo até sua foz na margem direita do rio Madeira, de onde partiram ramais para o Santo Antônio do Alto Madeira, para o porto de Expedição Marques (Guajará Mirim), Abunã e Rio Branco/AC, (mapa 1)

A construção da Linha Telegráfica Estratégica Mato Grosso/Amazonas sob o comando do militar, Cândido Mariano da Silva Rondon revestiu-se da maior relevância para o país, em termo de enriquecimento de patrimônio como também em relação às ciências enriquecendo-as com o acervo das descobertas e informações geográficas, botânicas, zoológicas, mineralógicas, pedagógicas e etnográficas levantadas e catalogadas por pesquisadores e cientistas integrados à Comissão Rondon. Esta não se restringia apenas a construção da linha telegráfica, incumbiu-se da realização de estudos dos aspectos fisiográficos, da fauna, da flora e antropológicos do espaço percorrido, tornando-se uma missão científica cujos relatórios, matérias coletados e catalogação da biota resultaram na publicação de obras científicas versando sobre: botânica, 13; hidrologia/ águas termas, 02; zoologia, 12; mineralogia e geologia, 05; e etnografia, 01. Bem como contribuindo para, o aumento dos acervos dos museus especializados, repassando-lhes amostras coletadas: 8,770 na área de botânica; 41 na de mineralogia; 7.502, na de zoologia; 712, na de entomologia; e 6.082 no de etnografia. A linha telegráfica tinha por objetivo ser um instrumento de modernidade, capaz de promover o progresso e estabelecer a civilização nos



mais longícuos e isolados locais do país, possibilitar o estabelecimento de núcleos de povoamento, garantir a segurança das fronteiras internacionais e a adoção de uma política que possibilitasse a gradativa integração dos indígenas à sociedade brasileira em igualdade, direito e cidadania. Desta forma os trabalhos da Comissão Rondon, além de se constituírem em uma obra de grandes proporções materiais e científicas, influenciou de forma decisiva na postura e decisões adotadas pelo governo federal em relação a questão indígena.

Cem Anos da Comissão Rondon no Espaço Geográfico

Atualmente Limitado pelo Estado de Rondônia 1909/2009 – 2

Rondon tendo aceito a missão pessoalmente lhe confiada pelo presidente Afonso Pena, a qual se constituía em ligar pelo fio telegráfico o estado do Amazonas, os territórios do Acre, alto Purus, e alto Juruá consolidando a incorporação desses últimos ao Brasil, tinha por objetivo realizar a exploração científica deste espaço e a sua incorporação ao mundo civilizado, assim, aos trabalhos da construção da linha telegráfica, traçando estradas de penetração, às instalações dos futuros núcleos de povoamento, de agricultura e de pecuária, competia promover a integração espontânea e pacífica dos povos indígenas à sociedade brasileira. Os pontos extremos da linha telegráfica seriam ao leste Cuiabá já ligada ao Rio de Janeiro e ao Oeste Santo Antônio do Alto Madeira.

Rondon foi nomeado chefe da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas e engenheiro-chefe do Distrito Telegráfico, respectivamente nos dias 23 de fevereiro e 4 de março de 1907. A comissão foi constituída por engenheiros militares, oficiais especializados, funcionários civis dos telégrafos, trabalhadores civis e do 5º batalhão de engenharia constituindo este o núcleo da tropa de serviços de construção, transporte e vigilância.

O projeto da construção dividiu os trabalhos em três seções de execução da seguinte foi:

1- reconstrução de um ramal ligando São Luiz de Cáceres à cidade de Mato Grosso (ex-Vila Bela) na Fronteira com a república da Bolívia;

2- Construção da linha tronco de Cuiabá a Santo Antônio do Alto Madeira;

3- Reconhecimento do sertão, estudos para fixar o traçado da linha tronco e mediações das serras da fazenda Casal Vasco, desde a serra de Aguapeí à fronteira com a república da Bolívia.

A comissão foi constituída por duas seções, a do Sul composta por 42 expedicionários sob o comando direto do Coronel Rondon e do Norte comandada pelo

capitão de artilharia Manoel Teófilo da Costa Pinheira integrada por 25 expedicionários.

A primeira, tendo como principais assessores a seu comandante, os seguintes integrantes: Dr. Alípio de Miranda Ribeiro, Geólogo; Dr. Joaquim Augusto Tanajura, Médico; os tenentes João Salustiano Lira, Emanuel Silvestre do Amarante, Alencarliense Fernandes da Costa e Antônio Pirineu de Souza, encarregados respectivamente dos serviços de observações astronômicas e de vanguarda; levantamentos topográficos; comando de comboio de reforços e do comando de um pelotão. Os índios Parecis Toloiri incumbido dos serviços de batedor e de caçador e o Zoôlo Uaikiá, interprete do idioma dos índios Nhambiquaras. No Posto do Juruena juntaram-se a estes, os Drs. Cícero de Campos, Geólogo; Hoene, Botânico; Benedito Canavarro, Farmacêutico; Luiz Leduc Fotógrafo; os Tenentes Vilhena e Melo, o índio Kaloi-zorecê substituindo Taloiri vitimado de pneumonia.

Tinha por encargo realizar no espaço compreendido entre os rios Juruena e Madeira, no qual seria instalada uma das partes da linha telegráfica interligando a estação do Juruena a de Santo Antônio do rio Madeira, o seu reconhecimento, abrir picadões, mapear, fazer o levantamento topográfico, hidrográfico, geológico, mineralógico, botânico, zoológico, etnográfico, astronômico e coletar amostras da bio-ta para as respectivas instituições.

Cem Anos da Comissão Rondon no Espaço Geográfico Atualmente Limitado pelo Estado de Rondônia 1909/2009 – 3

A segunda, que tinha como principais auxiliares ao Capitão Manoel Theophilo da Costa Pinheiro, o tenente Amílcar Armando Botelho de Magalhães, o inspetor dos telégrafos Francisco Xavier Junior e o médico Dr. Paulo Fernandes Santos. Tiveram por incumbência proceder a exploração do rio Jaci-Paraná desde sua foz até suas nascentes; transportar e armazenar víveres, roupas, medicamentos e equipamentos para prestar auxílio à equipe da seção Sul, provavelmente exaurida após a longa e difícil jornada na selva percorrida. Para tanto devia instalar acampamentos no alto de Jaci e ali aguardá-la.

Epopéia Vivida no Transcurso da Selva Amazônica Junho de 1909

Dia 02 - Os expedicionários da Seção Sul, iniciaram seu trajeto rumo a serra do Norte, saindo do Posto Juruena.

Dia 09 - Seguiam por uma trilha tendo Rondon distanciando-se à frente, surpreendeu um grupo de uns dez índios guerreiros Nhambiquaras, hostis à Comissão, caminhando distraídos em sentido contrário, em sua direção, ficaram frente a frente. Os índios pa-

raram por um instante, afastando-se lentamente para a lateral do caminho penetrando na floresta. A tropa ficou alarmada, visto na expedição do ano de 1907, terem sido atacados por esses índios.

Dia 11 - Acamparam na margem do rio Nhambiquara, neste chegaram dois soldados trazendo correspondências do Posto de Juruena, das notícias recebidas, havia o triste comunicado da morte do índio Toloiri, prestimoso e eficiente guia das expedições de 1907 e 1908, amigo distinguido por Rondon.

Dia 12 - Continuando a marcha avistaram a serra do Norte, alcançando Campos Novos, ultimo acampamento da 2a expedição de 1908. Encontraram os suprimentos de viveres constituídos de conservas enlatadas e outras não perecíveis que haviam deixado enterrados, assim como os sete bois esqueléticos e exaustos que aí ficaram, apareceram restabelecidos, gordos e bem nutridos, mediante o que Rondon resolveu instalar uma fazenda, escolhendo uma elevação rodeada de nascentes com fartas águas. Sobre esta construiu um barracão para a sua sede, balizando o local com o nome de Veado Branco, designado seu administrador, o inspetor Severino Godofredo de Albuquerque auxiliado por dez trabalhadores para o manejo do gado (40 bois, 21 burros, 3 cavalos) e mais os mandando vir de Cuiabá e fazerem plantio de cereais, legumes e mandioca, com a recomendação de conquistarem a amizade dos indígenas.

Dia 20 - Reiniciaram a marcha atravessando a densa floresta abrindo caminho a terçado. A longa caminhada de intenso trabalho e estafante cansaço durou nove dias.

Dia 29 - Chegaram ao cimo da serra do Norte, acamparam na cabeceira de um rio dando-lhe o nome de Comemoração de Floriano e ao topo do chapado no qual se desdobravam para satisfação de todos, imensos campos, sendo-lhes denominado "Vilhena" em homenagem a Álvaro Coutinho de Vilhena, engenheiro chefe da Carta Telegráfica da Republica e Diretor Geral dos Telégrafos (1900/1902), faleceu em 1904, na cidade de Fortaleza/CE. A expedição chegava no atual espaço físico limitado pelo estado de Rondônia. Local exuberante, muito freqüentado pelos índios Parecis em suas caçadas. No imenso campo de gramíneas forrageiras, soltaram os cansados bois depauperados quase sem condições de se locomoverem.

Dia 30 - Receberam notícias do Posto Juruena comunicando os falecimentos dos engenheiros Cícero de Campos e Antônio Lins Vitimados por beri-beri, e a do Presidente da Republica, Dr. Afonso Pena, protetor da Comissão de Linhas Telegráficas.

Neste mesmo dia, encontraram pela frente a densa floresta, explorando-a em três direções. O te-

nente Lira, rumo a Oeste; o índio Kaluizorceê, rumo ao Sul; e o Coronel Ron-don, rumo ao Norte em busca de encontrarem seu término, seguido de vegetação campestre, exploração em vão, a floresta era continua, sem fim. Desistiram retornando ao acampamento, ao qual a noite chegou um estafeta do Veado Branco, trazendo uma carta do fotografo Leduc comunicando que o soldado Rosendo havia sido gravemente ferido por uma flecha dos Nhambiquaras.

Julho de 1909

Dia 01 - Dr. Tanajura acompanhado por três soldados seguiam para Veado Branco, a fim de socorrer o soldado Rosendo, o qual apesar do grave ferimento aberto em seu peito pela flecha, por pouco não atingido o pulmão. A competência e dedicação do Medico lhe salvaram da morte.

Cem Anos da Comissão Rondon no Espaço Geográfico Atualmente Limitado pelo Estado de Rondônia 1909/2009 - 4

Dia 02 - Continuaram á exploração da floresta exigindo estafante trabalho acampando a noite no local alcançado. O tenente Lira atingiu 14 quilômetros de reconhecimento e o tenente Amarante 50 quilômetros chegando a um rio desconhecido, o denominando Piroculuina. Encontravam muitos vestígios de índios.

Dia 08 - O tenente Lira mandava informar ao comandante que se encontrava a 30 quilômetros do acampamento dentro de densa e interminável floresta constituída por árvores gigantescas e os trabalhadores esgotados. Rondon concluiu que não encontrariam novos chapadões de campos gerais no rumo do Oeste, que a floresta se estenderia até o declível da vertente principal do vale do rio Guaporé, se intercalando com os campos alagadiços situados entre os rios Corumbiara e Cabixis.

Dia 19 - Em exploração rumo a Noroeste, saíram do acampamento de Comemoração Rondon, Leduc e Dr. Miranda Ribeiro, avistaram nitidamente o divisor de águas entre o rio Guaporé e o rio que na carta geográfica constava com o nome de Jamarí, coberto pela densa floresta. Sendo decidido mandar suspender a abertura de picadões naquela direção.

Dia 27 - Esses três e mais cabo Lúcio penetraram na floresta seguindo por uma trilha de 51 quilômetros aberta pelo tenente Lira e Amarante. Acamparam na margem de um rio dando-lhe o nome de Veado Preto.

Dia 28 - Atravessaram os rios Alataguiri-Suê e o Zolózô-lô-Suê.

Dia 30 - Chegaram na pousada do tenente Amarante seguindo todos em busca do tenente Lira.

Dia 31 - Ao encontrá-lo fizeram a avaliação das explorações realizadas as quais abrangiam um gran-



de círculo fechado que atravessava duas vezes o rio Piroculuina e chegava a vertente Oeste da serra dos Parecis, no rio Branco afluente do Guaporé.

Agosto de 1909

Dia 1º a 11 - Decidiram estabelecer outro acampamento no local ao qual denominaram Uruçu, para base das excursões de reconhecimento. Em uma destas descobriram no paralelo 12°39'1" um módulo com nascentes de vários cursos d'água divergindo em diferentes direções, o denominaram cabeceira de Uru. Sendo decidido descobrir a qual bacia pertencia cada um dos rios encontrados, se a dos tapajós, a do Guaporé, a do suposto Jamari.

OBS: Rios com nascentes em Uru são: O Iquê, sub-afluente dos Tapajós; Tenente Marques, sub-afluente do Roosevelt; Comemoração de Floriano e Pimenta Bueno, formadores de Ji-Paraná; Barão de Melgaço, afluente do Ji-Paraná; Branco; Corumbiara e Cabixi, afluentes do Guaporé; Roosevelt, afluente do Madeira.

Elaborar o mapeamento e definir a rota que conviria a expedição a seguir.

Dia 12 - Os trabalhos de exploração foram divididos por três turmas: Uma comandada pelo Tenente Lira procederia na direção Leste; a segunda sob o comando do Tenente Amarante na direção Norte; a terceira comandada por Rondon encarregada de fazer o levantamento do vão encerrado pelas florestas que descreviam grandes curvas do Sul pra Norte e para o Nordeste.

Dia 16 - Encontraram um rio com 12 metros de largura, opinando o tenente Lira, que era afluente do Guaporé, do que discordava Rondon, achando ser um dos formadores do rio Jamari na posição que se encontrava nos mapas que utilizavam. Não havendo consenso, o denominaram rio da Dúvida. Concluídas essas explorações foi definido que a rota a seguir seria pelo divisor de águas Comemoração de Floriano/Dúvida, atravessando o vale deste último, seguindo o rumo Noroeste, até o meridiano de 26°, no paralelo 11°, deste tomando a direção do Oeste, descendo pelo vale do rio Jaci - Paraná, até encontrar a expedição da Seção Norte do Capitão Costa Pinheiro, juntando-se o pessoal das duas seções, prosseguiram descendo o rio Jaci - Paraná até a sua foz na margem direita do rio Madeira.

Dia 18 a 27 - Estabelecido um roteiro rumo ao Norte, os expedicionários deixaram os acampamentos do Comemoração e de Uruçu, após 50 dias de trabalho preparatórios para a definição a seguir. Além do levantamento geográfico, concluíram que aí terminavam os Campos Gerais do Parecis (Vilhena), e começava uma exuberante floresta abundante em seringueiras, varia-

das palmeiras, gigantescas árvores de madeira de lei. Afauna rica em pássaros coloridos, onças, veados, porcos, macacos, pacas, cotias, tamanduás, quatis e outros animais de pequeno porte. Os bois cargueiros estavam exaustos e desnutridos, obrigando os expedicionários a abandonar os apetrechos menos essenciais.

Cem Anos da Comissão Rondon no Espaço Geográfico Atualmente Limitado pelo Estado de Rondônia 1909/2009 – 4

Dia 21 - Retomaram a marcha rumo ao Norte, encontravam-se a 178 km de Jurueña.

Dia 28 - Encontraram uma área alagadiça na qual se originavam vários, cursos d'água, aí se detiveram até o dia 30.

Dia 31 - O tenente Lira que seguia na dianteira descobriu um vastíssimo campo, no qual os expedicionários acamparam, sendo-lhe dado o nome de Campo dos Palmares de Maria Molina, aí soltaram os bois cargueiros já quase sem terem condições de se locomoverem. Daí em diante o que lhes era essencial conduziam nas costas em suas mochilas.

Setembro de 1909

Dia 1º a 13 - No percurso realizado nestas duas semanas encontraram muitos vestígios de índios e malocas recém abandonadas. O tenente Lira por acaso fez o primeiro contato com os parecis, encontrou-se com uma índia conduzindo uma criança, tentaram se falar, mas não conseguiam se entender, visto que o índio interprete não conseguia traduzir o que ela falava. Continuaram a marcha e começava a faltar alimentos, Jurueña local de abastecimento já se encontrava a centenas de quilômetros de distância.

Dia 14 - Passaram por uma aldeia de índios que estava desabitada. O que chamou a atenção foi o formato cônico das construções cujo esteio central com ponta terminal em forquilha ultrapassando a cobertura, destoava inteiramente dos formatos das habitações dos indígenas da América do Sul, se assemelhando as palhoças africanas, conjeturando Rondon, que esses índios tenham imitado o formato de habitações do quilombo do rio Quaritezê (Piolho), dos negros fugidos das minas de ouro do Guaporé, na segunda metade do século XVII (1795).

Dia 17 - Reencontraram o rio Comemoração no seu baixo curso.

Dia 21 - Encontraram um volumoso rio, dando-lhe o nome de 21 de Setembro.

Dia 28 - Descobriram mais um rio, o qual denominaram Barão de Melgaço. O leito destes dois rios apresentavam grandes camadas de cascalhos auríferos, sinal da existência de abundantes jazidas de ouro. Rondon deduziu ser este sítio das celebradas Minas de Urucumacã.

Outubro de 1909

Dia 11 - Estavam a 354 quilômetros distante de Juruena a 18°7'00" de longitude Ocidental e 11°49'15" de latitude Sul, descobriram um rio, o denominando Pimenta Bueno, constataram que era o rio com nascente no nódulo de Uru, que haviam denominado Pirocului-no. Dia 12 - Foi construída uma canoa de 10 metros de comprimento e 1,50 metros de boca, para descer e explorar o Pimenta Bueno, sendo destacados 14 dos expedicionários para esta missão, iniciada dia 13, ficando com Rondon os 28 restantes, o que facilitaria se alimentarem com recursos fornecidos pela floresta, e os primeiro pêlos obtidos do rio.

Dia 23 - Chegou o Tenente Alencarliense com o que restou dos víveres conduzidos pelo comboio de socorro aos expedicionários, cuja mais da metade da carga foi sendo abandonada pelo caminho, conforme os animais cargueiros iam caindo de cansaço e fome no percurso de Juruena a Pimenta Bueno, onde chegaram os soldados e seu comandante, carregando os fardos restantes nas costas. A expedição foi dividida em três colunas, a primeira comandada pelo Tenente Alencarliense auxiliado pelos doutores Miranda Ribeiro e Augusto Tanajura, para fazer o levantamento do rio Jamari o qual configurava nas cartas geográficas como afluente do Pimenta Bueno. A segunda dirigida pelo Sargento Idalécio Rondon para regressar ao Retiro do Veado Brando e ao Juruena recolhendo os animais, víveres e materiais abandonados ao longo da picada e a terceira sob o comando do Coronel Rondon, para prosseguir o reconhecimento rumo ao Norte/Oeste. Esta foi dividida em três seções, uma comandada pelo tenente Lira, encarregada da abertura de picadas, outra dirigida pelo tenente Amarante, encarregada de fazer o levantamento e a última comandada pelo tenente Pirineus, para fazer os serviços de intendência de carregadores. Esta coluna avançando penosamente para o Madeira, sempre em meio à floresta, no período de 23 de Outubro a 12 de Novembro, descobriram vários cursos d'água dando aos de maiores destaques os nomes de Luis de Albuquerque, Antônio João de Moura, Lacerda e Almeida, Luis D'Alincourt e Ricardo Franco julgando todos serem afluentes do Jamari, devido erros das cartas geográficas. Na realidade eram todos afluentes da margem esquerda do Ji-Paraná.

Muito Obrigado

Era o que tinha a dizer.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras,

Quero chamar a atenção para uma notícia, veiculada amplamente no Estado do Pará, e que deixou

estupefatos aqueles que se dedicam à luta pelo direito à educação de qualidade.

Segundo matéria veiculada no jornal **O Liberal**, a hora-aula a um professor iniciante da educação básica no Estado do Pará é a mais baixa do País. Considerando o piso salarial do Estado, de 1.026,00 e a jornada de 200 horas mensais, cada hora de trabalho de um professor no início da carreira vale apenas R\$5,13. O Estado divide a última posição com Pernambuco, que paga exatamente o mesmo valor. Os dois estados encabeçam, ainda, a lista de onde os professores mais trabalham. Em ambos, a jornada semanal é de 50 horas, sendo que somente 10 são destinadas para atividades como correção de provas, planejamento de aulas e outras atividades extraclasse.

O levantamento, feito por aquele jornal, consultando 22 secretarias estaduais de ensino, mostra que a hora-aula paga no Pará equivale a quase um terço da do Acre e do Amazonas, unidades com as melhores remunerações do País. Os professores acreanos recebem pelo menos R\$ 13,9 por hora, correspondente ao cálculo do vencimento base pelas 30 horas semanais de aula. Já os amazonenses recebem, no mínimo, R\$ 14 por hora – piso de R\$ 1.120,00 e jornada de 20 horas semanais.

Para ilustrar a disparidade, se um professor desses dois estados ingressasse hoje na rede pública com a jornada de trabalho de um professor paraense, ele teria que ganhar de início, aproximadamente, R\$ 3.000,00 valor superior ao maior vencimento-base identificado na pesquisa, o de Brasília: R\$ 2.033,44. A maioria das secretarias de Educação consultadas, cuja jornada é inferior a 40 horas-aulas semanais, justificou que o curto período de aula é em atendimento a reivindicação dos sindicatos de professores, no intuito de terem disponibilidade para lecionar e desempenhar outras atividades nos turnos vagos.

Treze estados alegaram ter erradicado a existência de professores sem formação superior. No Pará, segundo o Ministério da Educação, essa é uma realidade que ainda não foi concretizada.

Recebi com muita preocupação esta notícia. Uma das prioridades de nossa ação parlamentar no Senado Federal tem sido exatamente a luta pela garantia ao ensino de qualidade em todos os níveis. Acredito, como professor que sou, que não há educação de qualidade sem valorização profissional dos trabalhadores e trabalhadoras que constroem cotidianamente a rede pública de ensino. A falta de uma remuneração digna, agravada pelas péssimas condições de trabalho, pela falta de investimento e pela inexistência de uma gestão democrática, traz consequências graves ao quadro da educação no Pará. Uma delas é que co-

lecionamos alguns dos piores indicadores nacionais, exemplo disso é que o Pará detém o pior IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do ensino médio de todo o País. Uma triste realidade escondida pela propaganda oficial, mas sentida de forma muito concreta pela sociedade paraense.

Fatos como esses justificam plenamente a decisão dos Trabalhadores em Educação do Pará de radicalizar a luta pelo PCCR. Organizados no seu sindicato, o SINTEPP, dedicaram cerca de 3 anos de discussão sobre a Plano. Após quase 5 meses de espera, ficaram revoltados com a proposta de PCCR do governo do Estado. A proposta apresentada não estabelece o piso salarial; não contempla toda a categoria, pois se restringe ao magistério (professores e técnicos em educação); não beneficia o professor com nível médio na progressão vertical; na progressão horizontal não define o interstício e não assegura a progressão de fato, visto que depende de autorização da Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento e Finanças. Além disso, o percentual estabelecido é de apenas 0,5%, enquanto no estatuto do magistério o interstício é de 2 em 2 anos e o percentual é de 3,5%. Assim, o PCCR do governo se constitui num claro retrocesso.

Por isso a resposta da categoria não podia ser outra. Se o governo não quis ouvir a vontade dos professores e demais profissionais em educação, a única saída é a mobilização nas ruas. A assembléia realizada no último dia 27-5 contou com a presença de cerca de 2.000 trabalhadores, que por ampla maioria decidiram pela greve a partir do dia 7 de maio por tempo indeterminado.

Os indicadores que apontam o Pará como o pior estado em termos de remuneração encontra, assim, a resposta de uma categoria pronta para o combate. Os trabalhadores em educação do Estado do Pará têm toda a minha solidariedade e podem contar com este mandato como uma trincheira em suas reivindicações por valorização profissional, em defesa de uma educação de qualidade.

Muito obrigado!

### **Pronunciamento sobre projeto “Ficha Limpa”**

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores,

Quero saudar a aprovação na madrugada de última terça-feira, do substitutivo do Deputado José Eduardo Cardoso ao Projeto de Lei conhecido como “Ficha Limpa” que torna inelegíveis candidatos em débito com a justiça.

Com 388 votos a favor e nenhum contrário, o substitutivo foi aprovado em comum acordo entre os líderes partidários, encaminhando para hoje a votação de doze destaques. Como é de conhecimento público,

a proposta impede as candidaturas de pessoas condenadas por decisão colegiada da Justiça por crimes de maior gravidade, como corrupção, abuso de poder econômico, homicídio e tráfico de drogas. O texto aprovado amplia os casos de inelegibilidade e unifica em oito anos o período durante o qual o candidato ficará sem poder se candidatar.

A principal novidade em relação ao texto do grupo de trabalho que analisou o tema é a possibilidade de o candidato apresentar recurso com efeito suspensivo da decisão da Justiça. O efeito suspensivo permitirá a candidatura, mas provocará a aceleração do processo, porque o recurso deverá ser julgado com prioridade pelo colegiado que o receber. Se o recurso for negado, será cancelado o registro da candidatura ou o diploma do eleito.

Buscando dialogar com os quase 2 milhões de cidadãos e cidadãs que subscreveram o abaixo assinado que deu origem ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular, propus em conjunto com outros Senadores uma reunião para discutir a tramitação do projeto no Senado tão logo ele seja apreciado por esta Casa.

Reunimos na manhã da última quarta-feira com a presença dos senadores Eduardo Suplicy, Augusto Botelho, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Jeferson Praia e da Senadora Serys Slhessarenko, onde foram traçadas estratégias para garantir a rápida aprovação da matéria, buscando validá-la antes das convenções partidárias previstas para junho.

Também participaram do encontro, representantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura – CONFEA, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB entre outras.

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores,

Acredito que esta Casa, tão criticada recentemente, deve dar uma resposta à sociedade brasileira, aprovando com a máxima celeridade e o menor número de emendas possível este projeto que torna inelegíveis aqueles sobre os quais forem identificados débitos com a justiça. Não tenho dúvida de que esta postura, além de valorizar o trabalho do Senado Federal, se configurará num passo fundamental para a realização da tão esperada reforma política.

Gostaríamos de contar com todos os líderes partidários para remetermos este Projeto à apreciação do plenário do Senado o mais rápido possível. Compreendo que a unanimidade construída na Câmara dos Deputados deve servir de exemplo para que o Senado responda à sociedade e à opinião pública com o compromisso de por fim à impunidade. O PSOL apóia integralmente esta medida e está empenhado,

na Câmara e no Senado, na aprovação desta importante medida.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 37 minutos.)*

**Secretaria de Administração de Contratações - SADCON**  
Subsecretaria de Planejamento e Controle de Contratações – SSPLAC  
Serviço de Planejamento e Controle - SEPCO

**Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney**  
**6-5-2010**  
**quinta-feira**

**11h30** – Senhora Uyunqing, Vice-Presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China

**Sala de Audiências**

**16h** – Ordem do Dia  
**Plenário**

Ofício nº 022/2010-SEPCO.

Brasília, 05 de maio de 2010.

Senhora Diretora,

Informo a Vossa Senhoria que o **SENADO FEDERAL** celebrou convênio com o **BANCO FICSA S/A.**, com a finalidade de conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do **SENADO FEDERAL**.

Conforme a Cláusula Oitava – DA VIGÊNCIA E VALIDADE – do Convênio nº CN0016/2010, cópia em anexo, o referido convênio deverá ser publicado no Diário do Senado Federal, como condição de eficácia contratual.

Diante do exposto, gostaria de solicitar de Vossa Senhoria as providências administrativas necessárias no sentido de proceder à supracitada publicação, de acordo com as informações a seguir:

**OBJETO:**

Possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do **SENADO FEDERAL**.

**REPRESENTANTE PELO SENADO FEDERAL:**

Diretor Geral  
**HAROLDO FEITOSA TAJRA.**

**CONVENIENTE:**

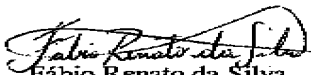
**BANCO FICSA S/A.**

Convênio nº CN20100016.

Processo nº 003.495/08-6.

Representantes: **CLÁUDIO MESSIAS FERRO** e **JOSÉ CARLOS MIGUEL**

Atenciosamente,

  
Fábio Renato da Silva.  
Chefe do SEPCO.

A Senhora,  
**MARIA AMALÁ FIGUEIREDO DA LUZ.**  
Diretora da Secretaria de Ata – SATA.  
Senado Federal.



**CONVÊNIO Nº 0016/2010**  
**(Processo nº 003.495/08-6)**

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O  
SENADO FEDERAL E O BANCO FICSA S/A.,  
PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E  
SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM  
FOLHA DE PAGAMENTO.

O **SENADO FEDERAL**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, HAROLDO FEITOSA TAJRA, e, do outro lado, **BANCO FICSA S/A**, inscrito no CNPJ sob o nº 61.348.538/0001-86, com sede na Rua Boa Vista, nº 280, 5º andar, São Paulo-SP, CEP: 01014-000, Telefone nº (11) 3343-7000 e Fax nº 3343-7107, site: [www.ficsa.com.br](http://www.ficsa.com.br), e mail: [cqomes@ficsa.com.br](mailto:cqomes@ficsa.com.br) e [lsantos@ficsa.com.br](mailto:lsantos@ficsa.com.br), doravante designado **CONVENIADO**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, dos Decretos nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, mediante as cláusulas que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, **conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do Senado Federal**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 6º do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO**

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo CONVENIADO, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL**

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao CONVENIADO, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do CONVENIADO, especificada na Cláusula Segunda.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO**

Do CONVENIADO será cobrada mensalmente a quantia fixada em Ato do Diretor-Geral do Senado Federal, vigente à época da assinatura do contrato, por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O CONVENIADO encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O CONVENIADO se obriga a fornecer aos consignados extrato e documentos relativos à consignações mensais, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Nona deste Instrumento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO – O CONVENIADO** se obriga a entregar ao servidor a segunda via do contrato de empréstimo no prazo de 15 (quinze) dias após a sua assinatura.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO**

Caberá ao CONVENIADO a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados de suas responsabilidades administrativa, civil e penal, na forma da lei.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES**

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher ao CONVENIADO, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, em sua conta corrente, a ser informada pelo CONVENIADO.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR**

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao CONVENIADO, na forma do que estabelece a Cláusula Décima Primeira.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE**

O prazo de execução do presente Convênio será de 60 (sessenta) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES**

O descumprimento pelo CONVENIADO das obrigações previstas no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, no Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, e neste Convênio, o sujeitará às sanções no parágrafo segundo desta Cláusula, sem prejuízo das estabelecidas no art. 87 da Lei 8.666/93, garantido o direito de defesa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os valores referentes a descontos considerados indevidos deverão ser integralmente ressarcidos ao prejudicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da constatação da irregularidade, na forma pactuada entre o consignatário e o consignado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O descumprimento do disposto no parágrafo primeiro implica, assegurado o devido processo legal:

I – suspensão do repasse dos valores mensais previstos no respectivo contrato;

II – suspensão temporária do credenciamento da entidade consignatária, com suspensão do repasse dos valores mensais que lhe foram consignados;

III – descredenciamento definitivo da entidade consignatária, com suspensão do repasse da totalidade dos valores que lhe foram consignados, até que se proceda a liquidação definitiva.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará na suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES**

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A consignação relativa à amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO**

A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado não excederá a trinta por cento da respectiva remuneração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Quando o limite previsto no caput desta cláusula for extrapolado, mediante acordo entre consignatário e consignado, o saldo devedor poderá ser refinanciado por prazo superior ao prazo de amortização fixado por Ato da Comissão Diretora do Senado Federal, desde que o valor das prestações mensais seja idêntico ao valor máximo da margem consignável do servidor, ressaída a última parcela de valor residual.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Considera-se remuneração para fins deste Instrumento, a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas a fixada no art. 6º da Resolução nº 42, de 1993, a razão



de 1/12 (um doze avos) do valor anualizado, as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a prevista no art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, ou outra paga sob o mesmo fundamento, sendo excluídas:

**I** - diárias;

**II** - ajuda-de-custo

**III** - indenização da despesa do transporte quando o servidor, em caráter permanente, for mandado servir em nova sede;

**IV** - salário-família;

**V** - gratificação natalina;

**VI** - gratificação pela participação em comissão especial ou similar;

**VII** - auxílio-natalidade;

**VIII** - auxílio-moradia;

**IX** - auxílio-funeral;

**X** - auxílio-alimentação;

**XI** - auxílio-creche;

**XII** - adicional de férias;

**XIII** - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

**XIV** - adicional noturno;

**XV** - adicional de insalubridade;

**XVI** - vantagem ou benefício reconhecido a título de exercício anterior; e

**XVII** - qualquer outro auxílio ou adicional estabelecido por lei e que tenha caráter indenizatório.

**PARÁGRAFO TERCEIRO-** A soma das consignações facultativas com as compulsórias não poderá exceder a setenta por cento da remuneração do consignado, apurada na forma do § 1º do art. 6º do Ato nº 61, de 2009 do Primeiro-Secretário.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos

endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, e no Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, aplicando-se ainda a norma prevista no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.ºs 8.666/93 e 8.078/90.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

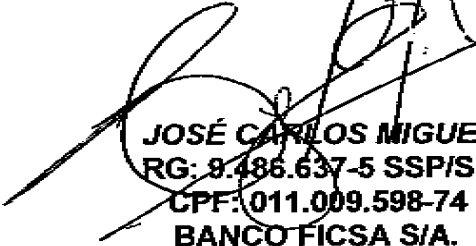
E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de 26 ABR 2010 de 2010.

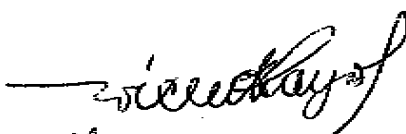
  
**HAROLDO FEITOSA TAJRA**  
DIRETOR GERAL DO SENADO

  
**ANDREIA VALENTE DA CUNHA**  
Diretora Geral Adjunta

  
**CLÁUDIO MESSIAS FERRO**  
RG: 6.987.732-4 SSP/SP  
CPF: 683.828.128-72  
BANCO FICSA S/A.

  
**JOSÉ CARLOS MIGUEL**  
RG: 9.486.637-5 SSP/SP  
CPF: 011.009.598-74  
BANCO FICSA S/A.

  
Diretor da SADCON

  
Diretor da SSPLAC

Ofício nº 021/2010-SEPCO.

Brasília, 05 de maio de 2010.

Senhora Diretora,

Informo a Vossa Senhoria que o SENADO FEDERAL celebrou convênio com o **BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A.**, com a finalidade de conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do SENADO FEDERAL.

Conforme a Cláusula Oitava – DA VIGÊNCIA E VALIDADE – do Convênio nº CN0018/2010, cópia em anexo, o referido convênio deverá ser publicado no Diário do Senado Federal, como condição de eficácia contratual.

Diante do exposto, gostaria de solicitar de Vossa Senhoria as providências administrativas necessárias no sentido de proceder à supracitada publicação, de acordo com as informações a seguir:

**OBJETO:**

Possibilitar ao CONVENIADO, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do SENADO FEDERAL.

**REPRESENTANTE PELO SENADO FEDERAL:**

Diretor Geral  
HAROLDO FEITOSA TAJRA.

**CONVENENTE:**

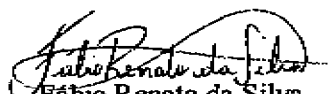
**BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A.**

Convênio nº CN20100018.

Processo nº 010.500/05-7.

Representantes: JANE CÉSAR COELHO e VALCI BRAGA REZENDE

Atenciosamente,

  
Fábio Renato da Silva.  
Chefe do SEPCO.

A Senhora,  
MARIA AMALÍA FIGUEIREDO DA LUZ .  
Diretora da Secretaria de Ata – SATA.  
Senado Federal.

**CONVÊNIO Nº**  
**(Processo nº 010.500/05-7)**

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O  
SENADO FEDERAL E O BANCO  
**MERCANTIL DO BRASIL S/A.**, PARA  
EMPRÉSTIMOS A SENADORES E  
SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM  
FOLHA DE PAGAMENTO.

O **SENADO FEDERAL**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, **HAROLDO FEITOSA TAJRA**, e, do outro lado, o **BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A.**, inscrito no CNPJ sob o nº 17.184.037/0001-10, com sede na Rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.160-92, telefone (31) 3057-6211, fax (31) 3057-6039, site: [www.mercantil.com.br](http://www.mercantil.com.br), e mail: [fabio.felicio@mercantil.com.br](mailto:fabio.felicio@mercantil.com.br), doravante designado **CONVENIADO**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, dos Decretos nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, mediante as cláusulas que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, **conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do Senado Federal.**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 6º do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO**

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.



**PARÁGRAFO ÚNICO** - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo CONVENIADO, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL**

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;
2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e
3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao CONVENIADO, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do CONVENIADO, especificada na Cláusula Segunda.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO**

Do CONVENIADO será cobrada mensalmente a quantia fixada em Ato do Diretor-Geral do Senado Federal, vigente à época da assinatura do contrato, por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O CONVENIADO encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O CONVENIADO se obriga a fornecer aos consignados extrato e documentos relativos às consignações mensais, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Nona deste Instrumento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O CONVENIADO se obriga a entregar ao servidor a segunda via do contrato de empréstimo no prazo de 15 (quinze) dias após a sua assinatura.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO**

Caberá ao CONVENIADO a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados de suas responsabilidades administrativa, civil e penal, na forma da lei.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES**

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher ao CONVENIADO, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, em sua conta corrente, a ser informada pelo CONVENIADO.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR**

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao CONVENIADO, na forma do que estabelece a Cláusula Décima Primeira.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE**

O prazo de execução do presente Convênio será de 60 (sessenta) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

**PARÁGRAFO ÚNICO**- Fica rescindido o Convênio nº 011/2008, a partir do início e validade do presente Instrumento.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES**

O descumprimento pelo CONVENIADO das obrigações previstas no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, no Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, e neste Convênio, o sujeitará às sanções no parágrafo segundo desta cláusula, sem prejuízo das estabelecidas no art. 87 da Lei 8.666/93, garantido o direito de defesa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os valores referentes a descontos considerados indevidos deverão ser integralmente ressarcidos ao prejudicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da constatação da irregularidade, na forma pactuada entre o consignatário e o consignado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O descumprimento do disposto no parágrafo primeiro implica, assegurado o devido processo legal:

I – suspensão do repasse dos valores mensais previstos no respectivo contrato;

II – suspensão temporária do credenciamento da entidade consignatária, com suspensão do repasse dos valores mensais que lhe foram consignados;

III – descredenciamento definitivo da entidade consignatária, com suspensão do repasse da totalidade dos valores que lhe foram consignados, até que se proceda a liquidação definitiva.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará na suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES**

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A consignação relativa à amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO**

A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado não excederá a trinta por cento da respectiva remuneração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Quando o limite previsto no caput desta cláusula for extrapolado, mediante acordo entre consignatário e consignado, o saldo devedor poderá ser refinanciado por prazo superior ao prazo de amortização fixado por Ato da Comissão Diretora do Senado Federal, desde que o valor das prestações mensais seja idêntico ao valor máximo da margem consignável do servidor, ressalvada a última parcela de valor residual.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Considera-se remuneração para fins deste Instrumento, a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais

vantagens, nestas compreendidas a fixada no art. 6º da Resolução nº 42, de 1993, à razão de 1/12 (um doze avos) do valor anualizado, as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a prevista no art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, ou outra paga sob o mesmo fundamento sendo excluídas:

I - diárias;

II - ajuda-de-custo

III - indenização da despesa do transporte quando o servidor, em caráter permanente, for mandado servir em nova sede;

IV - salário-família;

V - gratificação natalina;

VI - gratificação pela participação em comissão especial ou similar;

VII - auxílio-natalidade;

VIII - auxílio-moradia;

IX - auxílio-funeral;

X - auxílio-alimentação;

XI - auxílio-creche;

XII - adicional de férias;

XIII - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

XIV - adicional noturno;

XV - adicional de insalubridade;

XVI - vantagem ou benefício reconhecido a título de exercício anterior; e

XVII - qualquer outro auxílio ou adicional estabelecido por lei e que tenha caráter indenizatório.

**PARÁGRAFO TERCEIRO-** A soma das consignações facultativas com as compulsórias não poderá exceder a setenta por cento da remuneração do consignado, apurada na forma do § 1º do art. 6º do Ato nº 61, de 2009 do Primeiro-Secretário.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos

endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, e no Ato do Primeiro-Secretário n.º 61, de 2009, aplicando-se ainda a norma prevista no Decreto n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.ºs 8.666/93 e 8.078/90.

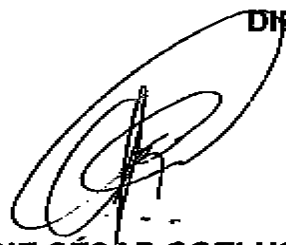
#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

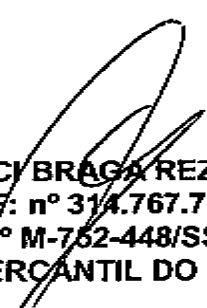
As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 03 de maio de 2010.

  
**HAROLDO FEITOSA TAJRA**  
DIRETOR-GERAL DO SENADO

  
**JANE CÉSAR COELHO**  
CPF: 547.530.746/68  
RG n.º M-3.516.386/SSP-MG  
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A.

  
**VALCY BRAGA REZENDE**  
CPF: n.º 314.767.756-72  
RG n.º M-752-448/SSP-MG  
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A.

  
Diretor da SADCON

  
Diretor da SSPLAC



# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

## (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Maioria-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**Maioria-PMDB** - Edison Lobão\*  
**Maioria-PMDB** - Mauro Fecury\* (S)  
**PTB** - Eptácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Hélio Costa\*  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
- vago\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Moraes\*  
**Bloco-PRB** - Roberto Cavalcanti\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**PSC** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Minoria-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Praia\* (S)  
**Bloco-PR** - Alfredo Nascimento\*\*

### Paraná

**Minoria-PSDB** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**PV** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**PDT** - Acir Gurgacz\*\*

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) <sup>(14)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(29)</sup>

**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(27)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007

**Designação:** 05/06/2007

**Instalação:** 03/10/2007

**Prazo final:** 12/05/2008

**Prazo prorrogado:** 22/11/2008

**Prazo prorrogado:** 01/07/2009

**Prazo prorrogado:** 21/02/2010

**Prazo final prorrogado:** 02/09/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) <sup>(13)</sup>	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(10,18)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,7)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(5,28,30)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(8)</sup></b>	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(12,21)</sup>	1. Paulo Paim (PT-RS) <sup>(22,31,33)</sup>
Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(2,6,19)</sup>	2. Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(25)</sup>
Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(3,11,16,20)</sup>	

## Maioria ( PMDB, PP )

Neuto De Conto (PMDB-SC) (23)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
VAGO (32)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya (CE) (15,17,26)	
<b>PDT/PSOL (9)</b>	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

### Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
15. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
19. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
29. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).
30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)
31. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
32. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
33. Em 08.04.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 25/2010 - GLDBAG).
- \*. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- \*\*. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- \*\*\*. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- \*\*\*\*. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

**Prazo prorrogado:** 13/03/2009

**Prazo prorrogado:** 23/09/2009

**Prazo prorrogado:** 02/05/2010

**Prazo final prorrogado:** 11/11/2010

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

### Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

\*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

\*\*. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

\*\*\*. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

\*\*\*\*. Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.

### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. VAGO (8)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

#### Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
9. O Senador Gilberto Goelner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

#### **4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

**Número de membros:** 13 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 24/06/2009

#### **5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 01/09/2009

## **6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Leitura:** 18/11/2009

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

**Número de membros: 6**

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

**Leitura:** 05/03/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo prorrogado:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 22/12/2009

**Prazo final prorrogado:** 17/07/2010

---

### MEMBROS

---

---

Senador Gerson Camata (PMDB)

---

Senador César Borges (PR)

---

Senador Papaléo Paes (PSDB)

---

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

---

Senador Marco Maciel (DEM)

---

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

---

**Notas:**

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\*. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

\*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

\*\*\*\*\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antioissio@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

## 2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro  
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

**Instalação:** 27/08/2008

**Prazo:** 22/12/2009

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(3,4)</sup>	1. Senador João Vicente Claudino

### Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).

3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).

4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

\*. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

**Secretário(a):** Irani Ribeiro dos Santos

**Telefone(s):** 33034854

**Fax:** 33031176

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

### 3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

**Finalidade:** Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**Leitura:** 10/03/2009

**Designação:** 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(2)</sup>
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) <sup>(1,3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1.
	2.
	3.
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
<b>PDT</b>	
	1.

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303514

**Fax:** 330311176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



#### 4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

**Finalidade:** Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(4)</sup>

**RELATOR:** Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 16/09/2009

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(2)</sup>
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Augusto Botelho (PT) <sup>(3)</sup>	1.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Valter Pereira (PMDB) <sup>(1)</sup>	1.
<b>PTB</b>	
Senador Fernando Collor	1.

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (Of. Nº 104/09-GLDEM).

3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. GLDBAG nº 131/2009).

4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).

5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 33033514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

## 5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

**Finalidade:** Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 16/09/2009

---

### MEMBROS

---

#### Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )

---

Senador Adelmir Santana (DEM)

---

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

---

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )

---

Senador Eduardo Suplicy (PT)

---

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

---

#### Maioria ( PMDB, PP )

---

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(1,2)</sup>

---

#### PTB

---

Senador Gim Argello

---

#### Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

## 6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

**Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

**Número de membros: 7**

MEMBROS	
Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )	
Senador Arthur Virgílio (PSDB)	
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )	
Senador Augusto Botelho (PT)	
Senadora Fátima Cleide (PT)	
Maioria ( PMDB, PP )	
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(2)</sup>	
Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1)</sup>	
PTB	
Senador Romeu Tuma	

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

## 7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

**Finalidade:** Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

**Número de membros: 7**

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Coordenação:**

---

### MEMBROS

#### Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

#### Maioria ( PMDB, PP )

Senador Mão Santa (PSC) (2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (1)

#### PTB

Senador João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

\*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

## 8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

**Finalidade:** Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

**Número de membros: 3**

## **ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE**

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

**Número de membros: 5**

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**Instalação:** 03/03/2009

---

### **MEMBROS**

---

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

---

**Secretário(a):** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone(s):** 3303.4638

**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br



## CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

**RELATOR-GERAL:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS:** Senador Tião Viana (PT-AC)

**RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**RELATOR-PARCIAL - PROVAS:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

**RELATOR-PARCIAL - RECURSOS:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

**Instalação:** 20/05/2009

### MEMBROS

#### Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )

Senador Aloizio Mercadante (PT) <sup>(3,5)</sup>

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

#### Maioria ( PMDB, PP )

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

#### PTB

Senador Romeu Tuma

#### PDT

Senadora Patrícia Saboya <sup>(1,2,4,6)</sup>

#### Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG).
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,  
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

**PRAZOS<sup>1</sup>**

**RELATÓRIOS PARCIAIS:** 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

**RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL:** 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)<sup>2</sup>

**PARECER PRORROGADO:** 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)<sup>2</sup>

**PARECER FINAL PRORROGADO:** 18.12.2009<sup>3</sup>

**REDAÇÃO FINAL:** (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

<sup>1</sup> Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

<sup>2</sup> Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

<sup>3</sup> Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antioissio@senado.gov.br

# COMPOSIÇÃO

## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(6)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT) <sup>(34)</sup>	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(33)</sup>
Delcídio Amaral (PT) <sup>(28)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(30)</sup>
Aloizio Mercadante (PT) <sup>(38)</sup>	3. VAGO <sup>(11,41,96)</sup>
VAGO <sup>(37,93)</sup>	4. Ideli Salvatti (PT) <sup>(36)</sup>
Marcelo Crivella (PRB) <sup>(35)</sup>	5. Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(29,72)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(40)</sup>	6. VAGO <sup>(4,39,81,82,83,84,87,95)</sup>
César Borges (PR) <sup>(31)</sup>	7. João Ribeiro (PR) <sup>(32)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) <sup>(66,68)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(55,61)</sup>
Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(56,59)</sup>	2. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(64,67,88,91,100,101)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(54,70)</sup>	3. Hélio Costa (PMDB) <sup>(3,60,97,98)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(63)</sup>	4. VAGO <sup>(2,60,80,85,86,92)</sup>
Neuto De Conto (PMDB) <sup>(8,15,53,69)</sup>	5. Edison Lobão (PMDB) <sup>(9,65,71,94,99)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(57,62)</sup>	6. Paulo Duque (PMDB) <sup>(1,60)</sup>
Renan Calheiros (PMDB) <sup>(58,78)</sup>	7. Almeida Lima (PMDB) <sup>(58,77)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Eliseu Resende (DEM) <sup>(44)</sup>	1. Gilberto Goellner (DEM) <sup>(43,102)</sup>
Antonio Carlos Júnior (DEM) <sup>(17,43)</sup>	2. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(18,50)</sup>
Efraim Moraes (DEM) <sup>(49)</sup>	3. Heráclito Fortes (DEM) <sup>(46)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(52)</sup>	4. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(43)</sup>
Adelmir Santana (DEM) <sup>(14,16,47)</sup>	5. Kátia Abreu (DEM) <sup>(48)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(13,51,76,79,89,90)</sup>	6. José Agripino (DEM) <sup>(5,45)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(24)</sup>	7. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(23)</sup>
João Tenório (PSDB) <sup>(27)</sup>	8. Sérgio Guerra (PSDB) <sup>(19,25,74)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(24,73)</sup>	9. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(26)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(24)</sup>	10. Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(22,75)</sup>
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
João Vicente Claudino <sup>(42)</sup>	1. Sérgio Zambiasi <sup>(12,42)</sup>
Gim Argello <sup>(42)</sup>	2. Fernando Collor <sup>(42)</sup>

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

## PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

### Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).



62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).

63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).

65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).

66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).

69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).

70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).

71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).

72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).

73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).

74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).

75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).

76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).

78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).

79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).

83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).

84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).

85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.

86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).

88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

92. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).

94. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.

95. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha.

96. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.

97. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 51/2010).

99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 47/2010).

100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

102. O Senador Gilberto Goelner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

## 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(3)</sup></b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO <sup>(6)</sup>	2. VAGO <sup>(9)</sup>
VAGO <sup>(10,12,14)</sup>	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO <sup>(11,13)</sup>
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(7)</sup>	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>PMDB PDT PSDB</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

### Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (5)</b>	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. VAGO (33,78)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. VAGO (51,93)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. VAGO (55,94)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Morais (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Cícero Lucena (PSDB) (24,67,85,92)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
<b>PTB (8)</b>	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
<b>PDT</b>	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

### Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (Of. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o Of. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.



80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (1)</b>	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
<b>PMDB</b>	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDDB nº 162/2009-GLPMDDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) <sup>(13)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Adelmir Santana (DEM) <sup>(5)</sup>	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(2,3)</sup>
Papaléo Paes (PSDB) <sup>(9)</sup>	2. VAGO <sup>(2,11,16)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT) <sup>(4)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(2,10)</sup>
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (PSC) <sup>(12,14,15)</sup>	1. Paulo Duque <sup>(8)</sup>
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(6)</sup>	1. João Durval (PDT) <sup>(7)</sup>

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

## **2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. VAGO (4)
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

**Notas:**

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(102)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(6)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT) (37,75,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,35)
Aloizio Mercadante (PT) (10,38)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,34)
Eduardo Suplicy (PT) (37)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Ideli Salvatti (PT) (37)	5. César Borges (PR) (31,41)
Tião Viana (PT) (32,41,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,39,77,84)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) (60,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59,63)
Almeida Lima (PMDB) (57,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (61,69,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (62,64,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (58,66,78)
Francisco Dornelles (PP) (56,64)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,68,76,103,104)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (42,54,65)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,55,67,101,105)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Morais (DEM) (52)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (51)
Jayme Campos (DEM) (40,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (45)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,49)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (46)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Alvaro Dias (PSDB) (24,74)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (25,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (26)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (29,72,90,92)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
Romeu Tuma (50)	1. Gim Argello (43)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias (12,13,23)	1. Patrícia Saboya (11,22,53,79,80,94,95)

#### Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
30. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
35. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.



39. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
43. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
51. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
75. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 13/10-GLDBAG).
101. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
102. Em 1º.04.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
103. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
104. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 52/2010).
105. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 45/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).

### 3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

### 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

**RELATOR:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

**Designação:** 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya <sup>(2)</sup>	1. VAGO <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

\*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA**

**Finalidade:** Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

**Número de membros:** 6 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)  
**RELATOR:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**Designação:** 10/02/2010

---

#### **TITULARES**

---

##### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

---

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

---

##### **Maioria ( PMDB, PP )**

---

Pedro Simon (PMDB)

---

##### **Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )**

---

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

---

**Notas:**

\*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (93,106)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (3)</b>	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. VAGO (1,31,107)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
VAGO (35,85,86,87,98,101,108)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (58,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
VAGO (56,109)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. VAGO (61,110)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Gilberto Goellner (DEM) (41,113)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Moraes (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

#### Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).

76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).

80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).

81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).

85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).

87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).

88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 169/2009).

89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.

92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).

93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.

94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).

95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).

96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).

97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).

99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).

100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB).

101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 159/2009-GLDBAG).

102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).

105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).

106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.

107. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.

108. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha.

109. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

110. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.

111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).

113. O Senador Gilberto Goelner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

## 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
Ideli Salvatti (PT) <sup>(7,15)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
Paulo Paim (PT) <sup>(8,16)</sup>	2. Flávio Arns (PSDB) <sup>(15,16,21)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(18)</sup>	3. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Gerson Camata (PMDB) <sup>(3,19)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
VAGO <sup>(22)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) <sup>(11)</sup>	3. VAGO <sup>(20)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(1,6,14)</sup>
Marco Maciel (DEM) <sup>(9)</sup>	2. VAGO <sup>(9)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(5)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(10,17)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(10)</sup>	5. Papaléo Paes (PSDB) <sup>(7,12)</sup>
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque <sup>(7,13)</sup>	1. VAGO <sup>(13)</sup>

### Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

15. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
Gilberto Goellner (DEM) (3)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

\*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO  
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB) <sup>(25)</sup>	1. Fátima Cleide (PT) <sup>(23)</sup>
Marina Silva (PV) <sup>(7,25,43,45)</sup>	2. César Borges (PR) <sup>(20)</sup>
Alfredo Nascimento (PR) <sup>(26,55,60)</sup>	3. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(24)</sup>
João Ribeiro (PR) <sup>(21)</sup>	4. Delcídio Amaral (PT) <sup>(22)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(40,47,48,49,53,59)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(40)</sup>
Hélio Costa (PMDB) <sup>(40,56,57)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(5,11,39)</sup>
VAGO <sup>(38,50,54,58)</sup>	3. Almeida Lima (PMDB) <sup>(40)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(40)</sup>	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(40)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) <sup>(33,61)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(35)</sup>
Kátia Abreu (DEM) <sup>(32)</sup>	2. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(1,28)</sup>
Heráclito Fortes (DEM) <sup>(30)</sup>	3. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(3,31)</sup>
Eliseu Resende (DEM) <sup>(34)</sup>	4. Jayme Campos (DEM) <sup>(9,27,44,46,51,52)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(10,19)</sup>	5. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(4,16)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(17)</sup>	6. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(18)</sup>
Marisa Serrano (PSDB) <sup>(14)</sup>	7. Mário Couto (PSDB) <sup>(15)</sup>
<b>PTB</b>	
Gim Argello <sup>(6,29)</sup>	1. Sérgio Zambiasi <sup>(29)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(8,13,37,42)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(12,36,41)</sup>

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
25. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
26. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
28. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
30. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
53. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
54. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).
61. O Senador Gilberto Goelner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Finalidade:** Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO <sup>(8)</sup>	2. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(9)</sup>	1. VAGO <sup>(3,4,6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(5,7)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Telefone(s):** 3311-3935  
**Fax:** 3311-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## **5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**

**(Requerimento Da Cma 8, de 2008)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (6,7,8,9)	1. VAGO (2,4)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM) (10)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

### **Notas:**

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

### 5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(5)</sup>

**RELATOR:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) <sup>(4,13)</sup>

**Instalação:** 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Marina Silva (PV) <sup>(1,2)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
VAGO <sup>(10)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(3,7,8,9)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM) <sup>(12)</sup>	2. Adelmir Santana (DEM)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
  2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
  3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
  4. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
  5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
  6. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
  7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
  8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
  9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
  10. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
  11. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
  12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
  13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
- \*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- \*\*. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

#### 5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) <sup>(2,11)</sup>

**Instalação:** 29/09/2009

**Atualização:** 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) <sup>(4)</sup>
César Borges (PR) <sup>(3)</sup>	2. VAGO <sup>(3,9)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1,5,6,7)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO <sup>(8)</sup>	2. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) <sup>(10)</sup>	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

#### Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
9. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



10. O Senador Gilberto Goelner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

11. O Senador Gilberto Goelner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

\*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.

\*\* Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(6)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,74)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,73)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,71,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,72)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

### Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
71. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
72. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
73. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
74. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**  
**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**PRESIDENTE: VAGO**  
**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (6)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

**Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**

**Telefone(s): 3311-4251/2005**

**Fax: 3311-4646**

**E-mail: scomcdh@senado.gov.br**

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E  
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1. VAGO

**Notas:**

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

\*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

\*\*. Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. N° 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE  
E DO IDOSO**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (9)</b>	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
VAGO (47,95)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,41,50,72)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Hélio Costa (PMDB) (2,94,96)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62,92,93,97,98)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. José Agripino (DEM) (23,27,56)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) (53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
<b>PTB (12)</b>	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

### Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento n° 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB n° 205/2010).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
95. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. n° 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 60/2010).

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME  
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(3,4,6)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(9,10)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo  
**Telefone(s):** 3303-3496  
**Fax:** 3303-3546  
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO  
DAS FORÇAS ARMADAS**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1,4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(5)</sup>	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo  
**Telefone(s):** 3303-3496  
**Fax:** 3303-3546  
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br



#### **7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PMDB PP</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1,3)</sup>	2. Romero Jucá (PMDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

**Notas:**

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
Serys Shhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,82)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,80,84)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. VAGO (47,64)
Edison Lobão (PMDB) (43,81,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (34,87)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Moraes (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
<b>PTB (4)</b>	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

### Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).  
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).  
80. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.  
81. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.  
82. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.  
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).  
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).  
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).  
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).  
87. O Senador Gilberto Goelner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza  
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa  
**Telefone(s):** 3303-4607  
**Fax:** 3303-3286  
**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza  
**Telefone(s):** 3303-4607  
**Fax:** 3303-3286  
**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza  
**Telefone(s):** 3303-4607  
**Fax:** 3303-3286  
**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (3)</b>	
César Borges (PR) (24)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,25)
Serys Shlessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (27)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (23)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Neuto De Conto (PMDB) (36,43,55,57)	1. VAGO (44,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,41)	2. Pedro Simon (PMDB) (42)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,48)	3. Valdir Raupp (PMDB) (45)
Almeida Lima (PMDB) (47)	4. Gerson Camata (PMDB) (46,49,51)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
José Agripino (DEM) (37)	1. Gilberto Goellner (DEM) (30,63)
Marco Maciel (DEM) (33)	2. Jayme Campos (DEM) (31,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,35)
Adelmir Santana (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,34)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,17,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (21,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
<b>PTB (5)</b>	
Gim Argello (38)	1. Mozarildo Cavalcanti (38)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (8,15,39)	1. João Durval (16,40)

### Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
33. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
34. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
36. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
37. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
38. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



47. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
63. O Senador Gilberto Goelner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

**Telefone(s):** 3311-4282

**Fax:** 3311-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) <sup>(76)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT) <sup>(22)</sup>	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(22,71)</sup>
VAGO <sup>(23,63,67,70,75)</sup>	2. Fátima Cleide (PT) <sup>(4,6,19)</sup>
Augusto Botelho (PT) <sup>(21,32,49)</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(20,60,61,62,64)</sup>
César Borges (PR) <sup>(18,54)</sup>	4. Serys Slhessarenko (PT) <sup>(17,52)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(2,11,44,47,59,68,69,74)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(37,45)</sup>
Neuto De Conto (PMDB) <sup>(35,43)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(39,48)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(36,46)</sup>	3. Renan Calheiros (PMDB) <sup>(38,40)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(34,50)</sup>	4. Paulo Duque (PMDB) <sup>(41,42)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) <sup>(26,77)</sup>	1. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(3,33)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(27)</sup>	2. Heráclito Fortes (DEM) <sup>(31)</sup>
Kátia Abreu (DEM) <sup>(28)</sup>	3. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(7,24)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(8,10,30,57,58,72,73)</sup>	4. José Agripino (DEM) <sup>(25)</sup>
VAGO <sup>(13,53,56,65,66)</sup>	5. Mário Couto (PSDB) <sup>(16,55)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(14,55)</sup>	6. João Tenório (PSDB) <sup>(15)</sup>
Marisa Serrano (PSDB) <sup>(15)</sup>	7. Marconi Perillo (PSDB) <sup>(12)</sup>
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Romeu Tuma <sup>(9,29)</sup>	1. Sérgio Zambiasi <sup>(29,51)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha.
76. O Senador Gilberto Goelner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
77. O Senador Gilberto Goelner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -  
**Telefone(s):** 3311-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

### 10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. VAGO <sup>(6,7,9)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO <sup>(5,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) <sup>(10)</sup>	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(3)</sup>
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

### 10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

**Finalidade:** Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(65)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(4)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB) <sup>(22)</sup>	1. Delcídio Amaral (PT) <sup>(20)</sup>
Renato Casagrande (PSB) <sup>(21)</sup>	2. Flávio Arns (PSDB) <sup>(22,52,54)</sup>
Alfredo Nascimento (PR) <sup>(18,70)</sup>	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(19,47)</sup>
Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(19,41,44)</sup>	4. João Ribeiro (PR) <sup>(19,43)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Hélio Costa (PMDB) <sup>(39,64,66)</sup>	1. Valter Pereira (PMDB) <sup>(34)</sup>
VAGO <sup>(37,63)</sup>	2. Romero Jucá (PMDB) <sup>(38)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(7,10,36)</sup>	3. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(8,9,35,42,48,59,60,67,68)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(40,45)</sup>	4. VAGO <sup>(2,53,56,58,61)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Antonio Carlos Júnior (DEM) <sup>(30)</sup>	1. Gilberto Goellner (DEM) <sup>(28,69)</sup>
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(3,25)</sup>	2. Eliseu Resende (DEM) <sup>(27)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(6,12,24)</sup>	3. Marco Maciel (DEM) <sup>(1)</sup>
Efraim Morais (DEM) <sup>(26)</sup>	4. Kátia Abreu (DEM) <sup>(23)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(15)</sup>	5. Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(14,29)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(14,29)</sup>	6. Papaléo Paes (PSDB) <sup>(17,49,62)</sup>
Sérgio Guerra (PSDB) <sup>(16,62)</sup>	7. Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(11,14,46)</sup>
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(31)</sup>	1. Fernando Collor <sup>(31)</sup>
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz <sup>(13,32,50,51,55,57)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(33)</sup>

**Notas:**

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 061/2009).
43. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



44. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).

45. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).

46. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).

47. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).

49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).

50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).

52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).

55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.

56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.

57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).

58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).

63. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.

64. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

65. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.

66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).

67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

69. O Senador Gilberto Goelner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

70. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (OF nº 30/2010-GLDBAG)

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -  
**Telefone(s):** 3311-1120  
**Fax:** 3311-2025  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

## 11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PSDB) <sup>(4,5)</sup>	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

# COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

## 1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

*(Resolução nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 05/03/2009

### Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) <sup>(4)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM) <sup>(16)</sup>	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO <sup>(1)</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) <sup>(15)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
VAGO <sup>(14)</sup>	3. Mão Santa (PSC-PI) <sup>(13)</sup>
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(6)</sup>	1. VAGO <sup>(11)</sup>
VAGO <sup>(12)</sup>	2. VAGO <sup>(10)</sup>
VAGO <sup>(7)</sup>	3. VAGO <sup>(8)</sup>
VAGO <sup>(9)</sup>	4. VAGO <sup>(9)</sup>
VAGO <sup>(9)</sup>	5.
<b>PTB</b>	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
<b>PDT</b>	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

**Atualização:** 22/12/2009

### Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRI, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Gilvam Borges, de acordo com o Requerimento nº 1712, de 2009, licencia-se, para tratamento de saúde, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo prazo de 121 dias, a partir de 22/12/2009.
15. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
16. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

### 3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 40/95)*

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB

**Atualização:** 17/04/2008

**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

#### 4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

**Número de membros:** 12 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(3)</sup>

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

**4ª Designação:** 12/02/2009

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO <sup>(4,5)</sup>
<b>DEM</b>
Marco Maciel (PE)
<b>PSDB</b>
Lúcia Vânia (GO)
<b>PT</b>
Fátima Cleide (RO)
<b>PTB</b>
VAGO <sup>(2,12,13)</sup>
<b>PDT</b>
Patrícia Saboya (CE) <sup>(6,8,9)</sup>
<b>PR</b>
Magno Malta (ES) <sup>(1,7,10)</sup>
<b>PSB</b>
Renato Casagrande (ES)
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ)
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE)
<b>PP</b>
Francisco Dornelles (RJ) <sup>(11)</sup>
<b>PSOL</b>
José Nery (PA)

**Atualização:** 05/04/2010

**Notas:**

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme Of.GSEJUN nº 225/2009.
8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

**Número de membros:** 14 titulares

**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) <sup>(6)</sup>

**1ª Designação:** 23/03/2010

MEMBROS
<b>PMDB</b>
<b>DEM</b>
Adelmir Santana (DF)
<b>PSDB</b>
João Tenório (AL) <sup>(2)</sup>
<b>PT</b>
Tião Viana (AC) <sup>(3)</sup>
<b>PTB</b>
Gim Argello (DF) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>
Patrícia Saboya (CE) <sup>(4)</sup>
<b>PR</b>
César Borges (BA)
<b>PSB</b>
Antonio Carlos Valadares (SE)
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ)
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE)
<b>PP</b>
Francisco Dornelles (RJ)
<b>PSOL</b>
José Nery (PA)
<b>PSC</b>
Mão Santa (PI)
<b>PV</b>
Marina Silva (AC) <sup>(1)</sup>

**Atualização:** 27/04/2010

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
6. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.brEndereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Mão Santa (PSC-PI) <sup>1</sup>
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) <sup>4</sup>	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) <sup>2</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) <sup>3</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 23.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

<sup>1</sup> Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

<sup>4</sup> O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

<sup>2</sup> O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

<sup>3</sup> O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

# REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

## COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)<sup>12</sup>  
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)<sup>12</sup>  
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)<sup>12</sup>

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) <sup>13</sup>
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY <sup>8</sup> (PSOL/PA)

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) <sup>10</sup>	1. MOACIR MICHELETTO <sup>7</sup> (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) <sup>11</sup>
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) <sup>14</sup>	1. LEANDRO SAMPAIO <sup>5</sup> (PPS/RJ)
GERALDO THADEU <sup>9</sup> (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) <sup>15</sup>

(Atualizada em 22.03.2010)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcom@camara.gov.br](mailto:cpcom@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

<sup>7</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

<sup>8</sup> Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

<sup>9</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

<sup>10</sup> Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

<sup>11</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

<sup>12</sup> Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

<sup>13</sup> O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of. GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

<sup>14</sup> Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

<sup>15</sup> Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010



## **MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**PRESIDENTE:** Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Senador Eduardo Azeredo<sup>1</sup>

**Vice-Presidente:** Emanuel Fernandes

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> GUSTAVO FRUET <sup>2</sup> PSDB-PR	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 23.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

<sup>1</sup> O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

<sup>2</sup> O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com  
atualização periódica, sobre  
temas diversos da legislação  
brasileira.



**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**

## **Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



Edição de hoje: 192 páginas

OS: 2010/12316